

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

IVANI CALVANO GONÇALVES

**DOIS DESAFIOS, DOIS MUNDOS:
A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM FEMININA
EM EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES**

Porto Alegre
2006

IVANI CALVANO GONÇALVES

**DOIS DESAFIOS, DOIS MUNDOS:
A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM FEMININA
EM EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Dr. Maria Luíza Ritzel Remédios

Porto Alegre
Novembro, 2006

Dedico este trabalho

A meu pai (in memoriam),

à minha mãe,

às minhas irmãs,

aos meus sobrinhos e sobrinhos-netos

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa.

Aos professores, pelo conhecimento transmitido, e um agradecimento especial à professora Maria da Glória Bordini, pelas dicas e calor humano.

À minha orientadora, professora Maria Luíza Ritzel Remédios, pela acolhida generosa, pela orientação paciente e carinho dispensado.

Aos colegas, pelo apoio recebido nos momentos difíceis.

Eu sou mansa

mas a minha função de viver é feroz.

Clarice Lispector

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a análise de personagens femininas em Eça de Queirós (*O primo Basílio*) e Josué Guimarães (*A ferro e fogo: tempo de solidão*) à luz da teoria da personagem de Georg Lukács e de teorias feministas. O fulcro da análise é reacentuar que a construção literária da personagem feminina obedece a visões de mundo correspondentes ao tempo da narração, que a insere, sob diferentes abordagens, em concepções da função social da mulher ditadas pelo período histórico-ideológico em que as obras são produzidas. Os romances, inscritos no que se convencionou denominar como literatura realista, separados por um longo espaço temporal, denotam a recorrência da temática do feminino em diferentes contextos de época, chamando a atenção sobre a evolução da relevância atribuída à configuração da personagem feminina, desde os primórdios da teoria literária, com Aristóteles, até os dias de hoje, no que respeita à preservação de valores éticos e sociais.

Palavras-chave: mulher; personagem; ideologia

ABSTRACT

This dissertation intends to analyse feminine characters into the Eça de Queirós' novel (*O primo Basílio*) and into the Josué Guimarães' novel (*A ferro e fogo: tempo de solidão*) through the Georg Lukács' hero theory and feminist theories. Its main purpose is explaining who the feminine characters belong, although the different approaches, to a particular point of view who inserts them in historical social conceptions. Both represent a conventionally called realistic literature who corresponds, in narration time, to a specific social functions determined by historical and ideological periods that commands her social actions. Although the novels are apart for almost one century they represent the importance of feminine characters construction through different historic periods. This importance has been demonstrated from Aristóteles to nowadays because of the feminine function of conserving ethic and social customs.

Key-words: woman; character; ideology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MARCAS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CRÍTICA DA PERSONAGEM ROMANESCA	10
2.1 ENTRE OS GREGOS ATÉ O SÉCULO XVII	10
2.2 DO HERÓI LENDÁRIO À DISSOLUÇÃO DA PERSONAGEM	11
2.3 DA PASSAGEM DO SAGRADO AO PROFANO: O SURGIMENTO DO HERÓI PROBLEMÁTICO	19
2.4 UMA PROPOSTA DE LEITURA DAS PERSONAGENS FEMININAS DE EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES	24
3 PERSONAGENS FEMININAS EM EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES ..	27
3.1 A QUESTÃO DO REALISMO LITERÁRIO	27
3.2 A CONDIÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX: <i>O PRIMO BASÍLIO</i>	28
3.2.1 Luísa: hipocrisia, traição e chantagem	29
3.2.2 Juliana: inveja e desejo de ascensão social	33
3.2.3 Luísa e Juliana: adultério e chantagem	38
3.2.4 O rompimento das interdições: tragicidade das heroínas	51
4 A FERRO E FOGO: TEMPO DE SOLIDÃO: A CONDIÇÃO FEMININA	56
4.1 A LUTA CONTRA AS INJUNÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS	56
4.2 CATARINA: FORÇA ORGANIZADORA DO GRUPO	59
4.2.1 A viagem e a contravenção: Catarina responsável pela empreitada	60
4.2.2 Catarina: coragem e dor solitária	66
4.2.3 O Retorno a São Leopoldo	70
4.2.4 Humanidade e Ambivalência em Catarina	76
4.2.5 Juliana, Luísa e Catarina: heroínas problemáticas	95
5 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

Pensar a construção da personagem feminina, no contexto da produção literária realista, cujas múltiplas representações dão continuidade ao conceito de *mimesis*, remete o pesquisador ao passado, à gênese da personagem – o herói – descrito e analisado na *Poética* de Aristóteles.

O objetivo deste trabalho é problematizar a questão da construção da função social do gênero feminino, mediante a configuração literária da personagem feminina, no contexto histórico do século XIX, período de transição marcado pela consolidação da democracia, em grande parte da Europa, e pela afirmação de uma cosmovisão burguesa da realidade. Cabe salientar que subjaz à análise das personagens a dicotomia: sincronia, no romance de Eça de Queirós, e diacronia, no romance de Josué Guimarães.

Assim sendo, considera-se pertinente identificar, na teoria do herói, de Georg Lukács, o sentido histórico-ideológico das representações do gênero nas obras analisadas: *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, e *A ferro e fogo: tempo de solidão*, de Josué Guimarães.

Para tanto, o trabalho será organizado da seguinte forma: no capítulo II, será elaborada uma revisão, no que concerne à construção da personagem, que se estende da antigüidade greco-romana às teorias desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX – formalismo russo, estruturalismo francês – ao pós-estruturalismo de Iuri Lotman, cuja ampliação e aprofundamento das discussões anteriores, centradas na análise imanentista do texto literário e na delimitação do objeto de estudo da literatura, são de inegável relevância para a compreensão da qualidade plurissignificativa do texto literário. Discutir-se-ão, ainda, as injunções histórico-ideológicas que determinaram a passagem do herói lendário para o herói problemático, fechando-se o capítulo com uma proposta de leitura para as personagens Juliana e Luísa, de Eça de Queirós, e Catarina, de Josué Guimarães. No terceiro e quarto capítulos, após uma breve explanação sobre o realismo literário ao longo da história, será realizada a análise das personagens com base na contextualização histórico-ideológica do tempo das narrativas, buscando-se problematizar suas ações, relacionando-as aos condicionamentos histórico-sociais que permeiam sua construção. A configuração das personagens, vinculadas à intencionalidade dos autores, indica que são opostas às impressões causadas por Juliana e Luísa ao leitor do século XXI, enquanto, provavelmente, tais impressões não correspondem às dos leitores do século XIX, em vista das transformações dos costumes nesse período de quase

um século. Ainda neste item, realizar-se-á a análise das personagens nos contextos intra e extratextual, evidenciando que a inserção dos autores, em diferentes contextos de época, pode determinar opostas visões de mundo e, conseqüentemente, diferentes formas de pensar e problematizar, na construção das personagens, a questão das funções sociais do gênero feminino.

Tendo como base as teorias demonstradas ao longo das análises, discutir-se-á, em especial, nas personagens de Eça de Queirós, a dicotomia na representação do gênero que, além de necessária à manutenção dos valores da família burguesa, representa a divisão de classes e o condicionamento da mulher a atividades previstas pela posição social que ocupam.

Essa dicotomia e, principalmente, a forma como é construída nas narrativas, dá corpo à semântica que constitui a visão de mundo das personagens – embasada na visão de mundo dos autores – as constitui como seres ficcionais verossímeis. Tal verossimilhança é garantida pela opção estético-literária dos autores que, em Eça de Queirós expressa uma sólida cosmovisão do programa de sociedade por ele defendido e, em Josué Guimarães, pela constituição de um espaço polifônico em que diferentes subjetividades dialogam com o objetivo de se fazer ouvir, entender e aceitar, mesmo que isso não se concretize.

Finalizando o trabalho, realizar-se-á uma comparação das personagens com o intuito de demonstrar por que o gênero feminino, configurado nas narrativas de Eça de Queirós e Josué Guimarães, identifica-se e insere-se no universo do herói problemático referido por Georg Lukács (2000), em seu ensaio: *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*.

2 MARCAS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CRÍTICA DA PERSONAGEM ROMANESCA

2.1 ENTRE OS GREGOS ATÉ O SÉCULO XVII

Aristóteles é o primeiro teórico pertencente à tradição intelectual do Ocidente a fixar, por escrito, reflexões pertinentes à expressão artístico-literária de seu tempo. Propõe-se a normatizar, na *Poética* (ARISTÓTELES, 1979), essa expressão, tendo como premissa que a Poesia, ao privilegiar a ação das personagens, apresenta diferentes modos (narrativo e lírico) e meios (épico e dramático) de mimetizar o real.

Antes dele, Platão (1965) relegara a Poesia a um plano inferior por entendê-la como a representação indireta dos acontecimentos e não sua essência, alcançável somente no mundo das idéias, em cujo seio não há espaço para o caráter ilusionista da *mimesis* aristotélica.

Aristóteles, por sua vez, afasta-se da concepção contemplativa de Platão e insere a Poesia no cotidiano do Homem que, a seu ver, tem, na imitação, a primeira fonte de aprendizagem e apreensão do mundo cujo resultado final se dá, na configuração artística, pela simples fruição ou catarse, proporcionada pelas encenações das grandes tragédias gregas.

A concepção da *mimesis* vincula as manifestações da arte a um contexto histórico em que a imitação de nível superior é aquela que representa cada segmento social de acordo com as características que lhe são atribuídas pela ideologia vigente à época da normatização proposta por Aristóteles.

Segundo Aristóteles (1979, p. 456), “não cabe à mulher ser viril ou terrível, pois seu caráter inferior equivale ao caráter genericamente insignificante” dos escravos. Quanto aos heróis, convém que a sua configuração os revele como “nem homens muito bons que passem da boa para a má fortuna [...] ou mesmo um malvado que se precipite da felicidade para a infelicidade”. Ao herói cabe uma “situação intermediária” vivenciada por um homem que:

[...] não se distingue muito pela virtude e pela justiça; se cai no infortúnio, tal acontece não porque seja vil e malvado, mas por força de algum erro; e esse homem há de ser algum daqueles que gozam de grande reputação e fortuna como Édipo e Tiestes ou outros insignes representantes de famílias ilustres (ARISTÓTELES, 1979, p. 454).

O *Mpos* (BRODY, 1976) grego, movido por um *ethos* calcado em deveres e privilégios sociais impostos pelo nascimento, tem uma configuração artística que obedece à *mimesis* de uma sociedade guerreira e classista, representada pelo herói, em conformidade com os critérios da bondade, da conveniência, da coerência e da verossimilhança. A qualidade ôntica, atribuída aos heróis por Aristóteles, percorre um longo período histórico, atingindo as formas de pensar o fazer artístico-literário dos poetas romanos, herdeiros da cultura helênica.

Fiel ao legado grego, Horácio – responsável pela introdução da noção da simplicidade na criação poética, em sua *Carta aos Pisões* (ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO, 1981) –, recomenda aos poetas obediência à tradição aristotélica, tendo em vista a necessidade de a obra ser simples, una, concisa e verossímil. O herói romano, a exemplo do herói grego, configura uma concepção aristocrática da arte, a qual continua a ser entendida como a *mimesis* de famílias nobres e guerreiras, formadoras do Império Romano.

O percurso do herói, evoluindo com o contexto histórico-social do mundo ocidental, atinge a Idade Média ainda com a função guerreira de defender e perpetuar o *modus vivendi* do continente europeu, acossado pelos perigos que rondam a cristandade no seu constante embate bélico e ideológico contra a permanência do ideário islâmico no ocidente.

À época do Renascimento, o ritmo acelerado das grandes navegações expande o continente, colocando-o em contato com culturas que lhe são completamente opostas e afastando o Homem europeu de certo enclausuramento, dentro de uma visão teocentrista.

O Homem sente-se capaz de agir guiado por seus próprios ideais, de explorar novos territórios e construir conhecimentos a partir do mundo novo que se lhe apresenta. Nesse contexto, os heróis passam a ser os cientistas e os estudiosos, homens de temperamento curioso e empreendedor imbuídos do germe da individualidade instituída pelo pensamento humanista.

2.2 DO HERÓI LENDÁRIO À DISSOLUÇÃO DA PERSONAGEM

O conceito da *mimesis* aristotélica continua sua trajetória até meados do século XVIII quando, sob o influxo do ideário iluminista, sustentáculo ideológico da Revolução Francesa, a burguesia enriquecida ascende ao topo das decisões governamentais, estabelecendo a sua

visão de mundo como o padrão a ser seguido e, pode-se dizer, perseguido pela população, pelo menos a parcela desta que consegue vislumbrar uma possibilidade de ascensão social no novo regime.

Nesse momento, encerra-se o longo ciclo do herói lendário herdeiro da tradição grega, e o burguês comerciante, as floristas, as pessoas comuns que povoam as ruas das cidades, bem como as desigualdades decorrentes do capitalismo em sua fase de consolidação tornam-se temática privilegiada da poesia lírica, da pintura e da literatura européias. O novo *status quo*, como acontecera com a nobreza durante séculos, consolida a sua cosmovisão por meio das expressões artísticas em voga, dentre as quais figura o romance como seu principal veículo.

A reviravolta política, no entanto, não abala a sólida tradição artístico-literária, a qual se mantém vinculada ao legado aristotélico. Essa situação permanece até a década de 20, quando destacados intelectuais do leste europeu – os formalistas russos – acenam com importantes reflexões sobre a literatura, acionando um processo, ainda em andamento, de questionamentos sobre as especificidades do texto literário. Jakobson (apud AGUIAR E SILVA, 1982, p. 15) introduz, na teoria literária, o vocábulo “literariedade”, em vista da necessidade de estabelecer que [...] “o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade, quer dizer, o que faz de uma determinada obra uma obra literária”.

A partir dessa proposição, o texto literário passa a ser analisado em função da oposição que estabelece em relação ao texto não-literário, dado que ambos têm como base o mesmo código lingüístico, embora dele se utilizem de formas diferentes: aquele, afasta-se da linguagem cotidiana, jornalística ou mesmo científica, pelos desvios que impõe ao código lingüístico, causando ao leitor uma sensação de estranhamento; esse, mantém-se no nível da linguagem coloquial e não exige, a princípio, por parte do leitor, um conhecimento prévio das formas artístico-literárias.

Na esteira do pensamento formalista de que à literatura corresponde um campo literário cujas fronteiras com o não-literário não são tão nítidas e fáceis de se estabelecer, os estruturalistas franceses introduzem, na teoria, o conceito de função. Os primeiros estudos estruturalistas iniciam com Propp (1965), na publicação intitulada *Morphologie du conte*¹, define 31 sintagmas narrativos condensados em lexemas metalingüísticos aos quais denomina funções. Segundo o autor, as funções representam ações cujas relações de causa e efeito redundam na compreensão do significado da atuação das personagens na evolução da trama.

¹ A obra original foi escrita em russo, no ano de 1928.

Propp distingue, na composição das personagens dos contos populares russos, os elementos variáveis (nome, sexo, idade, características exteriores e interiores) e os elementos invariáveis que são as sete esferas de ação na narrativa, agrupando-as nas categorias de vilão ou agressor (responsável pelo dano ao herói), de doador (aquele que oferece um objeto mágico ao herói para ajudá-lo a alcançar seu objetivo final), de auxiliar, da personagem procurada (objetivo final da busca do herói), de mandatário (aquele que envia o herói para a aventura), de sujeito da história ou herói, do falso herói (aquele que se passa pelo herói, impondo obstáculos à realização do seu objetivo final). Muitos teóricos da literatura apóiam-se no conceito de função de Propp para discutirem função, personagem e ação. Entre eles Barthes, Souriau, Greimas, Bremond e Bakhtin.

Barthes (1964), em *O grau zero da escritura*, expande o conceito proppiano de função ao salientar que todos os elementos de uma narrativa são funcionais, pois que constituem significado ao relacionar-se com outros elementos. À classe de funções elencadas por Propp acrescenta outras duas: a classe de funções distribucionais, as funções propriamente ditas, situadas no eixo sintagmático e relacionadas com as ações das personagens, correspondentes à funcionalidade do fazer; a classe das funções integrativas, correspondentes às unidades denominadas índices que possuem uma relação de continuidade, relacionada aos aspectos semânticos de uma personagem, um episódio ou uma obra inteira, acrescentando informações que identificam, no espaço-tempo, as conexões entre o plano do enunciado e o plano da enunciação, inserindo a ficção no real.

Souriau (1962) reduz o esquema proppiano a uma estrutura binária, composta por seis funções dramáticas, estabelecendo uma nomenclatura diversa daquela adotada por Propp, mas que, na sua essência, preserva a perspectiva que entende a personagem como um agente responsável pelo desencadeamento das ações na narrativa. Souriau propõe a seguinte terminologia: protagonista, antagonista, objeto desejado ou temido, destinador, destinatário e adjuvante.

Greimas (1973) publica um estudo intitulado *Semântica estrutural*: pesquisa de método no qual expõe a sintetização do conceito de esferas de ação de Propp e de função de Souriau. Estabelecendo o modelo atuacional ou actancial, privilegia a análise da personagem em suas ações. Essa estrutura binária é composta de duas categorias específicas: a dos atores - unidades do discurso correspondente ao que se conhece como personagens, e a dos atuantes ou actantes, unidades da narrativa, correspondente a uma classe de atores que exerce funções idênticas de caráter abstrato, situada nos níveis sintático e gramatical.

O esquema greimasiano propõe a seguinte terminologia: o sujeito e o objeto, actantes situados no âmbito do querer, centralizam a ação; o adjuvante e o oponente, actantes situados no âmbito da distribuição do poder, beneficiam tanto o herói (no caso do doador) quanto o vilão (no caso do oponente); o destinador e o destinatário, situados no âmbito do saber, são actantes comumente encontrados nas narrativas em que um determinado objeto é destinado a um portador específico. Um mesmo ator (ou indivíduo) pode assumir diferentes funções ou papéis na narrativa, configurado de formas variadas, tais como: “a) **entidade figurativa** (antropomórfica, zoomórfica ou outra), b) **animado** e c) susceptível de **individuação** (concretizado, no caso de algumas narrativas, sobretudo literárias, pela atribuição de um nome próprio)” (GREIMAS, 1973, p. 240-241, grifos do autor).

Bremond (1973), no trabalho intitulado *La logique du récit*, propõe-se a estabelecer um modelo analítico ajustável a todo o tipo de narrativa, por meio de leis implícitas ao processo narrativo elementar (o caso do conto), composto, seqüencialmente, de três momentos básicos: a virtualidade (possibilidade de realização de uma ação), a passagem ao ato (processo de realização), o resultado (se positivo, corresponde a uma melhora; se negativo, corresponde a uma degradação).

Na narrativa complexa (o caso do romance), atua a possibilidade da seqüência que, como unidade autônoma, estruturada e semanticamente completa, pode compor-se pela combinação de duas ou mais seqüências elementares, permitindo a formação de três modalidades narrativas:

- a) por **encadeamento**, na qual uma seqüência elementar segue a outra, depois de terminada a primeira, ocorrendo, assim, as ações: possibilidade de causar dano, processo de degradação, dano realizado, possibilidade de causar dano, processo de danificação (melhora), dano reparado;
- b) por **enclave**, em que uma seqüência elementar se encaixa dentro de outra antes que essa termine, possibilitando as seguintes ações: possibilidade de causar dano, processo de danificação concomitantemente à intervenção do herói, vitória sobre o agressor, dano não realizado;
- c) por **emparelhamento**, quando uma seqüência elementar ocorre ao mesmo tempo em que a outra, determinando as seguintes ações: possibilidade de causar dano (vilão) X possibilidade de evitar dano (herói), processo de danificação X processo

de impedimento, dano realizado ou dano não realizado = dano não impedido ou dano impedido.

As teorizações do formalismo russo e do estruturalismo denotam a preocupação em estabelecer o objeto de estudo da literatura, tomando de empréstimo conceitos da lingüística, área do conhecimento estreitamente ligada ao fazer literário que, até então, não havia sido considerada. Aceito o fato de que o texto literário (mesmo com peculiaridades que o distinguem dos textos não literários) se faz com e para a linguagem, destinando-se à comunicação, o estruturalismo aponta para a funcionalidade da personagem, compreendendo-a como um dos elementos – tem-se ainda o espaço, o tempo, a perspectiva narrativa – que, em conjunto com a fábula ou história (ações e eventos que antecedem o plano do discurso numa relação de causa/conseqüência) e a trama (elaboração artística, inserida no plano do discurso, que o escritor dá aos eventos da fábula) formam um tecido orgânico agenciado pela linguagem.

Dado o caráter imanentista que embasa as reflexões formalistas e estruturalistas é que se pode entender o *nouveau roman* francês, surgido na década de 50, do século XX, no qual se apresenta a dissolução da personagem romanesca, transformada na representação da fragmentação do ser, em meio a uma sociedade em ritmo acelerado de complexificação que não mais permite somente a figuração literária antropomórfica dos indivíduos.

A abordagem, eminentemente descritiva, das estruturas textuais recebe um importante reforço teórico, no sentido de ampliar as perspectivas das análises literárias, com o auxílio da dicotomia estabelecida por Bakhtin entre romance monológico e romance polifônico. O teórico russo, ao tomar como modelo a obra de Dostoievski, propõe a seguinte distinção entre as personagens do romance monológico e do romance polifônico:

No plano monológico a personagem é fechada e seus limites racionais são rigorosamente delineados: ela age, sofre, pensa e é consciente nos limites daquilo que ela é, nos limites de sua imagem definida como realidade; ela não pode deixar de ser o que ela mesma é, vale dizer, ultrapassar os limites do seu caráter, de sua tipicidade, do seu temperamento, sem com isto perturbar o plano monológico do autor para ela. Essa imagem se constrói no mundo do autor, objetivo em relação à consciência da personagem; a construção desse mundo, com seus pontos de vista e definições conclusivas, pressupõe uma sólida posição exterior, um estável campo de visão do autor. A autoconsciência da personagem está inserida num sólido quadro - que lhe é interiormente inacessível - da consciência do autor que a determina e representa e é apresentada no fundo sólido do mundo exterior (BAKHTIN, 1981, p. 43).

[...] O herói se incorpora ao tema como ser personificado e na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ele e com as vozes plenivalentes de outros heróis (idem, p. 89).

Opondo-se às vozes plenivalentes, acima caracterizadas, que se objetificam, relacionando-se com as demais vozes do discurso num diálogo igualitário, há as vozes eqüipolentes, que se mesclam no diálogo com outras vozes do discurso em total igualdade, porém não se objetificam, mantendo-se, enquanto consciências, independentes daquelas com as quais dialogam. Com relação a esse tipo de personagens, presentes no romance polifônico, Bakhtin afirma:

[...] trata-se, antes de mais nada, da independência que elas assumem na própria estrutura do romance em relação ao outro, ou melhor, em relação às definições comuns exteriorizantes e finais do autor. Isto não significa que a personagem saia do plano do autor. Este como que determina de antemão a personagem em liberdade relativa, evidentemente, e a introduz como tal no plano rigoroso e calculado do todo (BAKHTIN, 1981, p. 8).

[...] não são os traços da realidade - da própria personagem e de sua ambiência que constituem aqueles elementos dos quais se forma o modelo da personagem, mas o **valor de tais traços para ela mesma**, para a sua autoconsciência. [...] a sua posição social, a tipicidade sociológica e caracterológica, o **habitus**, o perfil espiritual e inclusive a sua aparência externa, ou seja, tudo de que se serve o autor para criar uma imagem rígida e estável da personagem - o “quem é ele”, tornam-se objeto da reflexão da própria personagem e objeto de sua autoconsciência. [...] enquanto a autoconsciência habitual da personagem é mero elemento de sua realidade, apenas um dos traços de sua imagem integral, aqui, ao contrário, toda a realidade se torna elemento de sua autoconsciência. O autor não reserva para si, isto é, não mantém em sua ótica pessoal nenhuma definição essencial, nenhum indício, nenhum traço da personagem: ele introduz tudo no campo de visão da própria personagem, lança-lhe tudo no cadinho da autoconsciência. Esta autoconsciência pura é o que fica *in totum* no próprio campo de visão do autor como objeto de visão e de representação (Idem, p. 40, grifos do autor).

O conceito bakhtiniano de *polifonia*², amplamente aceito pelos teóricos da lingüística e da teoria literária, é assimilado por Iuri Lotman, cuja teoria, centrada na significação do texto literário como manifestação da linguagem, revela uma tradução da realidade que conduz à compreensão nos níveis da significação sintagmática e paradigmática e, conseqüentemente, à transcodificação da obra artística.

A “significação sintagmática” diz respeito à composição da obra artística e à seleção dos elementos paradigmáticos – acontecimentos e motivos pertinentes à fábula – nela figurados a fim de explicitar-lhe as possíveis significações. A “significação paradigmática” responde pela decomposição da obra de arte, assentada em oposições fundamentais que sustentam o texto, inserindo-o em estilos e formas literárias historicamente determinadas ” (LOTMAN, 1978, p. 98).

² Refere-se à pluralidade de vozes e consciências autônomas que se entrecruzam na estrutura do texto literário.

No nível da significação paradigmática (espaço polifônico), situa-se a personagem, cujo caráter tem especificidades que a opõem à “essência típica do homem nas publicações não artísticas” (LOTMAN, 1978, p. 405). O paradigma representa um conjunto de possibilidades de ações das quais não se tem conhecimento, antecipadamente, posto que a personagem, mesmo situada dentro de um esquema cultural específico, carrega a marca da mobilidade, da imprevisibilidade e da impredicabilidade. Essas características fundamentais, em oposição constante ao esquema cultural, compõem a moldura que garante o efeito artístico ao texto literário.

Lotman mantém, em sua teorização, a vinculação com o aspecto funcional das estruturas textuais e amplia a concepção da *mimesis* aristotélica, ao compreender o texto literário como tradução da realidade e não como uma simples cópia ou imitação. Sua teoria confere ao herói possibilidades de ação que os distinguem das demais personagens. Referindo-se ao herói diz:

[...] o ponto de partida do movimento do tema é o estabelecimento de uma relação de diferença e de liberdade recíproca entre o herói actante e o campo semântico que o envolve (LOTMAN, 1978, p. 389).

[...] O herói ao agir conduz-se de forma diferente das outras personagens e apenas ele tem esse direito. O direito a uma conduta particular (heróica, imoral, moral, de propositada, imprevisível, estranha, mas sempre livre relativamente às circunstâncias, que são obrigatórias para as personagens imóveis) (idem, p. 394).

Reis (2003, p. 78-134) apropria-se dos conceitos de “signo ideológico” de Bakhtin e de “semiose literária” de Lotman, reacentuando que a personagem deve ser compreendida como um signo cuja composição ocorre, progressivamente, na narrativa, mediante uma localização espacial e identificação pessoal e ideológica. Identificação e localização desempenham forte conteúdo caracterizador, por sua capacidade de atestar e configurar determinados contextos histórico-sociais.

Surge daí, a existência de três dimensões na obra literária (REIS, 2003, p. 148-150): a “micro-semiótica”, abrangendo o ritmo, a rima, o metro e as figuras sonoras, responsáveis pela “iconicidade” do texto literário; os “signos literários”, de caráter semântico e por tal condição presentes numa gama de enunciações, abrangendo as personagens, o espaço, o tempo, o tema, os registros do discurso, os símbolos, as alegorias e metáforas, as imagens, as analepses, as digressões e a focalização interna; a global, representando a obra em si mesma, entendida como “macro-signo ou totalidade-signo”.

Reis (2003, p. 85), ao discutir o conceito de “cronótopo”, utilizado por Bakhtin, reporta-se à inquestionável ligação da obra literária com o seu tempo histórico, fixando-lhe as dimensões sociocultural, histórica e estética como fontes de estabilidade que a elevam à categoria de instituição. É precisamente nesse sentido que se compreende a personagem e, como tal, se propõe analisá-la.

Reis e Lopes, referindo-se à figura do herói, dizem:

[...] relaciona-se directamente com uma concepção antropocêntrica da narrativa: trata-se de considerar que a narrativa existe e desenvolve-se em função de uma figura central, protagonista qualificado que por essa condição se destaca das restantes figuras que povoam a **história**. Esta e as categorias que a estruturam são, pois, organizadas em função do **herói**, cuja intervenção na **acção**, posicionamento no **espaço** e conexões com o **tempo** contribuem para revelar a sua centralidade indiscutível.

Mesmo em análises de tipo funcionalista, é difícil despojar o **herói** das conotações valorativas que aqui se enunciaram. [...] mesmo a morfologia proppiana, tanto na distribuição de **funções** entre as personagens, como no desenrolar dessas funções, reafirma tacitamente a condição da supremacia do **herói** (sintomaticamente designado como tal por Propp), nos planos ético e psicológico; a atribuição ao herói da derradeira função (**casamento**) é indissociável de uma perspectivação triunfalista (ligada aos sentidos da posse, da auto-afirmação, etc.) do acidentado percurso que o conduz ao **desenlace**. E mesmo quando a semiótica greimasiana tenta descronologizar e esvaziar de conteúdos psicológicos o papel dos **actantes**, é difícil desligar a relação **sujeito/objeto** dos sentidos da procura e da conquista que uma longa tradição cultural investiu sobretudo no protagonista da narrativa (REIS; LOPES, 1994, p. 193-194, grifos dos autores).

A reflexão de Reis e Lopes indica a ocorrência, no pós-estruturalismo, de uma recuperação do conceito de personagem que, no período de tempo em que prevaleceram as análises estruturalistas, teve sua significação primordial – aquela atribuída por Aristóteles –, diminuída. E sobre a personagem os pesquisadores portugueses afirmam:

Categoria fundamental da narrativa, a **personagem** evidencia a sua relevância em relatos de diversa inserção sociocultural e de variados suportes expressivos. Na narrativa literária (da epopéia ao romance e do conto ao romance cor-de-rosa), no cinema, na banda desenhada, folhetim radiofónico ou na telenovela, a **personagem** revela-se, não raro, o eixo em torno do qual gira a acção e em função do qual se organiza a economia da narrativa; [...] (REIS; LOPES, 1994, p. 314).

[...] observa-se presentemente, por parte da Narratologia, uma recuperação do conceito de **personagem**, em certa medida subalternizada pelo Estruturalismo; essa recuperação obriga a equacionar a **personagem** nos termos de renovação teórica e metodológica [...] Aponta-se assim para uma concepção do conceito de personagem como **signo**, ao mesmo tempo que se sublinha implicitamente o teor dinâmico que, de um ponto de vista modal, preside à narrativa (idem, p. 315).

Entender a **personagem** como **signo** corresponde a aceitar a acentuar antes de mais a sua condição de **unidade discreta**, susceptível de delimitação no plano sintagmático e de integração numa rede de relações paradigmáticas. Para isso contribui a existência de processos de manifestação que permitem localizar e identificar a **personagem**: o **nome próprio**, a **caracterização**, o **discurso da**

personagem, [...] conduzindo a apresentação de sentidos fundamentais capazes de configurarem uma **semântica da personagem**. [...] Pode, a partir daqui, falar-se em **léxico de personagens**. [...] Em certos casos (mais significativos do nosso ponto de vista), esses léxicos contemplam prioritariamente as características psicológicas, sociais e culturais da **personagem** [...] analisada como concentração de sentidos susceptíveis de abstracção típica (o anarquista, o burguês, a mulher fatal, o sedutor, o artista, etc.) (idem, p. 316, grifos do autor).

Reis e Lopes inserem as discussões acerca da personagem num amplo espectro teórico, contribuindo para uma compreensão mais abrangente, propiciada pela flexibilidade na utilização dos recursos inventariados pela teoria da literatura sem, contudo, permitir que as análises se percam em divagações desprovidas de método ou em esquemas rigidamente estratificados que venham a toldar o acesso à plurissignificação do texto literário.

2.3 DA PASSAGEM DO SAGRADO AO PROFANO: O SURGIMENTO DO HERÓI PROBLEMÁTICO

Eliade (1992, p. 20) reconhece que “o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no Mundo”. A primeira corresponde à visão de mundo dos nossos primitivos antepassados para quem todo ato, mesmo o mais ordinário, era revestido de sacralidade. A essa época, povoava o mundo conhecido um “homem religioso” para quem o sagrado é o real por excelência, posto que: “[...] o desejo do homem religioso de viver no sagrado, de fato, equivale ao seu desejo de se situar na realidade objetiva, de não se deixar paralisar pela relatividade sem fim das experiências puramente subjetivas, de viver num mundo real e eficiente - e não numa ilusão” (ELIADE, 1992, p. 27).

Dessa forma, sua existência gira em torno de “modelos exemplares” (idem, p. 85) – os heróis míticos, os quais tenta imitar, pois seu cotidiano entrecruza-se com as divindades num espaço geográfico sacralizado por arquétipos colocados desde tempos imemoriais. Ao separar-se o sagrado do real, deixa de existir o mundo homogêneo no seio do qual as necessidades transcendentais são satisfeitas no espaço reduzido da própria coletividade. Surge o “homem não-religioso” (idem, p. 27), mergulhado no profundo sentido da relatividade da realidade, que se reconhece como indivíduo à parte das divindades e, conseqüentemente, consciente, em maior ou menor grau, da sua individualidade. Segundo o autor, nesse momento, o Homem:

[...] reconhece-se como o único sujeito agente da História e rejeita todo apelo à transcendência. Em outras palavras, não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana, tal como ela se revela nas diversas situações históricas. O homem *faz-se* a si próprio, e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo (ELIADE, 1992, p. 164, grifo do autor).

O homem “não-religioso”, todavia, não se desfaz, completamente, dos elementos míticos do passado e, como herdeiro deste, ao mesmo tempo em que luta para dele se desvencilhar, permanece a criar uma série de outros mitos camuflados que nada mais são do que a reatualização de antigos arquétipos que o mantêm, de certa forma, conectado à sua ancestralidade perdida e irrecuperável.

No contexto em que a dimensão transcendente da idéia de coletividade é abalada pela ascensão do individualismo no pensamento ocidental, inscreve-se *A teoria do romance*: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica, do filósofo Lukács (2000), que se dedica à análise da repercussão dessa mudança na sociedade ocidental, pelo estudo de obras literárias por ele consideradas exemplares.

Em seu ensaio, Lukács (2000, p. 25-34) estabelece nítidas diferenciações entre as “culturas fechadas” – nas quais viviam os homens religiosos, nas culturas pós-clássicas, nas quais se rompe, em definitivo, a homogeneidade da cosmovisão dos nossos ancestrais. Do “dever-ser”, dado *a priori*, o homem passa a fazer-se, pois não mais conta com o auxílio das divindades.

Perdido o sentido de totalidade entre o homem e o mundo, entre a matéria e a substância, bem como o caráter ritualístico das atividades cotidianas, o homem passa a pensar e agir num mundo fragmentado e caótico em que “a unidade natural das esferas metafísicas foi rompida para sempre” (LUKÁCS, 2000, p. 34), rodeia o homem que passa a pensar e agir de forma fragmentada sobre o real. A arte, pura expressão de humanidade, acompanha essa virada juntamente com os indivíduos, pois:

Uma totalidade simplesmente aceita não é mais dada às formas: eis por que elas têm ou de estreitar-se e volatilizar aquilo que configuram, a ponto de poder sustentá-lo, ou são compelidas a demonstrar polemicamente a impossibilidade de realizar seu objeto necessário e a nulidade intrínseca do único objeto possível, introduzindo assim no mundo das formas a fragmentariedade da estrutura do mundo (LUKÁCS, 2000, p. 36).

Segundo, ainda, o autor (2000, p. 44), o romance é desdobramento histórico da “grande épica”, que se torna irrealizável numa realidade fragmentada. Definitivamente impossibilitado de compreender o mundo como uma “totalidade” (idem, p. 83), o homem e,

conseqüentemente, o herói romanesco, alheia-se ao mundo exterior, voltando-se para sua interioridade, da qual tenta extrair a significação perdida da realidade. É nesse sentido que Lukács (idem, p. 55) entende o romance como: “[...] a epopéia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que, ainda assim, tem por intenção a totalidade [...]”.

O herói romanesco, ao não conseguir representar o coletivo, torna-se problemático, buscando, a partir de sua subjetividade, constituir sentido para uma realidade imersa na falta de sentido. Segue a si próprio, transformando-se no eixo fundamental da narrativa. Sua “biografia” (LUKÁCS, 2000, p. 83), agora separada da essência, torna-se o real, única fonte de compreensão do mundo, através da qual se instaura uma existência contraditória que revela o completo distanciamento entre si e Deus.

Num mundo “abandonado por deus” (LUKÁCS, 2000, p. 95), o herói é expulso de seu espaço mítico, não tem os deuses a guiar-lhe os passos no enfrentamento com a realidade: está só no mundo e somente consigo mesmo pode contar. O herói épico, por sua vez, representa uma comunidade cuja infância é desprovida de contradições entre o sujeito e a coletividade, portanto, não combate por seus ideais, mas pelos ideais do grupo social a que pertence.

O herói romanesco, inserido numa sociedade individualista, passa a ser figurado de forma que suas vivências e ações apareçam como situações e paixões experienciadas por pessoas comuns. Estabelecidas as contradições socioeconômicas do sistema capitalista, torna-se impossível a configuração de um “herói positivo” (LUKÁCS In: NETTO, 1992, p. 180), em vista da degradação das condições de vida da sociedade representada. A respeito do herói positivo, Lukács afirma:

[...] Os grandes romancistas esforçam-se por inventar uma ação que seja típica da situação social do seu tempo e, para suporte desta ação, escolhem um homem que possa revestir-se dos traços típicos da classe e, ao mesmo tempo, que possa aparecer como positivo e digno de ser representado. [...] O respaldo justificado, por vezes revolucionário, que eles oferecem aos aspectos positivos da sociedade capitalista permite-lhes criar o ‘herói positivo’. Mas, simultaneamente, a análise honesta, distanciada de qualquer apologia, que fazem das contradições e dos horrores da evolução capitalista, da degradação humana que ela provoca, dissolve o caráter positivo do herói. [...] (LUKÁCS In: NETTO, 1992, p. 180).

Para Lukács (p. 180), a intenção dos escritores de configurar um herói que represente “‘um estado intermediário’, uma ultrapassagem das contradições que descobrem no interior do sistema capitalista [...] está destinada ao fracasso”. Diante da impossibilidade da concretização literária de um sujeito que represente os aspectos positivos de uma sociedade

fundada no individualismo e na divisão do trabalho, os escritores se lançam à aventura [bem-sucedida] da configuração das idiosincrasias sociais. Dessa forma:

[...] o resultado final é a forma romanesca – esta forma contraditória, paradoxal e, na ótica clássica, inacabada, mas cuja grandeza artística prende-se exatamente ao fato de ela refletir e figurar artisticamente o caráter contraditório da última sociedade de classes, realizando-o conforme este caráter contraditório (LUKÁCS In: NETTO; FERNANDES, 1992, p. 180).

Lukács (p. 179) argumenta, ainda, que, para que se alcance a perfeita figuração do herói típico do romance burguês os escritores [...] “têm que investigar profundamente os fundamentais sociais da ação individual, têm que analisá-los através de múltiplas mediações para fazê-los aparecer como qualidades e como paixões vividas por pessoas particulares”. Surge, daí, a configuração do tipo, personagem de caráter eminentemente social, pois revela as transformações históricas que se enraízam no cotidiano da sociedade. Nesse sentido:

O tipo vem caracterizado pelo fato de que nele convergem, na sua contraditória unidade, todos os traços salientes daquela unidade dinâmica na qual a autêntica literatura reflete a vida. Vem caracterizado pelo fato de que nele todas as contradições – as mais importantes contradições sociais, morais e psicológicas de uma época se articulam em uma unidade viva. [...] Na representação do tipo, na criação artística típica, fundem-se o concreto e a norma, o elemento humano e o historicamente determinado, o momento individual e o momento universal social (LUKÁCS In: NETTO; FERNANDES, 1992, p. 98).

A personagem de ficção é, pois, uma categoria abstrata, pertencente ao nível da enunciação³, situada no paradigma ôntico, em vista da determinação (levada a cabo pelo narrador), no texto literário, de características pessoais, sociais, culturais e ideológicas que a inserem num contexto espaço-temporal específico, cuja cosmovisão é revelada pelas inter-relações estabelecidas entre as personagens e o meio social que as circunscreve.

Como categoria narrativa, a personagem depende de outras categorias: o narrador, o espaço geográfico, social e psicológico, a ação, o tempo, o discurso, a focalização o que, conforme o opção estética e ideológica do autor, podem sobressair-se ou não no processo de composição do universo diegético. Não restam dúvidas de que uma marcação rigorosa do espaço-tempo diegéticos favorece a verossimilhança na composição da personagem que, assim, torna-se mais próxima à realidade do leitor, dependendo, obviamente, da aproximação ou distanciamento entre o tempo do enunciado, o tempo da enunciação, o tempo da narração e o tempo da leitura.

³ A enunciação do discurso é responsabilidade do narrador, entidade abstrata situada no paradigma ontológico, da qual o escritor, pessoa física situada no paradigma ôntico, se investe para construir a narrativa.

O tempo do enunciado – da história ou diegese – é o tempo dos acontecimentos ficcionais, organizado por causalidade, cronologia ou coerência interior. Sua duração pode ser cronológica – medida por indicadores externos como o passar das horas, a sucessividade de dias e noites, a alternância das estações do ano, ou psicológica, determinada pelo tempo interior, subjetivo e particular das personagens, e somente aferido pela experiência individual.

O tempo da enunciação (da aventura, narrativa ou trama) é o tempo do *tu* e do *eu* que ouve. Pode ser linear, quando o narrador segue a ordem cronológica dos fatos, ou invertido, causando o desencontro entre os acontecimentos no tempo da narrativa (ou trama) e no tempo da diegese (ou história). Daí surgem as anacronias (narrativas *in medias res* e *in ultimas res*, as prolepses e analepses), e as isocronias, raramente encontrada no romance, pois pressupõem a coincidência perfeita entre o desenvolvimento cronológico da diegese e a sucessão, no discurso, dos acontecimentos diegéticos.

O tempo da narração (ou da escritura) reflete a preocupação do autor em dar atualidade e dimensão histórica à narrativa. Por isso, a seleção das técnicas e do processo de escritura e a recusa ou aceitação das normas estéticas vigentes sofrem influência direta da duração do tempo da composição que afeta a atualidade das idéias motrizes das narrativas. O tempo da leitura não pode se mensurar, pois depende do contexto e da disponibilidade do leitor, fato que condiciona a escolha dos gêneros pelo autor, tendo em vista o custo de produção do livro, a situação econômica do leitor e suas preferências de lazer.

Em vista disso, na construção da personagem de ficção, importam não só o contexto intratextual, mas também o contexto extratextual. Ambos convergem no universo diegético sem que as especificidades histórico-sociais deste último superem as peculiaridades estéticas do primeiro. Vale ressaltar que a personagem é, antes de tudo, ficção, um produto da elaboração artística do escritor, considerando alguns aspectos previamente selecionados da realidade.

No caso das narrativas intimistas ou daquelas em que o universo diegético se constrói sob o fluxo de consciência, o fulcro da narrativa é como os eventos históricos, ideológicos e afetivos repercutem no estado de alma de uma personagem inserida em um dado contexto social. Mesmo em se tratando de figuras históricas, a personagem não perde o caráter ficcional, visto que o sujeito histórico, literariamente configurado, atua em situações verossímeis e não necessariamente verídicas.

2.4 UMA PROPOSTA DE LEITURA DAS PERSONAGENS FEMININAS DE EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES

Com base nos pressupostos teóricos apresentados, propõe-se realizar uma análise das personagens femininas de Eça de Queirós (Juliana e Luísa em *O primo Basílio*)⁴ e de Josué Guimarães (Catarina em *A ferro e fogo: tempo de solidão*)⁵, tendo referência a opção dos autores pelo pacto realista, embora ambos estejam situados em diferentes períodos históricos. Em Eça de Queirós, o contexto extratextual coincide com o contexto intratextual, o que torna a sua produção uma expressão comprometida com o seu próprio tempo, evidenciando o momento em que obra assume nítidos contornos naturalistas. De acordo com Carlos Reis, o escritor português adota uma perspectiva narrativa que:

[...] ao debruçar-se sobre a personagem cujas características individuantes importa acentuar, o narrador procura pôr em evidência a sua origem social, as diretrizes culturais e morais que presidiram à sua educação e todo um conjunto de vícios ou qualidades eventualmente inculcados pelo ambiente que a marcou, estigmatizando indelevelmente o seu futuro (REIS, 1975, p. 73).

Em Josué Guimarães, situado, historicamente, quase um século depois do escritor português, tem-se um contexto cultural em que predomina a tecnologia, e os meios de comunicação de massa detêm o monopólio da informação. Impõe-se à produção literária a adoção das novas linguagens midiáticas como forma de sobreviver à dissolução da importância da literatura como formadora de hábitos e de opinião. Nesse cenário (oposto àquele em que escreve e vive Eça de Queirós), Josué Guimarães opta por voltar-se para o passado histórico do Rio Grande do Sul, demonstrando que o projeto realista ainda constitui possibilidades de recriação artística dos eventos sociais. Conforme Bosi (1997), o romance brasileiro nas décadas de 70-90 do século XX, situa-se como:

[...] pluralidade de formas que impressiona à primeira vista e tateamos ainda na procura da estrada real.

Sentimos as diferenças em relação à prosa dos pós-modernistas maiores (Guimarães Rosa e Clarice Lispector), mas não sabemos com precisão onde desenhar a linha do corte. Talvez porque o corte se tenha dado em mais de um nível.

Por essa razão, enquanto alguns escritores militantes, agulhoados pelo desafio da situação nacional, refaziam a instância mimética, quase fotográfica, da prosa documental, já começavam a sentir, [...] o apelo da contracultura que reclamavam o

⁴ QUEIRÓS, Eça. *O primo Basílio*. São Paulo: Nova Cultural, s.d.

⁵ GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

lugar, ou os múltiplos lugares, do sujeito, as potências do desejo, a liberdade sem peias da imaginação [...] (BOSI, 1997, p. 435).

Tal situação causa forte impacto na cultura nacional e nos modos de produção das narrativas ficcionais. A realidade plural estimula o aparecimento de “vários narradores para os quais é a apreensão das imagens do seu universo regional que lhes serve de bússola o tempo todo” (idem, p. 436). No romance de Josué Guimarães, os contextos extra e intratextual não coincidem, e os intervenientes históricos, políticos e ideológicos que perpassam o texto tendem a projetar a visão de mundo de um artista do século XX, vivendo sob um regime de exceção, que volta o olhar para o passado na tentativa de reconstruí-lo e, com isso, compreender, e fazer compreender, sua contemporaneidade. Isso se torna possível porque, analisadas sob um ponto de vista histórico-social, percebe-se o quanto os acontecimentos do universo diegético de Josué reproduzem uma série de situações recorrentes no tempo da escritura do romance.

O fulcro, eminentemente social dos romances, conduz esta análise à proposição de investigar a construção de personagens femininas, distantes no nível da enunciação por um grande lapso temporal. Todavia, elas convergem enquanto portadoras de uma verdade construída culturalmente sobre a função social da mulher que persiste até os dias de hoje. Conseqüentemente, à análise da conjuntura histórico-social conjugam-se algumas reflexões das teorias feministas sobre a função social e a identidade femininas – e de como estas problematizam a construção da personagem feminina – como um conjunto de mitos e simbolismos ideologicamente construídos, cujo propósito é a perenização do modelo de família patriarcal.

Desde a Antigüidade a construção da personagem feminina tem obedecido ao *ethos* do momento histórico em que está inserida. Na Grécia, ao referir-se ao caráter “inferior” do gênero feminino, Aristóteles (1979, p. 456) legitima, por meio da representação artística, o modo como a mulher deve ser configurada, em consonância com características socialmente aceitáveis.

Na Idade Média, por volta do século XII, as “cantigas de amigo”, de origem galego-portuguesa são compostas por trovadores que assumem um *eu-lírico* feminino pertencente a um estrato social popular, a lamentar suas mágoas de amor em relação ao homem amado. O ambiente rústico (campo, mar, pequenas cidades), a simplicidade da linguagem e da estrutura formal evidenciam a origem popular das cantigas de amigo. As “cantigas de amor”, de origem provençal, revelam um *eu-lírico* masculino inserido em ambiente aristocrático, a cantar “uma

senhora da aristocracia” que lhe é superior e inatingível. A métrica requintada, a linguagem apurada e a presença de um amor impossível metaforizam a vassalagem social, própria à estrutura feudal, mediante a vassalagem amorosa (MOISÉS, 1995, p. 75).

As “cantigas de mal-dizer”, sátiras diretas que se valem de um vocabulário pejorativo e, por vezes, degradante, tematizam o adultério, os amores interesseiros, as aventuras proibidas de religiosos, nomeando a figura social a que se destina. As “cantigas de escárnio”, sátiras indiretas, utilizam um vocabulário jocoso, porém sutil, não identificam a pessoa criticada, mas, assim como as cantigas de mal-dizer, têm como objetivo ridicularizar personalidades sociais, o amor platônico e o *modus vivendi* aristocrático (MOISÉS, 1995, p. 75).

Hohlfeldt (2000, p. 45), em seu ensaio *Quando o discurso masculino usurpa o discurso feminino: o caso das cartas portuguesas*, ao analisar a representação literária da mulher medieval, aponta para o objetivo implícito de apresentar um ponto de vista eminentemente masculino sobre a função social da mulher. Opondo-se à crença de que as *Cartas* se tratam de um texto feminista afirma que:

[...] sempre perdura a hipótese de que, de fato, não tenham sido escritas por uma mulher, ou porque, de qualquer maneira, defendem um ponto de vista masculino (idem, p. 47).

[...] estabelece-se uma auto-imagem de debilidade da mulher, reforçada pelo bom-tom dos lamentos femininos diante do abandono (idem, p. 52).

[...] é reiterado o reconhecimento de que a ordem natural das coisas é a preeminência do homem sobre a mulher e, conseqüentemente, deve a mulher aceitar a decisão dos homens, guardando-as em seu coração e transformando-as em sofrimento e abnegação coloridas de religiosidade (idem, p. 53).

A análise de Antonio Hohlfeldt permite a visualização, ao longo dos séculos, de como tem sido exercida a intencionalidade de legitimar-se a condição da fragilidade feminina, ao atribuir ao gênero características da abnegação e resignação que o tornam capaz de seguir o destino que se lhe impõe sem tomar atitudes que afrontem o paradigma feminino. Naturalmente, com o passar do tempo e das transformações políticas, econômicas e sociais, esse paradigma adapta-se (sem deixar de existir), atingindo em grande escala a produção literária do século XIX, em vista do alargamento do público leitor, em especial o público leitor feminino, pertencente às classes média e média alta.

3 PERSONAGENS FEMININAS EM EÇA DE QUEIRÓS E JOSUÉ GUIMARÃES

3.1 A QUESTÃO DO REALISMO LITERÁRIO

É difícil definir realismo literário. Para tal deve-se recorrer ao conceito de *mimesis* literária, proposta há dois milênios por Aristóteles e que condicionou as reflexões posteriores sobre o assunto. Ao contrário de Platão, Aristóteles considera a imitação inerente ao homem e a *mimesis* artística como meios adequados de alcançar a verdade. Nessa perspectiva, o texto verbal é uma construção que não imita sensivelmente o real, mas que apresenta um universo coerente, percebido como provável e verossímil.

Esse conceito de *mimesis* sustenta a teoria aristotélica dos gêneros literários, diferenciados entre si pelo modo de imitação, isto é, representação narrativa e representação dramática. Com o Romantismo, o conceito de *mimesis* confronta-se com outras propostas que procuravam entender e explicar a função e a natureza do fenômeno literário. Diante disso surgem diferentes momentos e concepções que, se contribuem para a autonomia da literatura, conduzem à formação de um pensamento estético que se opõe ao Romantismo e que concebe um novo movimento artístico, o Realismo. Esse movimento, surgido na segunda metade do século XIX, dá lugar, nos cem anos conseqüentes, a correntes literárias que ficaram conhecidas por várias designações, em função de contextos geográficos e culturais específicos.

A filosofia positivista, resultado do desenvolvimento científico oitocentista, e a nova estética (realista) que colocava a arte e a literatura a serviço da vida contemporânea, encontra seguidores em Portugal e no Brasil. Na esteira do Realismo-Naturalismo, defendido por Flaubert e Zola, escritores portugueses e brasileiros acreditavam que a finalidade da literatura era moralizar a sociedade, denunciando seus vícios e seus erros. Propunham, pois, uma transformação social mediante nova concepção do romance que condenava o divórcio entre a arte e a vida, perseguindo uma representação mais ou menos perfeita da realidade.

Dos escritores realistas do último quartel do século XIX, merecem destaque, em Portugal, Eça de Queirós e, no Brasil, Machado de Assis. Na prática, a produção literária de Eça de Queirós não se identifica com o programa doutrinário que ele mesmo defendeu na conhecida conferência, proferida em 1871, no Casino Lisbonense: *O Realismo como nova*

expressão da arte. Na sua famosa trilogia – *O crime do padre Amaro*, *O primo Basílio* (1878) e *Os Maias* (1888) – é visível a tentativa de inquirição da sociedade portuguesa com a aplicação de um método de análise que explica, e não apenas descreve os fenômenos sociais observados.

Machado de Assis, à semelhança de Eça de Queirós, publica três romances que são considerados realistas: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Don Casmurro* (1899), que não só satirizam (denunciam) as instituições sociais burguesas, a partir da chaga maior, o adultério, mas também apresentam uma observação subjetiva, a cargo de um narrador, que deixa emergir sua consciência.

Diante dos diferentes contributos à noção de Realismo, é legítimo falar-se de uma estética realista concretizada em diferentes movimentos literários desde o realismo inglês do século XVIII até os dias atuais. É, justamente, na permanência do realismo e da estética realista na atualidade (século XX) que incide o realismo de Josué Guimarães que procura apresentar a “ilusão completa da verdade” e, por conseguinte, a vinculação a procedimentos de representação mimética. Diferentemente do realismo oitocentista, a literatura representa uma forma de consciencialização do indivíduo e meio de intervenção na vida social. Josué Guimarães, em *A ferro e fogo* (tempo de solidão), ressalta a necessidade de o romancista adaptar os fatos e as personagens ao objetivo de sua demonstração.

A estética realista continua em desenvolvimento, concretizando-se em outras (novas) poéticas, como por exemplo: realismo subjetivo, realismo fantástico ou mágico, realismo contraditório, dialético ou crítico, hiper-realismo, etc. É, justamente, nesse contexto de constante transformação estética que se situam as obras dos dois escritores, objetos deste estudo, cuja produção apresenta traços de um primeiro realismo (Eça de Queirós) e das mais recentes tendências (Josué Guimarães) na construção da personagem.

3.2 A CONDIÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX: *O PRIMO BASÍLIO*

Em Queirós, os contextos extra e intratextual coincidem, pois o escritor, homem de seu tempo, propõe-se a apontar e analisar, criticamente, as idiosincrasias sociais que impedem a ascensão de Portugal à condição de país desenvolvido no contexto europeu. Em seu projeto literário, a construção da personagem feminina é fundamental pela crítica

contundente aos códigos que regem a relação mulher-sociedade e às conseqüências desastrosas que a educação direcionada ao gênero feminino pode acarretar nos destinos individuais e coletivos.

Ao produzir um “romance de espaço” (SILVA, 1982, p. 653), tomando como matéria a sociedade pequeno-burguesa de Lisboa, na década de 70 do século XIX, Eça privilegia uma abordagem dicotômica da mulher que inviabiliza a presença de uma identidade autenticamente feminina. Por outro lado, sua proposta ajusta-se, perfeitamente, ao ideário realista-naturalista a que se vincula *O primo Basílio* (QUEIRÓS, [s.d.]). O romance conta com personagens planas (Luísa), personagens-tipo (o conselheiro Acácio) e personagens complexas (Juliana)⁶. A complexidade do caráter de Juliana, por exemplo, contrapõe-se à linearidade comportamental de Luísa, e essa oposição é o mote desencadeador da trama.

O romance, estruturalmente “fechado”⁷ e dividido em dezesseis capítulos, apresenta um narrador heterodiegético que assegura a “alteridade” (REIS, 2003, p. 370) entre o plano da enunciação e o universo diegético. No entanto, a objetividade e o distanciamento do narrador demiurgo não o impedem de emitir constantes juízos de valor permeados pela intencionalidade moralizadora do texto. Nesse sentido, o discurso indireto colabora, inquestionavelmente, para a constituição de um quadro específico e delimitado, ponto de partida para a composição de um painel dos costumes lisboetas da época.

3.2.1 Luísa: hipocrisia, traição e chantagem

Em meados do século XIX, por volta da década de 70, situam-se Luísa e Jorge, casal sem filhos, pertencente à pequena classe média. Levam uma vida confortável, embora sem luxos, graças ao posto de engenheiro que o marido ocupa no Ministério da Fazenda. O casal é admirado pelos amigos e desfruta de boa reputação entre a vizinhança. Luísa sente uma profunda antipatia por Juliana, empregada doméstica que Jorge assumira para si, após a morte de sua tia Virgínia. A viagem de quatro semanas de Jorge é o motivo desencadeador do

⁶ Os conceitos de personagem plana, personagem-tipo e personagem complexa, aqui utilizados, conformam-se àqueles amplamente divulgados pela teoria da literatura, a partir da publicação de E. M. Forster intitulada *Aspects of the Novel* (1949), lançada no Brasil, em 1969, pela Editora Globo com o título de *Aspectos do Romance* e traduzida por Maria Helena Martins.

⁷ Cf. SILVA (1982, p. 695), o romance fechado tem uma estrutura convencional, claramente delimitada por início, meio e fim, e seu desenlace apresenta a resolução de uma situação colocada no início da trama.

adultério, posto que sua ausência facilita o processo de sedução, habilmente, colocado em prática por Basílio.

A riqueza, os bons modos e o refinamento ostentados por Basílio fascinam Luísa que, lentamente, cede à corte do primo. Juliana, que odeia a patroa, mantém uma posição subserviente até o momento em que descobre o fato, em cartas jogadas ao lixo. Constatada a traição, Juliana assume, diante da patroa, a sua verdadeira personalidade, passando a exigir-lhe recompensa financeira e facilidades no extenuante regime de trabalho em pagamento pelo seu silêncio. Abandonada pelo amante, Luísa desespera-se com as dificuldades para amealhar a quantia exigida e com o retorno do marido de viagem.

Em sua aflição, para silenciar Juliana, principia por ceder a seus caprichos, liberando-a do serviço doméstico. Tal situação irrita Jorge profundamente, pois não consegue compreender as razões da atitude da esposa. Luísa, aconselhada pela amiga Leopoldina, pensa em recorrer a um antigo admirador para arrecadar o dinheiro, porém, quando se vê frente a frente com Castro e percebe a “concupiscência brutal do homem” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 251), desfaz-se dele a chicotadas, enojada. Acaba por cair doente, vindo a falecer após a descoberta do romance pelo marido.

O tema central – o adultério – é introduzido, no segundo capítulo, quando, em conversa com os amigos sobre a peça *Honra e Paixão*, do Primo Ernestinho, a respeito de uma mulher que trai o marido, acontece o seguinte diálogo:

- Que dizes tu a isto? Disse-lhe D. Felicidade. Ela ergueu o rosto, tristonha, encolheu os ombros...

E o conselheiro logo:

- A Sra. D. Luísa diz com orgulho o que dizem as verdadeiras mães de família:

Impurezas do mundo não me roçam

Nem a fimbria da túnica sequer (QUEIRÓS, [s.d.], p. 33).

A abordagem informal do assunto suscita uma discussão acalorada a respeito do destino da heroína adúltera, se esta deveria ou não morrer às mãos do marido. Porém, no que se refere à Luísa, o diálogo denota que a moça goza de excelente reputação entre os amigos: ser uma mulher honesta, incapaz de trair, é para ela uma condição *a priori*, inquestionável. As cobranças que o marido lhe faz, alegando a necessidade de manter a reputação do casal intocada, exasperam-na. Jorge proíbe-lhe de receber Leopoldina em casa, conhecida na cidade como a *Pão-e-Queijo*, devido aos casos extraconjugais que mantém. Preocupado com a sua longa ausência, Jorge solicita a seu melhor amigo:

- Por isso, Sebastião, enquanto eu estiver fora, se te constar que a Leopoldina vem por cá, avisa a Luísa! Porque ela é assim: esquece-se, não reflexiona. É necessário alguém que a advirta, que lhe diga: ‘Alto lá, isso não pode ser!’ [...] ‘Minha rica senhora, cuidado, olhe que isso não!’ Que ela, sentindo-se apoiada, tem decisão. Senão, acanha-se, deixa-a vir. Sofre com isso, mas não tem coragem de lhe dizer: ‘Não te quero ver, vai-te!’ Não tem coragem para nada: começam as mãos a tremer-lhe, a secar-se-lhe a boca... É mulher, é muito mulher!...Não te esqueças, hem, Sebastião? (QUEIRÓS, [s.d.], p. 35).

Jorge não percebe que a esposa aprecia receber as visitas da amiga e, que se o faz com receios, é por temer que lhe cheguem aos ouvidos notícias da movimentação na casa durante sua ausência. Uma série de interdições às mulheres casadas e honestas, comuns nessa época, privam Luísa de exercer o livre arbítrio de receber os amigos de quem realmente gosta, independentemente da boa ou má reputação de que desfrutam. Nesse contexto, tornam-se importantes algumas reflexões sobre a configuração da personagem feminina em *Eça de Queirós*.

Conforme Rita Terezinha Schmidt (2000), a construção da personalidade e do caráter da personagem feminina, no romance do século XIX, revela que:

[...] as leis que governam o casamento, a sexualidade e dependência feminina são tão insistentes a ponto de ser possível a identificação de um *script* narrativo que, ao organizar a experiência e produzir seus sentidos, opera na qualidade de um aparato ideológico dirigido à socialização das personagens femininas dentro de limites legais, econômicos e sexuais (SCHMIDT, 2000, p. 74).

A análise de Rita Terezinha Schmidt reforça a concepção da intencionalidade moralizadora de *Eça* ao configurar Juliana e Luísa, personagens antagônicas que, por diferentes motivos, se prestam ao propósito reformista e pedagógico do romance. Conseqüentemente, vê-se uma Luísa despersonalizada e volúvel que se deixa envolver, tola e ingenuamente, numa rede da qual só consegue desvencilhar-se com a morte. Luísa não percebe que, acima dos seus desejos de aventura e romance, está uma sociedade sempre pronta a apontar a mulher que se desvia do padrão comportamental que lhe é traçado. Dessa forma, o universo feminino queirosiano demonstra que:

Ao criar limites ficcionais para as possibilidades da experiência feminina, esse *script* inscreve os desejos individuais num código coletivo de ações cujas conseqüências reforçam comportamentos psicologicamente introjetados e papéis socialmente legitimados. [...] observa-se que a trajetória das personagens femininas é decalcada num *script* que circunscreve a personagem num universo erótico-familiar, num dever-ser que praticamente anula qualquer opção de atuar-se fora dele (SCHMIDT, 2000, p. 74).

O “dever-ser” (SCHMIDT, 2000, p. 74) imposto ao gênero, “ponto de vista eminentemente masculino” (HOHLFELDT, 2000, p. 45) da construção dos caracteres de Juliana e Luísa, encontra-se em estreita conexão com o projeto liberal de sociedade, segundo o qual a mulher, figura indispensável na manutenção da harmonia familiar, tem como dever a educação dos filhos, os cuidados com a casa e o estabelecimento de um lar harmonioso para o qual retorna o homem, marido, pai e provedor ao fim das jornadas de trabalho.

Não é por acaso que Luísa não tem filhos, mesmo sendo casada há quatro anos. Esse dado, de suma importância no universo diegético, simboliza um acontecimento facilitador do processo de sedução que leva Luísa ao adultério. Ao recomendar a esposa ao amigo, Jorge diz ao amigo:

- Fica tão só, coitada!... – disse Jorge.
Deu alguns passos pelo escritório, fumando, com a cabeça baixa:
- Todo o casal bem organizado, Sebastião, deve ter dois filhos! Deve ter pelo menos um! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 35).

Entretanto, o casal não tem filhos. Luísa encontra-se livre dos compromissos maternos indispensáveis ao bom funcionamento da família burguesa do século XIX. A jovem esposa não corresponde ao paradigma da condição feminina criado para manter a mulher no “âmbito privado” do lar, cujas funções são rigorosamente definidas e diferenciadas das funções pertencentes ao “âmbito público”, destinado à atuação do homem na sociedade (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 30).

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p. 30-31), isso se dá porque:

A nova família burguesa, centrada na criança, impôs, desta forma, uma supervisão constante sobre a mulher, a principal responsável pela boa criação e educação dos filhos. O mito da infância encontra, assim, um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres como as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitam da sua proteção. O status inferior de ambos passa a ser disfarçado sob a capa de um certo ‘respeito’ requintado: não se deveria discutir assuntos sérios, ou relacionados a sexo, nem se deveria fazer uso de determinados termos ou de injúrias na frente de mulheres e crianças (1994, p. 30, grifos da autora).

Luísa corresponderia com perfeição – se tivesse filhos – à imagem ideal da dona-de-casa burguesa do século XIX, pois, de acordo com a *intelligentsia* da época, a mulher é, por natureza, “frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 30-31). A descrição de suas características físicas e psicológicas contribui para compor o quadro em que se desenrola o seu drama. Seus hábitos, bem como a opinião que o marido e amigos têm sobre ela, vão, pouco a pouco, construindo

um “signo” (REIS; LOPES, 1994, p. 316) que assume, em sua primeira cena, o valor de uma prolepse. O narrador diz:

Ficara sentada à mesa, a ler o *Diário de Notícias*, no seu roupão de manhã de fazenda preta, bordado a *soutache*, com largos botões de madrepérola; o cabelo louro um pouco desmanchado, com um tom seco do calor do travesseiro, enrolava-se, torcido no alto da cabeça pequenina, de perfil bonito; a sua pele tinha a brancura tenra e láctea das louras; com o cotovelo encostado à mesa acariciava a orelha, e, no movimento lento e suave dos seus dedos, dois anéis de rubis miudinhos davam cintilações escarlates (QUEIRÓS, [s.d.], p.7, grifos do autor).

Luísa é toda suavidade, beleza e languidez, atributos de sua origem, educação e *status* social. Juliana opõe-se-lhe nos planos social, físico e psicológico. Em vista disso, evidenciam-se, no texto, características que operam no sentido de demonstrar tal diferença e, ao mesmo tempo, instituir um signo do gênero feminino essencial à crítica social empreendida por Eça de Queirós.

3.2.2 Juliana: inveja e desejo de ascensão social

A constituição de Juliana, enquanto signo, inicia numa prolepse de sua atuação na trama e do triste destino que lhe está reservado. Comparando-a a um morcego, o narrador declara:

[...] Juliana entrou arranjando nervosamente o colar e o broche. Devia ter 40 anos, era muitíssimo magra. As feições, miúdas, espremidas, tinham a amarelidão de tons baços das doenças de coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuiá de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tique nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias – mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duraque com ponteiros de verniz (QUEIRÓS, [s.d.], p. 10).

“Os olhos grandes, encovados, a amarelidão, a cabeça enorme e o tique nas asas do nariz” (idem, p.10) de uma, antagonizam com “a cabeça pequenina, de perfil bonito e a brancura tenra e láctea” (idem, p. 7) da outra. Juliana é toda fealdade, com exceção do “pé pequeno, bonito” (idem, p. 10), são gritantes as diferenças entre ambas. O narrador percorre a trajetória de Juliana, revelando episódios da infância de privações e humilhações que contribuíram para o desenvolvimento de um caráter rancoroso e invejoso.

Por meio de uma analepse, o narrador adentra na interioridade de Juliana Couceiro Tavira – filha de uma engomadeira que amargara terríveis ciúmes do amante e morrerá “com uma doença de útero” (idem, p. 52) – revelando seus mais secretos ressentimentos acumulados ao longo da vida, os quais, amarguradamente, encobre. Ao dar a conhecer o passado da mulher, o narrador introduz novos elementos constitutivos do signo representado pela personagem:

Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de anos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifros, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças e as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir para o hospital quando vinha a doença, a esfalfar-se quando voltava a saúde!... Era demais! Tinha agora dias que só de ver o balde das águas sujas e o ferro de engomar se lhe embrulhava o estômago. Nunca se acostumara a servir. Desde rapariga a sua ambição fora ter um negociozito, uma tabacaria, uma loja de capelista ou de quinquilharias, dispor, governar, ser patroa: mas, apesar de economias mesquinhas e de cálculos sôfregos, o mais que conseguira juntar foram sete moedas ao fim de anos; tinha então adoecido; com horror do hospital fora tratar-se para casa de uma parenta; e o dinheiro, ai! derreteria-se!

No dia em que se trocou a última libra, chorou horas com a cabeça debaixo da roupa. Ficou sempre adoentada desde então, perdeu toda a esperança de se estabelecer. Teria de servir até ser velha, sempre, de amo em amo! Essa certeza dava-lhe uma desconsolação constante. Começou a azedar (QUEIRÓS, [s.d.], p. 52-53).

Um dado acrescentado ao caráter da personagem é a sua ambição. Ao confrontar a inconformidade de Juliana com a condição de serviçal e seu desejo de “ser patroa” (idem, p. 52), o narrador aponta mais um elemento: a máscara social de que se vale, sob a aparência humilde e subserviente, para conquistar pequenas regalias no seu estafante dia-a-dia. Essa é sua única alternativa frente à impossibilidade de subir alguns degraus na hierarquia social.

Enquanto existe a mãe, sente certa segurança, embora suas vidas sejam como “de verão e de inverno, galhos magros duma árvore triste” (idem, p. 52). Desde cedo, Juliana paga um alto preço por sua condição de inferioridade social e amarga calada sua dor, quando a vizinha maldosa lhe diz “que sua mãe era uma desavergonhada, que seu pai estava na África por ter morto o Rei de Copas!” (idem, p. 52).

As humilhações, o pai desconhecido e, finalmente, a perda do único ponto de referência que possui – a mãe – transformam-se em amargura. Casa após casa, patroa após patroa, acumula um ódio que lhe consome a mente e se lhe fixa na própria aparência. Sua fealdade e excessiva magreza a tornam alvo fácil da maledicência de colegas trabalho, de patroas e das crianças das casas em que trabalha.

Ao longo dos anos, acumula uma série de cognomes pejorativos, devido à sua aparência e casmurrice. “*Isca Seca, Fava Torrada, Saca-rolhas*” (idem, p. 53) e “*Tripa Velha*” (idem, p. 99) são alguns dos apelidos que lhe atribuem. Os maus-tratos sofridos alimentam em Juliana uma maldade e necessidade de vingar-se daqueles que considera inimigos. Para ela, estar em constante confronto com os que a rodeiam é um lenitivo para o ódio que tem ao mundo. Em vez de retrair-se, acossada pelos insultos, alimenta a raiva porque:

As antipatias que a cercavam faziam-na assanhada, como um círculo de espingardas enraivece um lobo. Fez-se má; beliscava crianças até lhes enodoar a pele; e se lhe ralhavam, a sua cólera rompia em rajadas. Começou a ser despedida. Num só ano esteve em três casas. Saía com escândalo, aos gritos, atirando as portas, deixando as amas todas pálidas, todas nervosas.

A inculcadeira, a sua velha amiga, a tia Vitória, disse-lhe:

- Tu acabas por não ter onde te arrumar, e falta-te o bocado do pão!

O pão! Aquela palavra que é o terror, o sonho, a dificuldade do pobre assustou-a. Era fina, e dominou-se. Começou a fazer-se ‘uma pobre mulher’, com afetações de zelo, um ar de sofrer tudo, os olhos no chão. Mas roía-se por dentro: veio-lhe a inquietação nervosa dos músculos da face, o tique de franzir o nariz; a pele esverdeou-se-lhe de biliar (QUEIRÓS, [s.d.], p. 53-54, grifos do autor).

Ao dedicar-se, incansavelmente, à tia moribunda de Jorge, não o faz por compaixão, mas, sim, porque antevê, na morte próxima, a possibilidade de garantir um futuro mais digno, uma velhice tranqüila. Aconselhada pela inculcadeira Vitória, esmera-se nos cuidados com a doente, suportando seu mau gênio e acessos de fúria. Desejando, intensa e impacientemente, a morte da velha, irrita-se em demasia, quando esta apresentava sinais de melhora. Mas, pensando consigo mesma, fazia seus planos, sonhando:

[...] enquanto a velha gemia no seu antigo leito de pau-santo, via o conto de réis à claridade mórbida que dava a lamparina, reluzir empilhas de ouro inesgotável e prodigioso. [...] poria uma loja de capelista! Vinham-lhe logo lampejos de outras felicidades: um conto de réis era um dote, poderia casar, teria um homem!

Estavam acabadas as canseiras. Ia jantar, enfim, o *seu* jantar! Mandar, enfim, a *sua* criada! [...] Via-se a chamá-la, a dizer-lhe, de cima para baixo: - Faça, vá, despeje, saia! - Tinha contrações no estômago de alegria. [...] E, impelida por aquelas imaginações, arrastava sutilmente as chinelas pelo quarto, falando só. - Não, desmazelos, não havia de sofrer! Mantê-las bem, decerto, porque quem trabalha precisa meter para dentro! Mas havia de lho tirar do corpo. Ah! lá isso, haviam de lhe andar direitas... (QUEIRÓS, [s.d.], p. 55-56).

Morre a Sra. D. Virgínia Lemos e não lhe deixa um tostão no testamento. Muito bem recomendada a Jorge, Juliana chega à casa de Luísa e nela se mantém graças aos cuidados dispensados à falecida tia de Jorge. A patroa não lhe suporta a “fealdade, a voz aflautada, as luvas de pelica preta” (idem, p. 10) e todo o resto em sua aparência que “arrepriavam-lhe os

nervos” (idem, p. 10). Jorge, sem compreender ou mesmo levar a sério as implicâncias da esposa, responde-lhe:

- Coitada, é uma pobre de Cristo! – E depois que engomadeira admirável!
No Ministério examinavam com espanto os seus peitinhos! – O Julião diz bem, eu não ando engomado, ando esmaltado! Não é simpática, não, mas é asseada, é a propósito... [...]
- E, enfim, minha filha, a maneira como ela se portou na doença da tia Virgínia...
Foi um anjo para ela! – Repetiu com solenidade: - De dia, de noite, foi um anjo para ela! Estamos-lhe em dívida, minha filha! – E começou a enrolar um cigarro, com a fisionomia muito séria (QUEIRÓS, [s.d.], p. 10-11).

Mesmo sentindo-se grato a Juliana pelos cuidados que tivera com sua tia, Jorge, em nenhum momento, reflete sobre as péssimas condições de vida que a empregada leva em sua casa. Sua gratidão resume-se em abrigar a mulher, mais pelos pudores da própria consciência do que por um sentimento profundo de agradecimento. O quarto ocupado por Juliana, demonstra, claramente, o descaso para com o bem-estar dos serviçais. Na descrição do narrador:

O quarto era baixo, muito estreito, com o teto de madeira inclinado; o sol, aquecendo todo o dia as telhas por cima, fazia-o abafado como um forno; havia sempre à noite um cheiro requentado de tijolo escandecido. Dormia, num leito de ferro, sobre um colchão de palha mole coberto de uma colcha de chita; da barra da cabeceira pendiam os seus *bentinhos* e a rede enxovalhada que punha na cabeça; ao pé tinha preciosamente a sua grande arca de pau, pintada de azul, com uma grossa fechadura. Sobre a mesa de pinho estava o espelho de gaveta, a escova de cabelo enegrecida e despelada, um pente de osso, as garrafas de remédio, uma velha pregadeira de cetim amarelo, e, embrulhada num jornal, a *cuia* de retrós dos domingos. E o único adorno das paredes sujas, riscada da cabeça de fósforos – era uma litografia de Nossa Senhora das dores por cima da cama, e um daguerreótipo onde se percebia vagamente, no reflexo espelhado da lâmina, os bigodes encerados e as divisas de um sargento (QUEIRÓS [s.d.], p. 49-50, grifos do autor).

Gradativamente, a intimidade de Juliana é devassada pelo narrador em seus mais secretos pensamentos e rancores, combustíveis dos quais derivam, juntamente com a opção de Luísa pelo adultério, o desenrolar da trama e seu desenlace. Sua capacidade de odiar, adquirida devido às penas passadas e presentes, converte-se em desprezo pelas “patroas” (idem, p. 54). Nas palavras do narrador, explode toda a secura e amargura da mulher que, devido à sua posição de serviçal, desenvolve “o hábito de odiar” (idem, p. 54).

Segundo o narrador, Juliana:

[...] odiou sobretudo as patroas, com um ódio irracional e pueril. Tivera-as ricas, com palacetes, e pobres, mulheres de empregados, velhas e raparigas, coléricas e pacientes; - odiava-as todas, sem diferença. É patroa e basta! [...] Cada riso delas era uma ofensa à sua tristeza doentia; cada vestido novo uma afronta ao seu velho vestido de merino tingido. [...] Se os amos tinham um dia de contrariedade, ou via as

caras tristes, cantarolava todo o dia em voz de falsete a *Carta Adorada!* [...] Todos os lutos a deleitavam – e sob o xale preto, que lhe tinham comprado, tinha palpitações de regozijo. Tinha visto morrer criancinha e nem a aflição das mães a comovera; encolhia os ombros: ‘Vai dali, vai fazer outro. Cabras’.

[...] Resumia as patroas na mesma palavra – ‘uma récuá!’ [...] A ama era para ela o inimigo, o tirano. Tinha visto morrer duas – e de cada vez sentira sem saber por quê, um vago alívio, como se uma porção do vasto peso, que a sufocava na vida, se tivesse desprendido e evaporado! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 54).

O vocabulário utilizado por Juliana em referência às patroas avulta no texto com todo um rol de pensamentos mesquinhos que povoam o seu imaginário doentio. Seus defeitos de caráter são realçados de forma a compor um retrato fiel de sua visão de mundo e do rigoroso julgamento que faz das mulheres que têm uma sorte diversa da sua. Conforme o narrador:

Sempre fora invejosa; com a idade aquele sentimento exagerou-se de um modo áspero. Invejava tudo na casa: as sobremesas que os amos comiam, a roupa branca que vestiam.

As noites de *soirée*, de teatro, exasperavam-na. Quando havia passeios projetados, se chovia de repente, que felicidade! O aspecto das senhoras vestidas e de chapéu, olhando por dentro da vidraça com um tédio infeliz, deliciava-a, [...] E muito curiosa: era fácil encontrá-la, de repente, cosida por detrás de uma porta com a vassoura a prumo, o olhar aguçado. [...] Tinha um modo de andar ligeiro e surpreendedor. Examinava as visitas. Andava à busca de um *segredo*, de um bom *segredo!* Se lhe caía um nas mãos!

Era muito gulosa. Nutria o desejo insatisfeito de comer bem, de petiscos, de sobremesas. [...] o seu olho avermelhado seguia avidamente as porções cortadas à mesa; e qualquer bom apetite que repetia exasperava-a, como uma diminuição da sua parte.

[...] Era lambareira: gostava de vinho; em certos dias comprava uma garrafa de 80 réis, e bebia-a só, fechada, repimpada, com estalos da língua, [...] E nunca tivera um homem, era virgem. Fora sempre feia, ninguém a tentara: e, por orgulho, por birra, com receio de uma feita, não se oferecera, [...] O único homem que a olhara com desejo tinha sido um criado de cavalaria, atarracado e imundo, de aspecto facinora: a sua magreza, a sua *cuia*, o seu ar domingueiro tinham excitado o bruto. Fitava-a com um ar de buldogue. Causara-lhe horror – mas vaidade. E o primeiro homem por quem ela sentira, um criado bonito e alourado, rira-se dela, pusera-lhe o nome de *Isca Seca!* Não contou mais com os homens, por despeito, por desconfiança de si mesma.

As rebeliões da natureza, sufocava-as; eram *fogachos*, *flatos*. Passavam. Mas faziam-na mais seca; e a falta daquela grande consolação agravava a miséria da sua vida (QUEIRÓS [s.d.], p. 54-55).

Juliana antagoniza com Luísa em todos os aspectos: é feia, pobre, sem cultura, antipatizada por todos e não conhece o amor de um homem. Porém, assim como a patroa a quem odeia, não se ajusta ao paradigma culturalmente delineado para a mulher do século XIX. Integra a grande massa de mulheres trabalhadoras que, marginalizadas [pela pobreza] dos ensinamentos de etiqueta social, música e piano destinados às moças burguesas, necessitam trabalhar duro para sobreviver. Embora mantenha, com orgulho, as “virtudes femininas do recato e castidade” (NYE, 1994, p. 19), o faz mais por falta de opção do que por

um senso profundo de honestidade. Juliana situa-se no estereótipo das “mulheres sem par” (SHOWALTER, 1993, p. 36)⁸. Nos contextos intra e extratextual do romance, representa “a que sobrava, a de número ímpar, a solteirona que não conseguia encontrar alguém que quisesse se casar com ela”.

Showalter salienta que:

[...] entre o casamento e a abstinência sexual, no entanto, havia poucas alternativas para mulheres respeitáveis. Os casos heterossexuais pertenciam ao campo da prostituta; o lesbianismo não era reconhecido no discurso público ou no médico. [...] A imagem popular da mulher sem par combinava elementos da lésbica, da solteirona feiosa e da feminista histórica [...] (1993, p. 41-42).

Como se vê, são muitos os obstáculos a serem transpostos não só por mulheres pertencentes à classe média, pelas mulheres pobres, sem instrução e sem a proteção de uma família considerada respeitável aos olhos de uma sociedade classista e sexista, seja na Inglaterra, na França ou Alemanha. Transpondo-se essas dificuldades para o contexto português, subdesenvolvido, se comparado ao contexto europeu, é possível traçar um painel das interdições impostas à mulher portuguesa oitocentista.

3.2.3 Luísa e Juliana: adultério e chantagem

Ciente da impossibilidade de ascender socialmente, Juliana decide seguir os passos de Luísa, esperando, pacientemente, uma pista, desavisadamente, deixada para trás. Percebe que a patroa age de maneira diferente, recebendo a visita do “peralta”, vestindo “o roupão novo de *foulard* cor de castanho, com pintinhas amarelas!”. Pensando consigo mesma diz “Temos novidade! Temo-la grossa!” (QUEIRÓS, [s.d.] p. 59). A partir desse momento, deixa-se dominar pela excitação, causada pela possibilidade de flagrar a patroa numa situação ilícita, da qual possa tirar proveito. Sempre atenta à Luísa, espreita as conversas com Basílio, observando-lhe atitudes e olhares, aguçando a curiosidade doentia, ao ponto de estudar os menores movimentos da patroa. Em determinado momento, em que é chamada, abruptamente, por Luísa, demora-se:

⁸ Conforme nota da tradutora Waldéa Barcellos, a expressão cunhada por George Gissing, é uma versão do inglês *odd women*, aplicável não só às mulheres solteiras como àquelas que não se adaptam ao paradigma cultural estabelecido para a mulher das décadas finais do século XIX.

Tinha descido, pé ante pé, ao quarto de Luísa. E aí tomando o vestido, as saias engomadas que ela despira e atirara para cima da *causesse*, desdobrou-as, revirou-as, examinou-as, e com uma certa idéia cheirou-as! Havia o vago aroma de um corpo lavado e quente, com uma pontinha de suor e de água-de-colônia. [...] (QUEIRÓS, [s.d.], p. 69).

Sem perceber o perigo que a cerca dentro de casa, Luísa, pouco a pouco, vai-se deixando envolver pelas gentilezas de Basílio. Todavia, hesita, é pudica em relação à possibilidade do adultério, demonstrando-se deveras renitente em ceder às declarações de amor do rapaz. Em alguns momentos, é assaltada pela vergonha e pela culpa e, ao receber uma carta do marido, reflete:

[...] aquela folha de papel cheia duma letra miudinha, que lhe fazia reaparecer vivamente Jorge, a sua figura, o seu olhar, a sua ternura, deu-lhe uma sensação quase dolorosa. Toda a vergonha dos seus desfalecimentos cobardes, sob os beijos de Basílio, veio abrasar-lhe as faces. [...] Recordava tudo – a sua atitude, o calor das suas mãos, a tremura da sua voz... [...] Mas a idéia de Jorge vinha então outra vez fustigá-la como uma chicotada. [...] esforçava-se por pensar só em Jorge; mas as idéias más voltavam, mordiam-na: e achava-se desgraçada, sem saber o que queria, com vontades confusas de estar com Jorge, de consultar Leopoldina, de fugir para longe, ao acaso. Jesus, que infeliz que era! – E do fundo de sua natureza de preguiçosa vinha-lhe uma indefinida indignação contra Jorge, contra Basílio, contra os sentimentos, contra os deveres, contra tudo o que a fazia agitar-se e sofrer. Que a não secassem, Santo Deus! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 85-86).

Em Luísa, a saudade do marido leva o seu temperamento inconstante ao paroxismo de amá-lo e culpá-lo pela longa ausência que a expõe às investidas do primo. Ao mesmo tempo, sente-se completamente livre e “a idéia de se poder mover à vontade nos desejos, nas curiosidades, enchia-lhe o peito dum contentamento largo, como uma lufada de independência” (idem, p. 84). Tomada por uma leviandade ingênua, Luísa não percebe que não está tão livre quanto pensa: há Juliana esquadrinhando seus movimentos e gestos, tentando adivinhar-lhe os pensamentos e há, ainda, uma sociedade composta por vizinhos, parentes e amigos do casal que não deixaria passar, impunemente, sua pequena aventura. Basílio, ciente de sua inexperiência, tenta convencer-lhe que o adultério é um fato natural, argumentando:

[...] Tudo se passava com duquesas, princesas, dum modo dramático e sensibilizador, às vezes jovial, sempre cheios de delícias. E, de todas as mulheres de que falava, dizia, recostando-se: Era uma mulher distintíssima, tinha, naturalmente o seu amante... O adultério aparecia assim um dever aristocrático. De resto a virtude parecia ser, pelo que ele contava, o defeito dum espírito pequeno, ou a ocupação deles dum temperamento burguês... (QUEIRÓS, [s.d.], p. 90).

Enquanto cresce a intimidade entre Luísa e Basílio, aumenta a certeza de Juliana de que é chegado o momento de sua grande virada para uma vida melhor. Sua euforia é evidenciada pelo narrador pelo emprego de expressões como “berrava a outra os olhos injetados” (idem, p. 97), “o olhar esbugalhado” (idem, p. 126), e nos pensamentos ofensivos dirigidos à patroa como “Grande cabra!”, “Grande bêbeda!” (idem, p. 126). Luísa, completamente envolvida pela sedução, exulta de felicidade com as cartas de amor que recebe e com a sensação de liberdade que lhe causa a idéia de ter um amante. Não percebe que, a essa altura, todos comentam as visitas do primo e deixa-se dominar por um enlevo nunca antes experimentado:

[...] Era a primeira vez que lhe escreviam aquelas sentimentalidades e o seu orgulho dilatava-se ao calor amoroso que saía delas, como um corpo ressequido que se estira num banho tépido; sentia um acréscimo de estima por si mesma, e parecia-lhe que entrava enfim numa existência superiormente interessante, onde cada hora tinha o seu encanto diferente, cada passo conduzia a um êxtase, e a alma se cobria dum luxo radioso de sensações! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 125)

[...] Todavia a lembrança de Jorge não a deixava; tivera-a sempre no espírito, desde a véspera; não a assustava, nem a torturava; estava ali, imóvel mas presente, sem lhe fazer medo, nem lhe trazer remorso; (idem, p. 126)

[...] punha-se instintivamente a acumular as justificações: não fora culpa sua. Não abria os braços a Basílio voluntariamente!...Tinha sido uma *fatalidade*: fora o calor da hora, o crepúsculo, uma pontinha de vinho tal vez... [...] não era a primeira que enganara seu marido; e muitas era apenas por vício, ela fora por paixão... Quantas mulheres viviam num amor ilegítimo e eram ilustres, admiradas! [...] (idem, 127).

Com a mente girando entre pensamentos e desejos antagônicos, Luísa decide responder as cartas de Basílio, cedendo ao convite dos encontros no “*Paraíso*” (idem, p. 136), local previamente arranjado pelo rapaz. A moça, iludida, imagina-se vivendo uma história de amor como as que costuma encontrar nos livros. Deleita-se mais com o prazer do proibido do que com o próprio amante, relacionando o local ao qual se dirige com os cenários descritos “no romance de Paul Féval” (idem, p. 136). Ao deparar-se com a casa escolhida pelo amante, tem a primeira decepção desde o início do idílio amoroso. Ao entrar no quarto, Luísa:

Fez-se escarlate, sentou-se, calada, embaraçada.

E os seus olhos, muito abertos, iam-se fixando – nos riscos ignóbeis da cabeça dos fósforos, ao pé da cama; na esteira esfiada, comida, com uma nódoa de tinta entornada; nas bambinelas da janela, numa fazenda vermelha, onde se viam passagens; numa litografia, onde uma figura, coberta dum túnica azul flutuante, espalhava flores voando... [...] Levantou-se, foi à janela, ergueu uma ponta da cortininha da cassia fixada à vidraça; defronte eram casas pobres: um sapateiro grisalho batia a sola a uma porta; à entrada dum lojita balouçava-se um ramo de carqueja ao pé de um maço de cigarros pendentes dum barbante; e, a uma janela, uma rapariga esguedelhada embalava tristemente no colo uma criança doente que tinha crostas grossas de chagas na sua cabecinha cor de melão (QUEIRÓS, [s.d.], p. 137).

Juliana exulta com as pistas deixadas pela patroa. Faz-se mais amiga, tentando agradar-lhe nas mínimas coisas. Finge preocupação, tornando-se “ainda mais servil” (idem, p. 138). Cerca a patroa com pedidos de desculpas e zelos exagerados, a todo momento, embora esteja farta do aumento de roupas para lavar e engomar, desde que Luísa começara a freqüentar o *Paraíso*. Mesmo odiando a patroa, demonstra-lhe apreço, causando estranheza em Joana, a cozinheira da casa. Esta, percebe-lhe a diferença e comenta:

- Sra. Juliana tem o ar de quem está a pensar em coisas boas...
- A malucar cá por dentro, Sra. Joana! – respondia com satisfação.
- Parecia perder a inveja; ouviu mesmo falar com tranqüilidade do vestido de seda que estreou num dia de festa, em setembro, a Gertrudes do doutor. Disse apenas:
- Também um dia hei de estrear vestidos, e dos bons! Dos da modista!
- Já outras vezes revelara por palavras vagas a idéia duma abundância próxima. Joana até lhe dissera:
- A Sra. Juliana espera alguma herança?
- Talvez! – respondeu secamente (QUEIRÓS, [s.d.], p. 139).

Nesse momento, Juliana assume outra dimensão na trama, em vista das provas que guarda contra a patroa. Passa a sentir-se importante e eufórica com o prenúncio de felicidades futuras. Luísa, todavia, percebe mudanças no comportamento de Basílio. As declarações de amor, as delicadezas, antes dispensadas, arrefecem. Torna-se evidente que Basílio não a ama, apenas a deseja. Porém, mesmo desgostosa e arrependida com o romance, é tarde para que sua vida retorne ao que era. A vizinhança já comenta que “a do engenheiro tinha agora o seu São Miguel” (idem, p. 139).

Todas as tardes, à hora da saída para os encontros, os vizinhos juntavam-se tentando desvendar o local do “escândalo bravio” (idem, p. 139), afinal “Tinham a certeza que se ia encontrar com o ‘peralta’” (idem, p. 139). Os comentários da vizinhança chegam aos ouvidos de Sebastião, por intermédio de Joana, que “lhe deu as grandes ‘novidades’: que a Luisinha agora saía todos os dias às duas horas, que o primo não voltara; a Gertrudes é que lho dissera; não se falava na rua noutra coisa...” (idem, p. 140, grifos do autor).

Sebastião, constrangido, sente-se no dever de alertar Luísa sobre os falatórios. Esta se mostra indignada com a falta de respeito e com o fato de não poder receber os amigos sem despertar a maledicência alheia. A moça consegue improvisar, temporariamente, uma mentira para suas saídas. Estava acompanhando a convalescença de amigas adoentadas. Aliviado, Sebastião toma a iniciativa de fazer a vizinhança conhecer as motivações altruístas de Luísa, pensando consigo mesmo “agora ao menos estão salvas as aparências!” (idem, p. 145).

Luísa, desiludida com Basílio, começa a perguntar-se se, realmente, o ama, imaginando situações em que tivesse de escolher estar ao seu lado, casar com ele, porém não consegue imaginar-se feliz vivendo com o amante. Refletindo sobre sua aventura, revela um caráter volátil, dominado por um romantismo exacerbado que a faz agir como criança, sem a exata noção das conseqüências de seus atos. Pensando consigo mesma, revela a sensação que lhe resta em relação ao romance:

[...] E como uma pessoa que destapa um frasco muito guardado, e se admira vendo o perfume evaporado, ficou toda pasmada de encontrar o seu coração vazio. O que a levava então para ele?...

Nem ela sabia; não ter nada que fazer, a curiosidade romanesca e mórbida de ter um amante, mil vaidadezinhas inflamadas, um certo desejo físico...

Mas que sentia de extraordinário *agora*? Bom Deus, começava a estar menos comovida ao pé do seu amante, do que ao pé do seu marido! Nunca se secara ao pé de Jorge, nunca! E secava-se positivamente ao pé de Basílio! Basílio, no fim, o que se tornara para ela? era como um marido pouco amado, que ia amar fora de casa! Mas então, valia a pena?... (QUEIRÓS, [s.d.], p. 156-157).

O narrador, através da reflexão de Luísa, reduz a um desejo doentio a paixão por ela vivida, salientando a sua inconstância e o quanto, passados os primeiros arroubos, arrefecera, também nela, o desejo pelo amante. Ao reproduzir os pensamentos da personagem, enquanto pensa nos motivos que a impeliram ao adultério, motivos “que nem queria confessar a si mesma, que a faziam corar por dentro!” (idem, p. 156), denota a inadequação e o perigo que representam para uma mulher casada deixar-se tomar pelo desejo. Por vezes, Luísa sente “uma vaga vergonha de todas as suas ‘tolices’ da véspera, e com a sensação indefinida, palpíte ou pressentimento, de que não devia ir ao Paraíso” (idem, p. 162).

Todavia, a “curiosidade romanesca e mórbida” (idem, p. 156) suplanta as conveniências, e ela vai ter com Basílio. Inesperadamente, encontra-se com o conselheiro Acácio na rua. A conversa se alonga, fazendo com que perca a hora do encontro. Desesperada, busca pelo amante no *Paraíso* e, logo a seguir, no hotel, sem encontrá-lo. Nessa passagem, ocorre mais uma intromissão dos juízos de valor do narrador:

Desceu. Deu a sua morada ao cocheiro, e atirando-se para o fundo do *coupé*, rompeu num choro histérico. Correu os estores para se esconder; arrancou o véu, rasgou uma luva, sentindo em si violências inesperadas. Então veio-lhe o desejo frenético de ver Basílio! Bateu nos vidros desesperadamente, gritou:

- Ao Hotel Central!

Porque estava num daqueles momentos em que os temperamentos sensíveis têm impulsos indomáveis; há uma delícia colérica em espedaçar os deveres e as conveniências; e a alma procura sofregamente o mal com estremecimentos de sensualidade!

[...] E Luísa, sacudida por uma irritabilidade febril, insultava o conselheiro, o estafermo, o imbecil! maldizia a vida que lhos fizera conhecer, a ele e a todos os

amigos da casa! Vinha-lhe uma vontade acre de mandar o casamento ao diabo, de fazer o que lhe viesse à cabeça!... (QUEIRÓS, [s.d.], p. 167).

O narrador acentua a tese determinista da natureza sensível, frágil e emotiva da mulher. Luísa, ao mergulhar em sensações que lhe são interditas, permitindo-se vivenciar o prazer, afunda-se mais e mais na lama que começa a emergir, prestes a engoli-la. A moça chega, em casa, transtornada e, desconhecendo o que Juliana sabe, desfere toda a sua fúria contra ela, desencadeando o clímax da trama:

- Então você ainda não arrumou o quarto! – gritou Luísa.
 Juliana estremeceu àquela cólera inesperada.
 - Estava agora, minha senhora!
 - Que estava agora vejo eu! – rompeu Luísa. – São três horas da tarde e ainda o quarto neste estado!
 Tinha atirado o chapéu, a sombrinha.
 - Como a senhora costuma vir sempre mais tarde... – disse Juliana.
 E seus beiços faziam-se brancos.
 - Que lhe importa a que horas eu venho? Que tem você com isso?
 A sua obrigação é arrumar logo que eu me levante. E não querendo, rua, fazem-se-lhe as contas!
 Juliana fez-se escarlate e cravando em Luísa os olhos injetados:
 - Olhe, sabe que mais? não estou para a aturar!
 E arremessou violentamente a vassoura.
 - Saia! – berrou Luísa. – Saia imediatamente! Nem mais um momento em casa!
 Juliana pôs-se diante dela, e com palmadas convulsivas no peito, a voz rouca:
 - Hei de sair se eu quiser! Se eu quiser!
 - Joana! – bradou Luísa.
 Queria chamar a cozinheira, um homem, um polícia, alguém! Mas Juliana, descomposta, com o punho no ar, toda a tremer:
 - A senhora não me faça sair de mim! A senhora não me faça perder a cabeça! – E com a voz estrangulada através dos dentes cerrados: - Olhe que nem todos os papéis foram para o lixo!
 Luísa recuou, gritou:
 - Que diz você?
 - Que as cartas que a senhora escreve a seus amantes, tenho-as eu Aqui! – E bateu na algibeira, ferozmente.
 Luísa fitou-a um momento com os olhos desvairados, e caiu no chão, junto à *causeuse*, desmaiada (QUEIRÓS, [s.d.], p. 167-168).

A partir desse confronto, inicia-se a derrocada das duas mulheres, posto que não há lugar, considerado respeitável, na sociedade, para esposas adúlteras, nem para empregadas – e mulheres pobres e sem par – que ousam tentar ascender, socialmente, à custa da exploração dos segredos da burguesia. Sobretudo, não há complacência com a mulher adúltera. De posse das cartas, Juliana mentaliza o processo de extorsão contra Luísa:

Juliana em cima não dormia. A dor passara-lhe – e agitava-se sobre o enxergão, ‘com o diabo da espertina!’, como tantas outras noites, nas últimas semanas. Porque desde que apanhara a carta no ‘sarcófago’ vivia numa febre; mas a alegria era tão aguda, a esperança tão larga que a sustentavam, lhe davam saúde!

Deus enfim tinha-se lembrado dela! Desde que Basílio começara a vir a casa, tivera logo um palpite, uma coisa que lhe dizia que tinha chegado enfim a sua vez! A primeira satisfação fora naquela noite em que achara, depois de Basílio sair às dez horas, a travessinha de Luísa caída ao pé do sofá. Mas que explosão de felicidade, quando, depois de tanta espionagem, de tanta canseira, apanhou enfim a carta no ‘sarcófago!’ Correu ao sótão, leu-a avidamente, e quando viu a importância da ‘coisa’ arrasaram-se-lhe os olhos de lágrimas, arremessou a sua alma perversa para as alturas, bradando em si, num triunfo:

- Bendito seja Deus! Bendito seja Deus! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 173).

A influência das teses deterministas na formação da visão de mundo de Juliana é evidente. Fruto do seu meio – pobre e sem perspectivas de mudança –, a mulher transforma-se numa máquina de odiar, satisfazendo-se, doentamente, mais com o fato de estar em posição de superioridade do que, propriamente, com o futuro conforto que projeta desfrutar pela chantagem. Agrada-lhe, imensamente, o poder de pôr em prática a vingança contra aqueles que sempre a humilharam. O seu desejo insano de revanche tem um foco preciso: Luísa, símbolo do todas as patroas pelas quais passara na vida.

Identifica-se, na construção da personagem, que:

[...] O desequilíbrio mental tem sido historicamente apresentado como um fator quase ‘natural’ ou como parte da essência feminina dentro da cultura ocidental. Desde a Idade Média e sua caça às bruxas, passando por Freud e outros psicólogos e psiquiatras tradicionais, pode-se perceber que o vínculo entre o sujeito feminino e a loucura é facilmente levantado (SCHNEIDER, 2000, p. 121, grifos da autora).

[...] Dessa forma, muito freqüentemente, a mulher definida como louca é aquela que não corresponde às expectativas masculinas. Ao não obedecer aos códigos de feminilidade vigentes, ela não apenas é vista como louca, mas como ‘não-mulher’ (SCHNEIDER, 2000, p. 123, grifos da autora).

O narrador impulsiona o *script* (idem, 2000) às avessas constituídos para Juliana e Luísa. Ambas tentam safar-se, utilizando-se dos recursos que a sociedade lhes oferece: aquela dá curso à chantagem, esta espera contar com a proteção do amante. Juliana, aconselhada por tia Vitória a “esperar a ocasião”, diverte-se com a “desforra” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 174) que terá contra a patroa. Transtornada pelo medo do escândalo e da reação do marido, Luísa procura Basílio, propondo-lhe uma fuga para Paris. O amante, fingindo, diz que seria adorável viverem juntos em Paris, se não se tratasse de “um escândalo irreparável, medonho!” (idem, p. 180). Afinal, havia a desonra a ser enfrentada, e diz: “Ficas desacreditada para toda a vida, sem remédio Luísa. Uma mulher que foge, deixa de ser a Sra. D. Fulana, é a Fulana, a que fugiu, a desavergonhada, uma concubina!” (idem, p. 179).

Luísa percebe que Basílio procura desculpas para não levá-la a Paris e que, para ele, tudo não passara de uma aventura. Sente-se chocada com o seu descaso em relação a um

acontecimento tão grave. De fato, para Basílio, “enquanto estivesse em Lisboa o romance era agradável, muito excitante; porque era muito completo! Havia o adulteriozinho, o incestozinho. Mas aquele episódio agora estragava tudo! Não, realmente o mais razoável era safar-se!” (idem, p. 182).

A sua indignação transforma-se em repulsa quando Basílio, ao despedir-se, oferece-lhe dinheiro para auxiliar no pagamento da extorsão. Todavia, o pior de seu tormento está apenas começando: à noite, sem ter encontrado Basílio, Juliana retorna a casa, exigindo de Luísa seiscentos mil-réis pelo seu silêncio. Colérica, “numa excitação frenética” usa como argumento as suas fadigas, seus sofrimentos, sua “pontada no coração” (idem, p. 188). Expõe cruamente a raiva alimentada pelos maus-tratos, dizendo:

[...] Depois de trabalhar todo o dia, se quero uma gota de vinho, quem mo dá? Tenho de o comprar! A senhora já foi ao meu quarto? É uma enxovia! A percevejada é tanta que tenho de dormir quase vestida! E a senhora se sente uma mordedura, tem a negra de desaparafusar a cama, e de a catar frincha por frincha. Uma criada! A cria é o animal. Trabalha se pode, senão rua, para o hospital. Mas chegou-me a minha vez – e dava palmadas no peito, fulgurante de vingança. – Quem manda agora, sou eu! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 189).

Para Juliana é chegada a hora de colher os frutos de tanta espionagem. Com Luísa nas mãos, consegue retornar a casa numa situação privilegiada. Sagaz, percebe que não há meios de obter o “dinheiro grosso, pois o homem desarvorava” (idem, p. 197), e a patroa não tem condições de arcar com a extorsão. Mas restava ainda “O medo de D. Luísa” (idem, p. 195) do qual sempre poderia tirar bom proveito. Com a seguinte carta, prepara seu retorno a casa, onde faz Luísa passar seus piores momentos:

‘Minha Senhora.

‘Bem sei que fui imprudente, o que a senhora deve atribuir tanto à minha desgraça como à falta de saúde, o que às vezes faz que se tenham gênios repentinos. Mas se a senhora quer que eu volte e faça o serviço como dantes – ao qual creio que a senhora não pode opor-se, terei muito gosto em ser agradável na certeza que nunca mais se falará em tal até que a senhora cumpra o que se prometeu. Prometo fazer o meu serviço, e desejo que a senhora esteja por isto pois que é para bem de todos. Pois que foi gênio e naturalmente todos têm os seus repentinos, e com isto não canso mais e sou

‘Serve muito obediente

a criada Juliana Couceiro Tavira’ (QUEIRÓS, [s.d.], p. 194-195).

A carta de Juliana, encoberta de falsa humildade, não deixa dúvidas sobre quem agora é a patroa. Impõe sua presença a Luísa com o propósito de atormentá-la pelo dinheiro. Embora horrorizada com a idéia de ter a empregada novamente em casa, Luísa sabe que “Estava nas mãos dela, devia passar por tudo. Era o seu castigo...” (idem, p. 195). Coagida,

recebe Juliana, agora com as posições invertidas, pois a empregada, alegando canseiras e doenças, coloca a patroa a fazer o trabalho da casa. Enquanto isso, Luísa sofre com terríveis pesadelos:

[...] e sonhava que um estranho pássaro negro lhe entrara no quarto, fazendo uma ventania, com as suas asas pretas de morcego: era Juliana! Corria aterrada ao escritório, gritando: Jorge! – Mas não via livros, nem estante, nem mesa: – havia uma armação reles de loja de tabaco, e por trás do balcão, Jorge acariciava sobre os joelhos uma bela mulher de formas robustas, em camisa de estopa, que perguntava com uma voz desfalecida de voluptuosidade e os olhos afogados em paixão: – Brejeiros ou de Xabregas? – Fugia então de casa indignada, e, através de sucessos confusos, via-se ao lado de Basílio, numa rua sem fim, onde os palácios tinham fachadas de catedrais, e as carruagens rolavam ricamente com uma pompa de cortejo. Contava soluçando a Basílio a traição de Jorge. E Basílio, saltitando em volta dela com requebros de palhaços, repinicava uma viola, e cantava:

*Escrevi uma carta a Cupido
A mandar-lhe perguntar
Se um coração ofendido
Tem obrigação de amar!*

- Não tem! – gania a voz de Ernestinho, brandindo triunfante um rolo de papel. – E tudo se obscurecia nos largos vôos circulares que fazia Juliana com as suas asas de morcego (QUEIRÓS, [s.d.], p. 196).

O que fora para Luísa um idílio romanescos transforma-se em pesadelo. No discurso do narrador, evidencia-se a culpa e, com ela, o “castigo” (idem, p. 195) do qual se julga merecedora. Esperando contar com o auxílio do amigo Sebastião, em viagem para Almada, Luísa decide suportar Juliana alguns dias, afinal, “O que tinha a fazer era pagar-lhe e pô-la fora, não é verdade? Enquanto o não pudesse fazer, era agüentar e calar” (idem, p. 198). Com esse firme propósito, Luísa segue à espera de Sebastião, e os primeiros terrores sentidos com a presença de Juliana, de volta a casa, vão-se esmaecendo, porque:

[...] Juliana fazia-se tão serviçal, era tão calada, que Luísa pouco a pouco, dia a dia, com o seu caráter móbil, inconsistente, cheio de *deixar-se ir*, principiou a perder o sentimento pungente daquela dificuldade. E no fim de três semanas ‘as coisas tinham entrado nos seus eixos’ – dizia Juliana (QUEIRÓS, [s.d.], p. 199, grifos do autor).

Segundo o narrador, em mais um juízo de valor, Luísa habituara-se à chantagem como antes acontecera com o adultério, movida menos por grande motivação interior do que por pressão de outrem. Juliana, todavia, oportunamente, lembra-a dos seiscentos mil-réis e da volta do patrão, ocasião dos “ajustes de contas” (idem, p. 199). Nesses momentos, perdida entre tantas possibilidades, Luísa escreve a Basílio (que não responde), joga na “lotaria” (idem, p. 200), tenta recuperar as cartas vasculhando o quarto de Juliana, sem obter sucesso.

Decide-se a agradar Juliana, ofertando-lhe um vestido, supondo que poderia comprar seu silêncio com “outros presentes e poderia pouco a pouco preparar Sebastião” (idem, p. 203).

Juliana desfruta a sua nova condição dentro da casa, gozando de liberdades que jamais tivera. Entra e sai à hora que lhe apraz, retornando tarde da noite. O fato suscita comentários dos costumeiros visitantes de Luísa que a recriminam por não haver dispensado a empregada. Numa ironia do narrador, D Felicidade comenta: “- Muitas vezes a culpa é das amas – [...] Fazem das amas confidentes, e com isto, em elas apanhando um segredo, tornam-se as donas da casa...” (idem, p. 209).

Na manhã seguinte, Luísa é despertada de mais um pesadelo por Jorge que retornara de viagem. Com a chegada do marido, Luísa sente renovarem-se-lhe as esperanças, esquecendo por momentos o seu drama e, em relação ao marido, sente que “viera-lhe um desejo de o adorar perpetuamente, de o servir, de o apertar nos braços até lhe fazer mal, de lhe obedecer com humildade” (idem, p. 214). Mas Juliana não a deixa esquecer sua condição, fazendo-lhe exigências mascaradas de pedidos que não poderiam lhe ser negados. Consegue na casa outro quarto, com melhorias pagas por Luísa. Sempre insatisfeita, no entanto: “[...] queixava-se mais: andava amarela, trazia os beiços um pouco arroxeados; tinha dias duma tristeza negra, ou duma irritabilidade mórbida; os pés nunca lhe aqueciam. Ah! Precisava muitos cuidados, muitos cuidados!...” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 215).

Movida pela ambição, avidamente, sonega à patroa roupas novas, mobília nova para o quarto, de tal forma que não só Jorge, como as visitas de costume, notam como Juliana se tornara “janota” (idem, p. 217). Mesmo os vizinhos percebem a renovação de seu vestuário e a liberdade desfrutada pelas empregadas para entrar e sair a qualquer hora. Conforme a vizinhança, “ali positivamente havia marosca” (idem, p. 217). O que todos desconhecem são os sacrifícios empreendidos por Luísa que, humilhada, sentia que “aquelas dádivas dilaceravam-na como mutilações!” (idem, p. 216).

A tirania exercida por Juliana põe Luísa doente. Nesse momento, mesmo sendo patroa, tem pela empregada o mesmo ódio e rancor que esta lhe dedica. Deseja-lhe a morte, examinando-lhe a amarelidão do rosto e, ansiosamente, esperando o “aneurisma” (idem, p. 219). Para manter as aparências, tem que elogiá-la diante do marido, mas, em seu íntimo, pensa “Que feliz que seria – se não fosse a infame!” (idem, p. 217). E Juliana é feliz como nunca o fora e, por vezes:

[...] só no seu quarto, punha-se a olhar em redor com um riso de avaro: desdobrava, batia os vestidos de seda; punha as botinas em fileira, contemplando-as de longe, extática; e debruçada sobre as gavetas abertas da cômoda contava, recontava a roupa branca, acariciando-a com o olhar de posse satisfeita. – Como a da piorrinha! – murmurava, afogada em júbilo (QUEIRÓS, [s.d.], p. 219-220).

À ascensão de Juliana corresponde a humilhação de Luísa. Sagaz, a empregada percebe que não há mais o que sugar à patroa, nem mesmo a possibilidade de tirar-lhe dinheiro. Passa a infligir-lhe maiores tormentos, colocando-a no seu lugar, a fazer o trabalho doméstico. Luísa submete-se, pois o marido começara a notar o desmazelo com a casa. Acuada, “Tinha agora uma resignação muda, sombria, aceitava tudo!” (idem, p. 122). A situação agrava-se rapidamente, pois Luísa não mais consegue esconder a Jorge o medo que sente de Juliana. Principia por ter febres e desmaios, o rosto empalidece, emagrece. Não sabe o que fazer diante da idéia de o marido mandar a empregada embora, temeroso de enredar-se. caso Juliana viesse a morrer dentro de casa.

A crise torna-se aguda quando, certo dia, Jorge chega mais cedo e encontra Juliana lendo. e Luísa “no quarto dos engomados, despenteada, em roupão de manhã, passando roupa, muito aplicada e muito desconsolada” (idem, p. 253). O casal discute e, enraivecido, Jorge diz:

- Não, essas condescendências hão de acabar por uma vez! Ver aquele estafermo, com os pés para a cova, a prosperar em minha casa, a deitar-se nas minhas cadeiras, a passear, e tu a defendê-la, a fazer-lhe o serviço, ah! não! É necessário acabar com isso. Sempre desculpas! Sempre desculpas! Se não pode que arreie. Que vá para o hospital, que vá para o inferno! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 254).

A partir daí, a situação torna-se insuportável para todos. Luísa desespera-se, tentando conter a ira de Jorge que se irrita, cada vez mais, com a presença de Juliana, afrontando-a, diretamente e, esta, na iminência de perder o seu “conchego” (idem, p. 255), recua na tirania contra Luísa e põe-se, novamente, a fazer o serviço da casa, pois “muito fina, tinha percebido tudo, e suportava, calada” (idem, p. 255), mesmo desacatada por Jorge. Luísa, cujos arroubos de coragem sempre se convertiam em pura covardia, procurou Juliana pedindo que ficasse e cedeu à sua exigência de despedir Joana, a cozinheira. Humilhada e insultada ouve da empregada: “- E a senhora agora é andar-me direita, senão eu lhas cantarei!...” (idem, p. 261)

O rebaixamento moral de Luísa atinge proporções insustentáveis. Recorre à ajuda de Sebastião a quem inúmeras vezes pensara em pedir ajuda, recuando, logo após, envergonhada e ferida em seu orgulho com sua situação. Todavia, não tem mais forças para continuar com a

mentira, agora que o marido começara a desconfiar que algo acontece em casa. Na casa do amigo, confessa-lhe a verdade, desesperada:

- Apanhou-me a carta, não sei como, por um descuido meu!
Ao princípio pediu-me seiscentos mil-réis. Depois começou a martirizar-me...Tive de lhe dar vestidos, roupa, tudo! Mudou de quarto, servia-se dos meus lençóis, dos finos. Era a dona casa. O serviço quem o faz sou eu!... Ameaça-me todos os dias, é um monstro. Tudo tem sido baldado, boas palavras, bons modos... E onde tenho eu dinheiro? Pois não é verdade? Ela bem via... O que eu tenho sofrido! Dizem que estou mais magra, até o Sebastião reparou. A minha vida é um inferno. Se Jorge soubesse!... Aquela infame queria hoje dizer-lhe tudo!... E trabalho como uma negra. Logo pela manhã a limpar e varrer. Às vezes tenho de limpar as xícaras do almoço. Tenha piedade de mim, Sebastião, por quem é, Sebastião! Coitada de mim, não tenho ninguém neste mundo! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 262).

Imediatamente, Sebastião assume a responsabilidade de conter a chantagem de Juliana, pois, de forma alguma, deseja ver a decepção e o sofrimento de Jorge. Elabora o plano de uma ida ao teatro de Luísa, Jorge e D. Felicidade para ficar a sós com Juliana, arrancando-lhe a carta comprometedora. Para pressioná-la, consegue que lhe acompanhe à casa um policial, o Sr. Mendes. A empregada se assusta com a presença do policial e Sebastião exige-lhe, sem rodeios, a devolução das cartas, ameaçando-a com a prisão.

Juliana tenta, ainda, fingir desconhecimento do assunto, mas está encurralada e, sem alternativa, restitui as cartas a Sebastião. Furiosa, ameaça contar a verdade a Jorge, no entanto, Sebastião consegue expulsá-la de casa, apavorando-a com promessas de degredo. O ódio contra Luísa converte-se em injúrias que Sebastião ouve “com uma curiosidade dolorosa por aqueles pormenores” (idem, p. 278). Juliana vocifera:

- É que nem as do Bairro Alto! E eu – gritava – sou uma mulher de bem, nunca um homem se pôde gabar de tocar neste corpo. Nunca houve raio nenhum que me visse a cor da pele. E a bêbeda!... – Tinha arremessado o xale, alargou ansiosamente o colar do vestido. – Era um desaforo para essa casa! E o que passei com a bruxa da tia! É o pago que me dão! Os diabos me levem se eu não for para os jornais. Via-eu eu abraçada ao janota, como uma cabra! (QUEIRÓS, [s.d.], p. 278).

A comoção e a fúria de ver-se lograda foram demais para Juliana que tem uma síncope e morre. Sebastião sai em busca de Julião (o médico) que diagnostica a causa da morte: “- Foi. Enfureceu-se, estourou. É dos livros” (idem, p. 279). A violenta morte deixa rastros na aparência da mulher, salientando-lhe a fealdade e a semelhança com um animal. Ao entrar com Julião na casa, Sebastião a encontra

[...] como a deixara, estendida na esteira, com os braços abertos, os dedos retorcidos como garras. A convulsão das pernas arregaçara-lhe as saias, viam-se as suas canelas magras com meias de riscadinho cor-de-rosa e as chinelas de tapete; o candeeiro de petróleo, que Sebastião esquecera ao pé sobre uma cadeira, punha tons

lívidos na testa, nas faces rígidas; a boca torcida fazia uma sombra; e os olhos medonhamente abertos, imobilizados na agonia repentina, tinham uma vaga névoa, como cobertos duma teia de aranha diáfana. Em redor tudo parecia mais imóvel, dum hirto morto. Vagos reflexos de prata reluziam no aparador; e o tique-taque do *cuco* palpitava sem descontinuar (QUEIRÓS, [s.d.], p. 279).

Sua morte é um transtorno para todos: Luísa não quer dormir na casa com a falecida; D. Felicidade reclama um velório; e Jorge agasta-se com as “mariquices” (idem, p. 281) da esposa, enraivecido com seus escrúpulos de “Velar o estafermo!” (idem, p. 281). Sebastião, sempre disposto a acalmar Luísa, propõe que “tia Vicência, a preta” (idem, p. 282) vele Juliana. Todos vão dormir em sua casa onde, aliviada, Luísa recebe as cartas que tanto ameaçaram o seu sossego. No esquecimento do descanso que se segue, após grande agitação, esquecem-se de chamar Vicência “e ninguém velou a morta” (idem, p. 282).

Com a morte de Juliana, a rotina de Luísa retoma seu curso, mas não como costumava ser. O casal retorna a sua casa, Luísa queima as cartas e pensa: ‘Que bem que vou passar agora!’ (idem, p. 286). No entanto, sua febre não aliviara e, inesperadamente, chega uma carta da França que Jorge recebe sem dar maior importância. Sua grande preocupação, naquele momento, é a renitência das febres da esposa, cuja origem Julião atribui a “febres de desgosto!” (idem, p. 288). Inquieto e sem compreender porque Luísa teria desgostos, Jorge deixa-se vencer pela curiosidade de abrir a carta, afinal, com Luísa doente, poderia talvez descobrir “o segredo daquele desgosto, do desgosto das teorias de Julião!” (idem, p. 289). E exatamente isso acontece ao abrir a carta enviada por Basílio.

Jorge decide, embora sofrendo muito, dedicar-se, completamente, à recuperação de Luísa. Tenta, em vão, retirar algum fato a Sebastião que se mantém constante no desejo de manter o casal unido. Lentamente, Luísa vai-se recuperando e percebe o marido “macambúzio”, em alguns momentos (idem, p. 294). Nem sequer imagina que ele saiba tudo o que acontecera e o porquê de “todas as condescendências dela por Juliana!” (idem, p. 294).

Certo dia, dizendo-se melhor de saúde, resolve interrogar o marido para entender a causa do seu constante mau-humor. Jorge que não mais suporta o peso do ciúme, do ódio, a idéia de que todos têm conhecimento do que acontecera, entrega a carta à Luísa, pedindo-lhe explicações. A moça tem um desmaio e cai, novamente, doente, mas, dessa vez, para não mais se recuperar. Começa a ter delírios, durante os quais maldiz Juliana, refere-se a dinheiro e, para suplício de Jorge, chama por Basílio, como se estivesse no *Paraíso*. Seu estado de saúde se agrava, e Jorge decide chamar outro médico. Luísa acorda, por um momento, entristecida porque lhe cortaram o cabelo. Daí em diante:

Devia ser a última sensação: a prostração comatosa ia-a imobilizando, apenas a sua cabeça rolava num movimento doce e vagaroso sobre o travesseiro, gemendo sempre com um cansaço triste; a pele empalidecia como um vidro de janela, por trás do qual lentamente uma luz se apaga; e mesmo os ruídos da rua que começavam não a impressionavam, como se fossem muito distantes e abafados em algodão QUEIRÓS, [s.d], p. 304).

[...] uma cor macilenta ia-lhe dando às faces tons cavados e rígidos (idem, p. 305).

[...] Luísa morria: os seus braços tão bonitos, que ela costumava acariciar diante do espelho, estavam já paralisados; os seus olhos, a que a paixão dera chamas e a voluptuosidade lágrimas, embaciavam-se como sob a camada ligeira duma pulverização muito fina. (idem, 306).

[...] Na alcova, Julião estivera tomando o pulso de Luísa; olhou então Sebastião, fez-lhe o gesto de alguma coisa que voa e desaparece... (idem, p. 307).

3.2.4 O rompimento das interdições: tragicidade das heroínas

Conforme já observado, Juliana e Luísa opõem-se nos planos físico, social, e psicológico, mas coincidem, enquanto gênero e, nesse aspecto, ambas polarizam a trama construída por Eça de Queirós. Sem o romantismo inconseqüente de Luísa, não há o adultério e, conseqüentemente, a chantagem. As demais personagens, Jorge (o marido), Sebastião (amigo do casal), Julião (o médico frustrado), D. Felicidade (amiga leal), giram em torno das ações desencadeadas por Luísa (o adultério) que leva Juliana a outra ação (a chantagem). Ambas são o fulcro da análise desse núcleo (a pequena burguesia) da sociedade local proposta pelo escritor.

Do ponto de vista da intencionalidade do autor, Juliana e Luísa são as protagonistas do universo romanesco, dada a relevância “da sua intervenção na acção” (REIS; LOPES, 1994, p. 316). Ambas lutam em campos opostos, no entanto são vítimas da mesma estrutura social que não lhes permite descumprir o “script” delineado para a mulher da época. A configuração dos caracteres remete-nos ao conceito que Aristóteles fizera do gênero feminino, ou seja, sendo a mulher dotada de uma inteligência “inferior” (ARISTÓTELES, 1979, p. 456), não cabe a ela a ousadia de ultrapassar as interdições que sua função social impõe. Em tese, Juliana não poderia ter almejado ascender socialmente, e Luísa não deveria ter cometido adultério. Essa é a mensagem subjacente à trama queirosiana, no que se refere à função social da mulher.

Juliana e Luísa, se analisadas do ponto de vista da causa pessoal que as move, podem ser consideradas protagonistas de uma trama que sem sua presença não existiria. E, como

protagonistas, trazem consigo a função de ultrapassar fronteiras) interditas, sejam elas morais, sociais ou comportamentais (LOTMAN, 1978). Todavia, no projeto literário de Eça, isso não ocorre impunemente. Ambas conhecem o gozo dos desejos satisfeitos: Juliana vai à desforra contra a patroa, a qual vive um romance de sonhos, e as duas pagam um alto preço por isso.

Ambas rompem com os mitos criados em torno do gênero feminino – o mito da maternidade, o mito da infância, o mito da natureza passiva e assexuada da mulher, contribuindo, assim, para a desagregação do modelo de família burguesa da época. Luísa, mulher casada e sem filhos, “Põe-se a ler romances e mais romances” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 240), descuidando-se da reputação, e Juliana guarda o que sabe “Para uma ocasião!” (idem, p. 99) em que poderá, finalmente, experimentar o conforto e regalias que, há tanto tempo, invejava nas patroas.

O comportamento dessas mulheres – Luísa, dominada pelo desejo, e Juliana, pelo ódio às patroas e ambição – suscita a analogia, comum no século XIX, feita entre a mulher e a loucura, visto que ambas não correspondem às “expectativas masculinas” (SCHNEIDER, 2000, p. 121-123) Nesse sentido, a semântica da personagem contribui, fortemente, para configurar os excessos temperamentais de ambas. Luísa, antes do reencontro com Basílio, é “como um passarinho amiga do ninho e das carícias do macho” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 9), e para ela o marido “Era o seu *tudo* – a sua força, o seu fim, o seu destino, a sua religião, o seu homem!” (idem, p. 15, grifo do autor)

A trajetória de Juliana, diferente, mas não menos trágica, compõe-se de uma semântica que privilegia o despeito, a maldade e o rancor. Inicialmente, é caracterizada como “bisbilhoteira, má” (QUEIRÓS, [s.d.], p. 21), causando embaraços entre a patroa e o marido. Porém, mantém uma postura subserviente coroada por uma “voz plangente” (idem, p. 41) e um humor propenso a queixar-se de “palpitações, faltas de ar” (idem, p. 149). Para ter regalias com a cozinheira da casa, finge apreciá-la, incentivando seus amores “com o carpinteiro” (idem, p. 151), mas, em seu íntimo, “como feia e solteirona detestava aquele ‘escândalo de carpinteiro’”(idem, p. 42).

Isto posto, é possível tecer algumas considerações a respeito das personagens. Analisando-as do ponto de vista da leitura, possivelmente, a um leitor do século XXI, parecerá exagerado na caracterização das personagens, o relevo atribuído pelo narrador aos seus defeitos e falhas de caráter. Considerando-se o tempo da enunciação, todavia, o que se releva do texto é a qualidade de estar em sintonia com os preceitos deterministas que orientam

a narrativa, o que faz com que as personagens sejam configuradas como frutos de um determinado meio social e educacional.

Isso não poderia ser diferente, visto que Eça de Queirós, ao escrever o romance, vivencia o seu momento realista-naturalista, do qual emerge uma obra em que a crítica à sociedade se dá mediante a explicitação dos malefícios que uma educação retrógrada e um meio social degradante podem ocasionar ao indivíduo e à sociedade. Eça demonstra, cartesianamente, que há um “script socialmente legitimado” (SCHMIDT, 2000, p. 74) a ser seguido pelo gênero feminino, caso contrário, as conseqüências podem ser funestas e irreparáveis.

O escritor desenvolve uma tese sobre a sociedade lisboeta, perpassada por uma crítica irônica e mordaz que convida a refletir sobre situações humanas representadas como pertencentes a um tempo pretérito para o leitor contemporâneo e, concomitantemente, pertencente a uma contemporaneidade que não é a do texto, mas que, em grau maior ou menor, independentemente do tempo da leitura, suscitam reações, julgamentos, condenações, críticas ou solidariedade, dada a atualidade e universalidade do tema abordado.

Pode-se inferir que Eça de Queirós é excessivamente sarcástico, cruel e sexista ao construir a semântica das personagens, ambas impelidas a atitudes socialmente interdidas. Luísa, por “sua natureza de preguiçosa” (QUEIRÓS, [s.d], p. 84), Juliana por sua obsessão em vingar-se das patroas, naquele momento, simbolizadas na figura de Luísa. Entretanto, em sua crueza, o escritor alerta para o latente desequilíbrio social, com origem na estratificação social, conforme demonstrado por Juliana que passara a vida comendo “os restos, dormindo em “cacifros”, vestindo “trapos velhos” (idem, p. 52).

É possível apreender, também, que o escritor, inserido no tempo histórico da narração, percebe a velocidade das transformações em curso no século XIX, transformações que conduziriam à subversão das funções sociais até então vigentes. Em que pese o cunho moralizante do texto queirosiano, é certo que, derrubados os mitos femininos, por meio das ações de Juliana e Luísa, o escritor conduz os olhares para as mudanças que ocorriam, naquele momento, em uma moral há muito convencionada.

Considerando-se as funções das personagens na trama, há uma evidente inversão nessas funções do início ao desenlace do romance. Juliana, antagonista de Luísa, quando percebe a situação de adultério, coloca-se em posição de adjuvante da patroa, mostrando-se prestativa, salientando suas qualidades, cuidando de suas roupas – as que usa nos encontros –,

com esmero. Deflagrado o conflito entre ambas, assume sua real função na narrativa, a de oponente, situando-se no “âmbito da distribuição do poder” (GREIMAS, 1973, p. 231), pois detém o segredo da patroa (as cartas), que poderiam selar, definitivamente, sua felicidade ou desgraça. Invertida a função de Juliana na trama, ela assume o comando da casa, impondo a Luísa as suas obrigações domésticas. Luísa, inicialmente, situada no “âmbito do querer” (GREIMAS, 1973, p. 234), o desejo de aventuras, a curiosidade em ter um amante, protagoniza a evolução da trama, impondo seus desejos, caprichos e até mesmo maus-tratos à empregada, em nome das prerrogativas de que usufrui em sua condição de patroa, socialmente superior a de Juliana.

O esquema de Greimas é útil porque permite o entendimento sobre como as personagens alternam suas posições na narrativa – desempenhando, alternadamente, papéis opostos. Entretanto, para além de uma análise puramente estruturalista ou imanentista, observa-se que Juliana e Luísa suscitam questionamentos e problematizações capazes de enriquecer a leitura da obra. O que permanece, à exceção da assimilação de novos papéis à função social da mulher, é a concepção do gênero, como um ser essencialmente “inferior” (ARISTÓTELES, 1979, p. 456). Naturalmente, ao longo da história, a mulher agrega funções, até a chegada do século XIX quando, em nome de uma suposta fragilidade e passividade, têm sua atuação reduzida ao espaço doméstico, embora as moças burguesas sejam educadas para brilhar nos salões de festas de suas casas. Mas a qualidade de “inferior”, atribuída por Aristóteles, continua presente, com uma roupagem adequada à modernização das relações sociais.

Nesse sentido, são pertinentes as reflexões de Lukács (2000, p. 99) a respeito do indivíduo problemático. Extintas as “comunidades fechadas” em que mundo real e mundo metafísico convergem, no mesmo espaço-tempo, integrando uma teia de inter-relações entre humano e divino, cessam as condições histórico-filosóficas para a configuração artística do *epos* grego. Assim, o herói lendário transforma-se em personagem problemática em constante embate com a realidade hostil, tentando sobreviver e compreender o caos que o cerca, a partir da própria subjetividade. O romance, forma privilegiada de configuração da sociedade burguesa, tem como princípio essa subjetividade ou “biografia” (LUKÁCS, 2000, p. 83) da personagem, mediante a qual busca instituir a totalidade perdida para a humanidade.

Juliana e Luísa são duas personagens cujas ações são impulsionadas por sua biografia, da qual retiram conceitos e ensinamentos [determinados pela origem social] para enfrentar as adversidades. A primeira, perdidas as esperanças de ter uma vida melhor, rebaixa-se à prática

da chantagem. Relembra como vivera a própria mãe, e a presença desse fato passado é tão poderosa que não hesita em torturar a patroa, parando somente quando se vê frente a frente com figuras sociais mais poderosas e ameaçadoras do que ela; a segunda, mulher de caráter completamente amoldável, ajusta-se a cada nova situação sendo levada pelos acontecimentos, despersonalizada, desprovida de vontade própria.

O jogo perigoso que as envolve, termina por lhes ser fatal. Ambas são impotentes diante dos códigos sociais e não possuem coragem, força ou apoio de qualquer espécie para subvertê-los. Esmagadas por uma realidade que suplanta sua individualidade, são heroínas problemáticas porque:

A psicologia do herói romanesco é o campo de ação do demoníaco. A vida biológica e sociológica está profundamente inclinada a apegar-se na sua própria imanência: os homens desejam meramente viver, e as estruturas, manter-se intactas; se os homens, por vezes acometidos pelo poder do demônio, não excedessem a si mesmos de modo infundado e injustificável e não revogassem todos os fundamentos psicológicos e sociológicos de sua existência, o distanciamento e a ausência do deus efetivo emprestaria primazia absoluta à indolência e à auto-suficiência dessa vida que apodrece em silêncio. Súbito descortina-se então o mundo abandonado por deus como falta de substância, como mistura irracional de densidade e permeabilidade: o que antes parecia mais sólido esfarela como argila seca ao primeiro contato com quem está possuído pelo demônio, e uma transparência vazia por trás da qual se avistavam atraentes paisagens torna-se bruscamente uma parede de vidro, contra a qual o homem se mortifica em vão e insensatamente, qual abelhas contra uma vidraça, sem atinar que ali não há passagem (LUKÁCS, 2000, p. 92).

Juliana e Luísa, dominadas “pelo poder do demônio” (LUKÁCS, 2000, p. 92) violam interdições de gênero e classe, decretando seu tráfico fim. Ambas são pequenas demais para o enfrentamento com a sociedade, com as decepções e frustrações que as aguardam. Ao esquecerem do “dever-ser” que lhes é destinado, defrontam-se com um paradoxo: a impossibilidade de ajustar a satisfação de sonhos e desejos ao convívio em sociedade, enfim, a seu “dever-ser”. Quando optam por experimentar ir além daquilo que possuem, perdem-se para si mesmas e para a sociedade refratária à ousadia feminina. Nos contextos intra e extratextual, determinados pela intencionalidade do autor, o único destino que lhes é possível é a morte, como forma de expurgar da coletividade a presença dessas mulheres tão nocivas à preservação do “script” reservado à mulher oitocentista.

4 A FERRO E FOGO: TEMPO DE SOLIDÃO: A CONDIÇÃO FEMININA

4.1 A LUTA CONTRA AS INJUNÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS

Na obra de Josué Guimarães, os contextos extra e intratextual não coincidem, pois o escritor, distante quase um século do tempo da narração, toma uma parte da história do Rio Grande do Sul – a chegada dos primeiros colonos alemães ao Estado – como matéria de análise. Em que pese a diacronia que se entrepõe entre o tempo da enunciação e o tempo da leitura, a narrativa é uma reflexão sobre o presente histórico: o regime de exceção imposto pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, e as injustiças que, no tempo da narração, são reveladas no tempo da enunciação.

A ferro e fogo: tempo de solidão (a exemplo de *O primo Basílio*) é um “romance de espaço”, pois se caracteriza pela relevância atribuída à “pintura do meio histórico e dos ambientes sociais nos quais decorre a intriga. [...] O meio descrito pode ainda ser geográfico ou telúrico [...], embora este meio telúrico seja indissociável, na visão do romancista, do homem que nele se integra” (SILVA, 1982 p. 653). Assim como Eça de Queirós, Josué Guimarães mantém uma incansável luta no sentido de problematizar as injunções histórico-sociais que, arraigadas na cultura nacional, continuam atuando na sociedade em forma de uma opressão que, situada no passado histórico, reflete a mesma opressão do momento histórico em que vive.

Sua técnica narrativa, inserida num contexto de pluralidade de linguagens, no centro da eclosão da prosa “experimental e inovadora” (CANDIDO, 1987, p. 209) adere à linguagem simples, direta e objetiva do jornalismo, por um lado diferenciando-o, em termos de concepção da narrativa, dos escritores com empenho inovador e, por outro, deles se aproximando na intencionalidade de demarcar uma posição absolutamente contrária ao regime totalitário estabelecido no país. Dividida em dezesseis capítulos, a narrativa conta com um elemento paratextual – a epígrafe, com função de prolepse – que introduz o tema e importantes informações que situam e orientam a leitura. A epígrafe diz:

Esta história começa com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim *Protetor*, em julho de 1824, trazendo, no seu precário bojo de madeira, 38 colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos a tanto por

cabeça, por um aventureiro internacional, o Major Jorge Antônio Schaeffer. Muitos conseguiram sobreviver. Bem, mas então temos a história de homens e mulheres em solidão que plantaram as suas raízes, a ferro e fogo, nas fronteiras movediças dominadas por castelhanos, índios, tigres, bugres, caudilhos e portugueses (GUIMARÃES, 1977, p. 5).

O paratexto dá o tom da história a ser contada, história que contém personagens construídas pelo autor (Catarina e sua família, os escravos, o índio Juanito, Gründling) e figuras históricas (o Major Schaeffer, o Dr. João Daniel Hillebrand, a imperatriz Leopoldina, D. Pedro I), transformadas em personagens porque ficcionalizadas no universo diegético instituído pelo narrador heterodiegético. O contexto, em que ficção e história se mesclam, metaforiza a saga da imigração alemã no Rio Grande do Sul, configurada nos caracteres da família Schneider, em especial, na personagem Catarina.

Ao informar que os imigrantes são trazidos “a tanto por cabeça” (GUIMARÃES, 1977, p. 5), o narrador explicita as condições históricas em que se deu a vinda dos imigrantes alemães para o Brasil, vendidos ao Império como escravos com o objetivo de povoar regiões do país até então inexploradas. De acordo com Prado Junior (1994, p. 183), a imigração alemã é estimulada “por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra, obedecendo, assim, a um programa de “transformação do regime de trabalho no país” cuja origem está na transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, determinando novas formas de povoamento na colônia “até então mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos e, finalmente, pela incorporação de indígenas”.

Prado Júnior destaca como objetivos principais para o estímulo da corrente migratória européia, os seguintes problemas estruturais do modelo colonial vigente por três séculos:

A imigração e colonização provocadas [...] tiveram objetivos políticos e militares. É somente depois da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, que sua finalidade se torna própria e exclusivamente demográfica, e ao mesmo tempo se amplia muito. [...] durante a permanência do soberano português e de seu governo no Rio de Janeiro, seguir-se-á, com relação ao Brasil, uma nova política. Política cheia de contradições [...] mas assim mesmo suficiente para revolucionar o antigo sistema colonial puro. [...] o sistema então seguido [...] aquele que a par de uma débil corrente de colonos brancos, trazia para o Brasil a massa volumosa de escravos africanos, se convinha a uma simples colônia destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio da metrópole já não se enquadrava evidentemente nas exigências de uma nação. A heterogeneidade que resultara de um tal sistema, tanto racial como cultural e social, era situação por demais imprópria para um país que se tornara sede de uma monarquia européia. [...] Era preciso reconstruir suas forças armadas, matéria, sobretudo, importante num momento como aquele de graves dificuldades internacionais (CAIO PRADO JUNIOR, 1994, p. 183-184).

[...] Acresce que as questões do Prata que surgem logo após a chegada do soberano no Brasil, envolvem o país em novos conflitos muito sérios (idem, p. 185).

Impõe-se, assim, o problema de como organizar no Brasil uma força armada eficiente, contando para isto com uma população dispersa e rarefeita, composta de quase 50% de escravos e outra grande parcela de elementos heterogêneos e mal assimilados. [...] O soberano, a corte, seu séquito numeroso de fidalgos e funcionários, ligados ao reduzido número da classe dominante de colonos brancos que vieram encontrar aqui, nunca se sentirão suficientemente tranquilos e seguros em meio desta massa de escravos, libertos e similares que formava o corpo da população no país e na qual, na falta de outra tinham de recrutar suas forças armadas (idem, p. 185).

[...] A formação de novas correntes demográficas constituía assim uma necessidade inadiável, e a ela aplicou-se a administração portuguesa (idem, p. 185).

Para a Alemanha, a imigração do campesinato resolve a grave crise do excedente humano sem trabalho, originada pela explosão demográfica ocorrida com a descoberta da “vacina contra a varíola, melhoramentos sanitários e o aumento do suprimento alimentar com o cultivo de novos alimentos como o milho e a batata” e com a mecanização da produção agrícola.

Essas são as grandes questões a serem resolvidas por D. João VI ao chegar ao Brasil e que têm continuidade no período imperial, sob o comando de seu filho D. Pedro I. São imensas as regiões a serem desbravadas e as fronteiras meridionais, em constante disputa entre brasileiros e castelhanos continuam ameaçando a posse desses territórios. Assim, contrariando uma estrutura colonial que perdura há três séculos, D. Pedro I engaja-se, pessoalmente, no processo de povoamento “por brancos não-portuguêses” [sic] (ROCHE, 1996, p. 93), dando continuidade, em maior escala, ao processo iniciado por D. João VI com o decreto de 25 de novembro de 1808 “o qual permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra” (BARBOSA, 2002, p. 14).

É na primeira fase da colonização (1824-1889)⁹, sob o Império, que inicia a primeira grande leva migratória de alemães para o Brasil, cujo recrutamento é realizado, habilmente, pelo Major Schaeffer, seduzindo, em seu país, os colonos em condições de vida precárias com as seguintes promessas:

[...] os colonos viajarão a expensas do Govêrno [sic] Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160 000 braças quadradas de terras (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única

⁹ Cf. ROCHE, 1996, p. 94-100-113, a colonização alemã se deu em três fases: a primeira (1824-1889), a segunda (1890-1914), a terceira (1914 em diante).

condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos (ROCHE, 1965, p. 95).

Naturalmente, os ingênuos imigrantes não são informados sobre os perigos e sofrimentos que os aguardam quando, o império brasileiro, ineficiente na condução do processo imigratório não consegue suprir suas necessidades básicas, enquanto esperam os utensílios, terras e equipamentos que Schaeffer lhes prometera na Europa. O ardiloso intermediário do império omite as dificuldades de adaptação à nova terra, a impossibilidade de comunicação, os confrontos com índios, os raptos de crianças, as contendas violentas pela fronteira meridional e o preconceito dos luso-brasileiros contra os recém-chegados. A respeito das promessas de Schaeffer, Roche argumenta:

[...] a própria Constituição do Império opunha-se à concessão imediata e automática da nacionalidade brasileira e proclamava a religião católica a do Estado. [...]

Só aos primeiros colonos foram concedidas terras sem atraso; [...] Contudo, tinham de arrotear e cultivar suas terras. Distribuíram-lhes ferramentas e sementes. Até que pudessem prover às próprias necessidades, receberam, mais ou menos regularmente, a indenização que lhe fora prometida. O Inspetor fiscalizava os fornecimentos de víveres, de sabão, de velas, de fumo, feitos aos imigrantes. Como estes eram explorados pelos distribuidores, instituiu aquele um abono em dinheiro. Para evitar que os colonos sofressem atrasos, os lojistas que se instalaram deviam aceitar, em troca de gêneros, os vales entregues pela administração, com os quais eram pagos os créditos correspondentes. Assim, a ordem foi mantida mais facilmente (ROCHE, 1969, p. 95-96).

Nesse momento crítico da história nacional, o narrador apresenta Catarina Klumpp Schneider, imigrante alemã, chegada ao Rio Grande do Sul em 1824. Premida pela necessidade de sustentar a integridade e sobrevivência da família, dada à inépcia do marido, revela-se uma mulher com capacidade de enfrentar as maiores violências sem perder a dignidade e o espírito de luta. O caráter de Catarina vai-se construindo, gradativamente, sem preocupação por parte do narrador heterodiegético, em explicitar, cartesianamente, suas características físicas e psicológicas.

4.2 CATARINA: FORÇA ORGANIZADORA DO GRUPO

A personagem evolui na narrativa, à medida que toma para si o comando da família, diante da impossibilidade de o marido fazê-lo. Desde o início, o narrador centra o foco narrativo em Catarina e é através de sua visão de mundo, percepções e decepções, que evolui

a trama. É a ela que Cronhardt Gründling se dirige, falando alto, enquanto convence o marido a aceitar a oferta de mudança para a fronteira com a Cisplatina. Ciente da ingenuidade e do desconhecimento dos colonos em relação à conflituada questão das fronteiras gaúchas com a Argentina (bem como dos negócios ilícitos que pratica), Gründling lhes oferece um cenário de possibilidades ao avesso daquele que os aguarda na fronteira, durante a segunda guerra pela posse daquele território. Para convencê-los, diz:

- Eu e meu amigo Schaeffer temos um plano completo, plano de negócios, idéia de ganhar muito dinheiro. Você pode nos ajudar Schneider, é negócio limpo e rendoso que a gente da Corte sabe e aprova. Mas precisa deixar este chiqueiro, desculpe Dona Catarina, que isto aqui, eu já disse, é para negro e não para branco. A gente precisa um posteiro de confiança para receber mercadoria desembarcada na Banda Oriental e outro não pode ser senão você, Schneider, que sabe onde tem a cabeça, tem mulher moça e inteligente, que precisa de dinheiro e tranqüilidade para o menino. [...] Imaginou o campo a perder de vista, as áridas coxilhas barradas pelo horizonte, os abutres, as tempestades varrendo o chão sem abrigo. [...] Nada de preocupações, nem feras e nem índios, uma cobra verde que outra, que as venenosas vivem entocadas nas pedras das serras ou na mata virgem. São terras devolutas, sabe como é, sem dono e nem documento. A gente acampa, abre poço, levanta casa e ninguém mais pode chegar sem pedir licença. Com o passar do tempo a gente planta cerca, escolhe os limites, mais aqui ou mais ali, com as conveniências (GUIMARÃES, 1977, p. 14-15).

Daniel Abrahão hesita, alegando a chegada do próximo filho, indeciso frente à proposta completamente aventureira que o compatriota lhe faz, e meditando, enquanto o homem fala, enumerando as facilidades e o pronto enriquecimento, pensa “se Deus seria capaz de perdoar Gründling se tudo aquilo não passasse de mentira” (GUIMARÃES, 1977, p. 16). Entretanto, a decisão final fica a cargo de Catarina que, serenamente, responde: “- Pode mandar preparar o prometido, Herr Gründling. Nós iremos” (idem, p. 18) É nesse momento que Catarina se impõe como personagem central, pois sua decisão faz com que ultrapasse a fronteira (LOTMAN, 1978, p. 373) cujo acesso somente a ela é permitido na condição de heroína do romance.

4.2.1 A viagem e a contravenção: Catarina responsável pela empreitada

Todavia, a decisão imprevista acarreta um alto preço a pagar que irá confrontá-la com situações dolorosas que marcam, indelevelmente, sua vida. De fato, desde a chegada ao Brasil, as condições colocadas para os imigrantes são cumpridas com ineficiência por parte do governo e seus representantes junto aos alemães. Os homens, desocupados durante meses, à

espera da terra, das ferramentas e sementes prometidas, entregam-se à bebida, desapontados com o trabalho de “cavar a terra como uma toupeira” (GUIMARÃES, 1977, p. 8) como, freqüentemente, repete Herr Gründling. Irritada com as bebedeiras do marido e preocupada com suas divagações sobre as lembranças da pátria, Catarina, mulher prática e realista, adverte-o: “Daniel Abrahão, isso não é de gente de miolo bom; melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos” (idem, p. 11).

O caráter passivo e confuso de Daniel Abrahão e a sua falta de iniciativa e espírito de decisão impõem à Catarina a tomada de decisões sobre o destino da família, inclusive a mais importante delas, aquela que lhe custa o aviltamento moral e a aceleração do processo de alienação e posterior demência do marido. O narrador descreve a aparência de Gründling e o efeito que provoca em Catarina. Tem-se aqui, a primeira prolepse do texto, instituída através do juízo de valor, inicialmente apenas intuitivo, que Catarina faz do compatriota. Percebe que Gründling não é confiável, pois, quando de sua visita para efetuar a proposta de mudança observa que:

[...] o recém-chegado era o mesmo que pagava as bebedeiras de sábado e outro não poderia ser senão Herr Gründling, a quem o marido sempre se referia. A grossa corrente de ouro, o anel, o ar das pessoas que sentem no bolso do colete o peso do ouro. Ela iria se recordar, também, mais tarde, daquela figura emproada do patrício que não viera para receber uma colônia de terras, nem para tratar da roça ou de criação. Notou as meias dele, as grandes e pesadas botinas de couro europeu, a camisa limpa, as mãos finas e adamadas (GUIMARÃES, 1977, p. 12-13).

Porém, a resolução é tomada graças à hábil argumentação do compatriota que se refere, com desdém, ao seu pedaço de terra e à sujeira do local, pois “A terra da zona da Feitoria era pocilga para negro, e até então só negro vivera ali, muito justo, o que não tinha explicação era ele, um Schneider, mais a mulher e o filho, confinados naquele estábulo” (idem, p. 13). Embora sabendo que o homem não pertence ao seu meio, entende ser a única alternativa para a família. Daniel Abrahão, ofendido em seus brios de homem, fica ressentido com a esposa, mas de si para si reconhece “que era a melhor saída para a entaladela em que estavam”. e o seu temperamento medroso e hesitante serve-lhe como justificativa por sentir “um alívio por não haver assumido nenhuma responsabilidade. Se as coisas não dessem certo, Catarina não poderia acusá-lo de nada” (idem, p. 19).

O narrador deixa claro, no pensamento de Daniel Abrahão, que Catarina é a única responsável pelo êxito ou fracasso da empreitada, o que delimita as funções de ambos no universo diegético que, pouco a pouco, se configura por meio de gestos, pensamentos,

omissões, indecisões e decisões. É a Catarina que cabe o ônus de comandar a família, pois seu marido é, notadamente, fraco e indeciso. Partem às escondidas, na madrugada, para escapar ao inspetor-geral, levando consigo o “índio Juanito, dois casais de escravos, quatro escravos solteiros, duas carroças com juntas de bois, mais quatro juntas de troca, o necessário para uma marcha de trinta dias” (idem, p. 15-16).

A viagem é acidentada e difícil, alguns borregos são atacados por carcarás. Daniel Abrahão tenta salvar os animais, mas Catarina, incisiva, diz: “- Não vamos gastar munição à toa, pode nos fazer falta amanhã ou depois. Ninguém sabe o que temos pela frente” (idem, p. 23). Na breve parada na estância de José Mariano para descansar e seguir caminho, um fato temeroso (outra prolepse) do futuro próximo: Daniel Abrahão vê dois soldados vindos da banda oriental, com novidades para seus superiores a respeito de movimentações de guerra. Ao saber da notícia, Catarina diz “que era mau presságio soldados por aqueles lados. Que andariam eles fazendo feito batedores em tempo de guerra?” (idem, p. 23).

Apreensivo, o casal segue viagem conduzido por Juanito, o único a saber a localização das terras, e “Quanto mais perto da fronteira, mais cruzavam com espanhóis de chiripá, pele queimada de sol, olhinhos espremidos de índio” (idem, p. 24). Contudo, logo o temor dá lugar à alegria, com a chegada ao local determinado por Gründling e farejado pelo esperto Juanito. Este, ao descer do cavalo e apontar para uma grande figueira, dá a entender que a viagem terminara. As palavras do narrador demonstram toda a esperança que reacende no horizonte da família Lauer Schneider:

[...] Era aquele o lugar mencionado por Gründling. Não muito distante pequenos capões de mato ralo, um olho-d'água na beira de um banhado, um córrego minguado correndo pelo campo, sinuoso, cobra molhada cercada por arbustos mais encorpados. Estavam em casa. Catarina e Daniel Abrahão desceram, o filho pulou da carroça, os três circunvagando o olhar pela paisagem deserta, curiosos, pois ali fundariam uma estância, o nome se veria depois; ergueriam as suas casas, os galpões, plantariam árvores e sementes, hortaliças e trigo. Catarina sentou na grama, derramando a barriga por cima das coxas; estava com os olhos úmidos, mas disposta a não chorar. [...] A primeira noite os encontrou num bivaque formado pelas carroças, ao centro uma fogueira onde um tripé sustentava uma velha chaleira, Catarina se aprestando para fazer a primeira comida para os estancieiros Lauer Schneider (GUIMARÃES, 1977, p. 24-25).

É um novo recomeço para o casal que esperara por mais de três meses “que o governo cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha: uma colônia de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos” (idem, p. 9). Inicia-se a construção das acomodações necessárias, especula-se sobre o nome da estância, os escravos cavam o poço, o gado começa a ser arrebanhado. Em dezembro, Catarina dá a luz a Carlota,

nome em homenagem à avó paterna. Nesses primeiros meses de aparente tranquilidade, a família vive feliz, esquecendo-se do antigo nome da estância – Jerebatuba – sugerido por Juanito.

Daniel Abrahão tenta esconder de Catarina a história do antigo dono do local, morto por enforcamento. Esta, muito esperta, consegue compreender a gesticulação de Juanito e percebe a tragédia ocorrida no local. A vida segue um curso regular com a família envolvida nas atividades de aclimatação à nova geografia e tipo de vida que esta impõe. Philipp, o filho mais velho, toma gosto em ficar muito tempo em cima da figueira, de onde consegue avistar possíveis visitantes hostis. A primeira é motivo de alegria para a família, afinal, trata-se do compatriota Frederico Harwerther, “velho companheiro da cervejaria da colônia de São Leopoldo” (idem, p. 27). É nesse momento de ingênua alegria que a família Schneider toma conhecimento do motivo desencadeador de todo o sofrimento que os aguarda: o visitante traz consigo “O primeiro carregamento do nosso amigo Gründling” (idem, p. 28). Surpreso e desconfiado, Daniel Abrahão faz perguntas ao amigo sobre a natureza da mercadoria, suscitando o seguinte diálogo:

- Mercadoria, meu velho. Para Gründling e para o Major Schaeffer não se deve perguntar muita coisa. Eles pagam bem, será difícil encontrar padrões iguais. Dois homens de lei – disse Frederico, levantando-se.
- Eu aqui e você de outro lado, se estou entendendo.
- Isso mesmo, cada um no seu posto. Você precisa construir um galpão maior para resguardo da carga. O pessoal que vem de São Leopoldo para buscar a tralha e pode demorar mais do que o previsto. Eu fico esta noite aqui, com o meu pessoal, e amanhã cedo retorno. [...] (GUIMARÃES, 1977, p. 28).

A desconfiança inicial de Daniel Abrahão logo desaparece com o convite para beber juntamente com Frederico. Somente Catarina ruma pensamentos confusos, pois não entende o que Frederico, que ficara na colônia, faz ali, a serviço de Gründling, quando seu nome nem fora mencionado no acordo tratado entre este e a família Schneider. Confusa com o envolvimento de Frederico Harwerther no negócio que imaginara ser exclusivo entre eles e Gründling, Catarina “Não sabia bem o que pensar. Frederico vindo da Banda Oriental, com aqueles castelhanos todos, cinco carroções carregados” (idem, p. 28). Todavia, a desconfiança arrefece quando abrem as encomendas de Gründling, postadas em nome de Daniel Abrahão, deixando-os fascinados quando as caixas são abertas:

Quatro caixotes, os menores, traziam bem visíveis o nome de Schneider pintado na madeira. Ele e a mulher, auxiliados pelo índio, começaram a abri-los e quando as tampas saltaram Catarina achou que estava sonhando. Daniel achava que nada era real: ferramentas para trabalhar a terra, sacos de sementes de hortaliças, pratos, xícaras e talheres, cobertores da melhor lã, agulhas de aço, fazendas e caixas com linhas de várias cores. Quatro espingardas e caixas de munição. Espingardas não

mais de pederneiras, mas de cartuchos com espoletas, tipo *Forsyth*. Dois sacos de farinha de trigo, alva como a neve. Vidros com fermento especial. Daniel Abrahão não se conteve:

- Vamos ter pão, Catarina, pão igualzinho ao que a gente comia em Hamburgo!

Era como se tivesse caído maná do céu. Daniel Abrahão estava a ponto de chorar. [...]

Catarina apertou ainda mais a filha nos braços e repetiu com o marido:

- Pai celestial, graças te damos de todo o coração...

Até um colar de pérolas pretas para Catarina. Sapatos de lã para Philipp e um magnífico, extraordinário par de botas para ele, Daniel Abrahão. O couro preto, brilhante, o cano alto com os puxadores de lona.

- Nunca vi nada igual na minha vida! (GUIMARÃES, 1977, p. 29).

Os Schneider festejam a chegada dos víveres, finalmente, comendo o típico pão alemão do qual tanta saudade Daniel Abrahão sente. É em clima de contentamento que Philipp avista novas visitas do alto da figueira. O medo se espalha entre todos; os escravos se escondem, “as espingardas preparadas, as melhores coisas escondidas” (idem, p. 30) à espera das cinco carroças que se aproximam. Com surpresa, o casal Schneider percebe, no grupo, a presença de “João Carlos Mayer, o velho amigo das bebedeiras. Parecia tudo combinação” (idem, p. 31). Antes de partir, sem ser categórico, Mayer introduz o assunto da guerra eminente, dizendo:

[...] na verdade nunca se sabe onde estar seguro. Eles que reparassem bem, Mayer não estava ali para alarmar ninguém, queria sossego, dinheiro, morrer de velho, enquanto isso a gente lá de cima falando em guerra para estas bandas, o general castelhano Lavallega querendo invadir o Brasil. O comando militar mandando fortificar Rio Grande, tudo isso cheirando mal para quem vive do seu trabalho. Daniel Abrahão teve um sobressalto: Mayer se isso acontece nós estamos no caminho natural da briga. Mayer, pode ser que sim, pode ser que não, ah, fronteira grande essa. [...] mas o que pode incomodar é a esquadra imperial navegando por estes mares, nas mesmas águas das nossas sumacas, amanhã ou depois querendo botar a mão na mercadoria, o que interessa no caso. Daniel Abrahão soturno (GUIMARÃES, 1977, p. 32).

Mesmo assustado, o desconhecimento de Daniel Abrahão sobre os conflitos entre Brasil e Argentina o impedem de enxergar a gravidade da situação e, principalmente, o fato de que está sendo usado pelos amigos da cervejaria para esconder contrabando de armas. Chega o verão, a propriedade prospera com o rebanho de gado aumentando, Daniel Abrahão aprende a “preparar o charque” e da terra já se colhe mandioca, batata e cebola, propiciando, assim, uma alimentação “mais farta e variada” (idem, p. 32).

Os “carregamentos” de Gründling continuam chegando, quando Frederico Harwerther aparece com mais “três carroças e três carretas”. Daniel Abrahão percebe a inquietação do amigo que fala em “suspender as viagens” (idem, p. 32) devido à movimentação de tropas que vira na banda oriental. Diz, ainda: “Nem sei se Mayer chegará em tempo de pôr a mão nessas

duzentas espingardas” (idem, p. 33). Atônito, Daniel Abrahão descobre o conteúdo dos caixotes dos quais fora encarregado de cuidar. Sem entender, questiona o amigo que lhe responde:

- Claro, espingardas, meu velho. Não vai me dizer que não sabia, ora essa. É um negócio até melhor do que muitos ficam por aí. O diabo é se os gringos descobrem. E pelo que eles já andam desconfiados ou alguém foi contar das sumacas desembarcando no Chuí. Pelo sim, pelo não, desta vez vou voltar pelas alturas de Jaguarão (GUIMARÃES, 1977, p. 33).

Catarina avizinha-se da conversa e toma conhecimento do assunto pelo perplexo marido. Questionando Harwerther, Catarina percebe que foram usados, desde o início, por Gründling. Antes de partir, Harwerther deixa recomendações para o casal a respeito de Mayer que, ao “chegar amanhã ou depois façam ele carregar logo as carroças e desaparecer. Que vá descansar para os lados de Rio Grande, com as costas quentes” (idem, p. 33). O casal confabula sobre o que dizer se os castelhanos chegarem antes de Mayer, afirmando Catarina que, com a descoberta das armas, o marido seria dependurado “naquele mesmo galho da figueira” (idem, p. 34) em que, anos atrás, fora enforcado o proprietário francês. Daniel Abrahão repete, seguidamente, que devem partir, mas Catarina tomara sua decisão, ultrapassando uma nova fronteira, mais perigosa e terrível: a de ficar e enfrentar o que viesse. Durante o diálogo, argumenta com o marido:

- E abandonar tudo aqui, sem mais nem menos? As casas, os bichos, as plantas e todo o resto? Isso não, nunca. Depois desse trabalho todo, do sacrifício que se fez. E mais, agora peguei amor a esta terra, ela é minha, força nenhuma me tira daqui – disse Catarina (GUIMARÃES, 1977, p. 34).

Como o marido insiste na partida, a esposa responde: “- Pois eu não quero deixar a minha casa e nem as minhas coisas – disse Catarina em voz mais alta e autoritária”. O narrador, em passagens dispersas pelo texto, delinea a semântica da personagem: curiosa, desconfiada, decidida, obstinada, teimosa e autoritária. Com o firme propósito de conservar o que com tanto sacrifício conseguira, Catarina, “com a fisionomia dura e decidida” aguarda a chegada dos castelhanos anunciada por Juanito, sem imaginar os horrores que a esperam (idem, p. 35).

4.2.2 Catarina: coragem e dor solitária

A mulher manda o marido em direção ao poço, ordena que os escravos se escondam e não atende à súplica do marido quando este lhe diz: “- E tu, Catarina, pelo amor de Deus, e tu?” (idem, p. 35). Recebe soldados e oficiais sozinha, comunicando-se por gestos, pois não fala espanhol e português. Juanito argumenta “que a mulher era alemã, não sabia falar língua de gente, que o marido dela havia fugido para os lados de Rio Grande” (idem, p. 36). Os soldados descobrem as armas e tentam arrancar a verdade de Juanito e Catarina, inquirindo se o arsenal pertence às forças brasileiras. Catarina é arrancada da porta da casa, os filhos choram e ela “lutava como uma fera, pisando os pés dos soldados, arranhando, mordendo” (idem, p. 36).

Ao mesmo tempo em que se acalma ao devolverem-lhe a filha, estremece ao ver os soldados dirigindo-se ao poço, onde se esconde o marido. Os castelhanos saqueiam a estância e levam consigo as armas e munição encontradas. Partem deixando soldados acampados como sentinelas. A seguir, Catarina e as escravas tratam de Juanito que fora brutalmente espancado. Cria um estratagema para alimentar o marido no poço, levando comida, no balde de água, que volta à tona cheio, após Daniel Abrahão apanhar o prato. Aproveita para conversar e instar que o marido se mantenha quieto, pois restam alguns soldados acampados nas terras.

À noite vê que um dos soldados caminha em direção ao poço e desespera-se com a possibilidade de o marido ser descoberto e morto. Vai até ao homem e tenta comunicar-se com ele; sem conseguir, percebe que ele quer água e, enquanto ela começa a puxar o balde, acontece algo que mudará sua vida para sempre, despertando-lhe um ódio e um desejo de vingança que a tornam ainda mais dura e determinada a conquistar o que deseja: Nesse momento, quando Catarina está de costas:

[...] A meio caminho sentiu as mãos do homem enlaçando a sua cintura, o abraço forte, o hálito quente e pegajoso no rosto. Ao tentar defender-se soltou a corda e ouviu o baque surdo do balde cheio lá embaixo. E se tivesse atingido a cabeça de Daniel Abrahão? Teria gritado se a enorme boca, úmida e grossa, não a estivesse sufocando; gritar terminaria por atrair para ali os escravos e o magote de soldados também. Seriam massacrados, inclusive as crianças. Seu vestido foi rasgado, grunhia apenas, que Daniel Abrahão poderia ouvir lá debaixo, talvez gritasse, eles descobririam o marido e o dependurariam naquele galho da figueira. Estava sendo atacada por um animal, seu corpete foi arrancado com violência, aquela boca asquerosa babando o seu pescoço, os seios, mordendo os ombros com fúria. Dobrou os joelhos, a cabeça rodando, agora só a dor das costas nuas de encontro ao areião grosso do chão. As ondas do mar, a branca espuma subindo e se desfazendo no meio das estrelas, estamos naufragando, Daniel Abrahão, onde está o capitão do barco, onde estão as crianças, pelo amor de Deus as crianças. A água salgada entrando boca abaixo, uma lâmina de ferro lhe rasgando as carnes, um tigre bufando sobre o corpo que morria. Um estalido, um pio de ave, a multidão de sapos que voltava a coaxar, a

fera desaparecera assustada, quem sabe, pelo enorme silêncio que agora caía do céu, como garoa.

Grossas lágrimas escorrendo pelo rosto, um vulcão nas entranhas, o céu estrelado a rodopiar, o poço de cabeça para baixo. E se escorresse a água e com ela viesse o marido boiando, a sanga se formando, correndo, se dirigindo para o caponete da soldadesca? Daniel Abrahão, por amor de Deus, cuidado.

Pois o vulcão nas entranhas estufava as suas carnes, forçava a garganta dolorida, a cabeça estalando, toda ela numa ânsia sem fim.

Começou a vomitar. Vomitou à larga (GUIMARÃES, 1977, p. 38-39).

Daniel Abrahão, que ouvira tudo, resigna-se a “morder forte os lábios e chorar de ódio, sem soluçar”. Catarina, apesar da violência sofrida, ainda encontra forças para perguntar: “- Daniel Abrahão, precisas de alguma coisa?” e trata de acalmar o marido, dizendo-lhe que não mais há perigo, o soldado se fora. “Sua voz estava calma como nos dias em que conversava com ele, ninando Carlota” (idem, p. 39). Nesse episódio degradante, o narrador revela uma mulher capaz de tudo para defender a família, a qualquer preço. Mesmo profundamente ferida em sua integridade, lembra-se do bem-estar do marido que o narrador termina de configurar como um homem completamente pusilânime. Catarina, em sua imensa e solitária dor, encaminha-se de volta para os filhos, refletindo que:

Algo se rompera no seu mundo. De dentro para fora. Algo que ela jamais saberia dizer o que havia sido. Pensou, naquele momento, na figura alta e agitada de Gründling, a cara de fisionomia indefinida, os seus olhos sem nenhum calor humano. Soqueou em pensamento a figura imaginária, cortou-lhe o rosto com as unhas, como faria um gato ou um tigre, viu as suas órbitas vazias. Um ódio que nunca sentira em toda a sua vida e que jamais imaginara pudesse ter. Pensou em Deus e pediu a Ele que a ajudasse a alimentar aquele ódio, dali para a frente ele passaria ser a razão de sua vida. [...]

Deitada na cama de chão, chorou até ser vencida pelo sono. Seu último pensamento naquela vigília fora para o marido que não conseguiria dormir, pois que se afogaria (GUIMARÃES, 1977, p. 40).

O discurso indireto livre utilizado pelo narrador acentua o caráter de Catarina como uma mulher destemida e de força de espírito inquebrantável. Ao ser descrita como uma “fera, arranhando, mordendo” (idem, p. 36) a “um gato ou um tigre” (idem, p. 40), disposta a qualquer sacrifício para proteger os que ama, o narrador dá continuidade à constituição da semântica da personagem, opondo-a à pusilaminade do marido. Este, desde o início, é o homem que se embriaga na cervejaria para fugir aos problemas, apático diante da proposta de Gründling, porém em paz consigo, mesmo porque, se as coisas dessem errado, a esposa não poderia atribuir-lhe nenhuma culpa. A Catarina compete seguir adiante com a família sob sua proteção, retirando forças do ódio que passa a sentir por Gründling, o seu principal antagonista.

Contudo, não demonstra revolta frente à covardia do marido e, numa das idas e vindas de soldados castelhanos, ordena aos escravos a construção de mais um poço, cujo propósito é manter os soldados afastados daquele em que se esconde o marido. Sua única certeza é que “ninguém mais poderia beber a água onde o marido estava metido” (idem, p. 41) E, durante à noite, quando cessa a movimentação dos soldados, Catarina senta-se na frente da casa, espreitando todo e qualquer movimento que indique perigo para Daniel Abrahão.

O próximo acampamento de soldados a estabelecer-se nas terras dos Schneider pertence às forças brasileiras. O tratamento cruel dispensado à família é o mesmo. Eles buscam “um alemão fugido da colônia de São Leopoldo e que traficava com armas para os castelhanos” (idem, p. 44). Catarina mente, mostrando que o marido fora levado pelos castelhanos; a casa é revistada e o oficial adverte que, se encontrado, Daniel Abrahão “será passado pelas armas ou degolado” (idem, p. 44). O novo acampamento apenas muda de nacionalidade, mas o ultraje a que Catarina é submetida é o mesmo. Como sempre faz, à noite vigia o poço para alimentar e garantir a segurança do marido, o que consegue à custa da própria dignidade, habituada à idéia de que não oferecer resistência é a única forma de proteger a família, ao ser atacada por um soldado:

[...] Levantou-se assustada, sentiu a mão em garra segurando seu braço e começou a ser levada à força para longe de casa. O homem dizia coisas que ela não entendia, mas era como se entendesse. Foi fácil, o soldado esperava resistência. Estava preparado para isso. Surpreendeu-se com uma mulher passiva, deixando despir-se, às vezes ajudando, facilitando. Céu aberto, dois pontos invisíveis naquela imensidão dos pampas, lua ainda tímida ainda na beira do horizonte, amarelo-âmbar, uma triste lua carcomida. Naquela noite ela não chorou, suas costas estavam protegidas do chão pelo dólma do soldado. Um soldado qualquer, não importava. Para Catarina, ela estava sendo violada por Gründling. Seu bafo azedo seria mais ou menos o mesmo. O mesmo suor de cavalo. Quando as esporas se entrecrocavam, ela tornava a ouvir o retinir das moedas naquele dia; enxergava no escuro a sacola de couro cru, a frase de Gründling ‘dentro de três dias a senhora terá tudo pronto’. Não conseguia lembrar-se de nenhuma frase da bíblia, alguma coisa que lhe desse conforto ou que justificasse a sua passividade. Não pensava nela, por Deus nosso Senhor.

Não sentia mais nada a não ser ódio e nojo, inclusive de si própria. O homem ficou de pé, com seu vulto tapou a fraca claridade da lua e falou com outro. O retinir, agora, era de esporas diferentes. Sentiu-se novamente agarrada, outro bafo, mais uma vez Gründling insaciado, uma besta no cio, um touro execrando a bufar, as suas carnes e entranhas massacradas, um fogo por dentro e, finalmente – um minuto depois, meia hora, duas – a solidão (GUIMARÃES, 1977, p. 45-46).

As sucessivas violações metaforizam a traição cometida por Gründling, o inescrupuloso contrabandista que pisa em tudo e todos para acumular riquezas. As violações, como conseqüência dessa traição, representam para Catarina uma violenta ruptura com os valores que a moveram a aceitar a proposta do conterrâneo. O seu asco, simbolizado na figura

dos soldados brasileiros e castelhanos, converte-se em profundo ódio pelo homem que a deixara à mercê de tamanha violência. Catarina não demonstra ressentimento pelo marido covarde, afinal, também ele fora envolvido pelo compatriota. Decidida a manter a posse da terra, sua vida transforma-se, dia e noite, numa constante vigília, encurralada com a família entre o ir e vir de soldados, ora brasileiros ora castelhanos. À noite, espiando pelas frestas da casa, os soldados vêem “Catarina recostada na cama, espingarda nas mãos” (idem, p. 47).

Em proporção inversa ao que sucede à família Schneider, em Porto Alegre, Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling prospera, administrando os lucros do contrabando de armas, desfrutando a visita do amigo Schaeffer que, de consciência tranqüila, queixa-se da “ingratidão desses colonos [...] Querendo a sua cabeça, procurando intrigá-lo com a Coroa, indispondo as autoridades contra ele” (idem, p. 47). De fato, corre entre os imigrantes o boato de que o seu estado de abandono nas colônias é obra do Major Schaeffer que os teria enganado, ainda na Alemanha, com promessas falsas. E Gründling, antipatizado pela vizinhança graças às festas ruidosas que promove em sua casa, habilmente, coopta o silêncio das autoridades, evitando problemas com a lei. Seguindo os conselhos do major:

[...] reformava a casa da Rua da Igreja. Revestiam a fachada com azulejos portugueses. Trocavam telhas e colocavam vidros coloridos nas bandeiras das portas e janelas Cada navio que chegava do Rio trazia encomendas e presentes de Schaeffer: móveis, lampiões belgas, tapetes, roupas de cama e mesa, quadros, porcelanas e cristais, bebidas e licores, vinhos do Reno, queijos suíços e pratos. Mas continuava sendo uma casa triste, de solteirão; as mães sonhando com aquele partido para as filhas que olhavam a rua pelas frestas das janelas. Os pais temendo qualquer interesse dele pelas meninas, afinal, um devasso de vida irregular, ninguém sabia de onde tirava o dinheiro, em que precisamente trabalhava. Viam, isso sim, a entrada de mulheres-damas, noite após noite, no casarão imponente, todas elas vindas das casinhas da Ladeira de São Jorge (GUIMARÃES, 1977, p. 57-58).

Enquanto isso, na fronteira com a Cisplatina, a movimentação de soldados diminui, possibilitando que Catarina retire o marido do poço, embora à força, para jantar com a família e conhecer a pequena Carlota. Nesse período de trégua, Daniel Abrahão passa mais tempo com a família e fora do poço para o qual retorna assim que o filho Philipp avista cavaleiros ao longe. Por essa época, recebem a notícia da morte de Frederico Harwerther, degolado por soldados argentinos. Em seguida, outro soldado alemão informa Catarina que seu marido é procurado em Porto Alegre como contrabandista de armas para o inimigo e que a imperatriz Leopoldina falecera. Surpresa, pensando em voz alta:

- Então a imperatriz morreu; Dona Leopoldina, filha da casa dos Habsburgo, amiga apaixonada do Major Schaeffer, protetor de Gründling e de toda a sua gente. Agora o nosso amigo sem a imperatriz, Schaeffer na Alemanha sem a imperatriz. Isto até que está ficando engraçado.

Aí se deu conta da presença de Oestereich que a olhava sem compreender.
 - Isso muda muito as coisas, Herr Oestereich.
 - O quê, o imperador viúvo?
 - Isso mesmo, o imperador viúvo. O senhor não acha que eu tenho razão?
 O alemão riu e continuou roendo a sua costela gorda. Chupou os dentes, limpando-os da carne entalada e concordou:
 - Pois se a senhora acha que muda, muito bem, muda mesmo. [...]
 - A senhora não quer nada para Rio Grande?
 - Nada, obrigada. Se encontrar Herr Gründling diga a ele que Catarina Klumpp Schneider lhe manda lembranças.
 Ele me conhece muito bem. Até demais.
 - Direi isso a ele, se por acaso encontrar o homem, o que acho muito difícil. Gründling é muito importante para receber um simples soldado.
 Partiram a galope, deixando Catarina parada, olhos perdidos no descampado que começava a ficar arroxeadado com o cair do sol, os primeiros morcegos a ziguezaguear por entre as casas e árvores (GUIMARÃES, 1977, p. 67-68).

4.2.3 O Retorno a São Leopoldo

A notícia da morte da imperatriz surpreende Catarina. Sua experiência no processo de imigração, os sacrifícios passados na viagem, as privações na Colônia e, principalmente, a violação imposta pelos soldados, transformam a camponesa sem instrução numa mulher de olhar aguçado para os fatos que se lhe apresentam. Intuitivamente, sabe que a ausência da imperatriz, grande incentivadora da imigração, pode significar a falência do negócio e, conseqüentemente, das atividades ilícitas de Herr Gründling que enriquece à custa do sacrifício e dos perigos a que expõe seus compatriotas.

O diálogo de despedida entre Catarina e Oestereich tem valor de prolepse, pois, a partir daí, a ação se precipita no sentido de Catarina decidir-se a abandonar as terras e retornar a São Leopoldo, retomando a vida que deixara para trás. Ao conversar com o marido, diz: “Vê, Daniel Abrahão, Gründling em Porto Alegre, figura muito importante” (idem, p. 68), alimentando a certeza que o marido fora denunciado como contrabandista pelo próprio Gründling “para salvar a pele” (idem, p. 68). Nasce o terceiro filho de Catarina, Mateus, nome escolhido por Daniel Abrahão em homenagem ao pai de Catarina. O narrador, mais uma vez, utilizando-se do discurso indireto, dá a conhecer como a personagem se sente a respeito da criança:

[...] Um menino melado, branco, alemão. Catarina não pegara filho daqueles soldados bandoleiros. O menino era um Schneider. Mulheres do tipo de Catarina só pegavam filho do próprio marido. O útero se fechava ao esperma dos violadores.

Animais de raças diferentes não procriam. Mateus, além de um Klumpp, era um Schneider (GUIMARÃES, 1977, p. 57).

A passagem acima expõe uma das funções sociais da mulher imigrante: o dever de preservar a identidade étnico-cultural trazida do país de origem. Ao engravidar somente do marido, mesmo tendo sido sistematicamente violada, Catarina dá continuidade à preservação racial e cultural em solo rio-grandense, simbolizando a condição da mulher imigrante do século XIX que acresce ao trabalho produtivo, a par com os homens, a tarefa de manter a comunidade conexionada aos usos e costumes do país de origem.

A imigrante alemã que, em sua terra natal, tem as liberdades civis negadas, em virtude da ideologia que a ela atribui os sinônimos de frágil, emotiva e emocionalmente dependente, vê sua atuação social ser ampliada quando na situação de estrangeira. Dessa forma, torna-se a principal responsável pela manutenção da identidade cultural, identidade essa permeada pela não-aceitação da miscigenação com os já mestiçados nativos.

Segundo Barbosa, as imigrantes:

[...] São mulheres responsáveis pela manutenção dos laços nacionais de uma comunidade territorialmente deslocada. Elementos esses que fortalecem as fronteiras nacionais a partir dos hábitos e costumes daquela comunidade, assim como através da conservação dos laços matrimoniais da mesma etnia que dão continuidade à nação. Portanto, o papel da mulher imigrante está centrado na manutenção das fronteiras internas da comunidade imaginada, buscando estabelecer uma identidade ameaçada nos interstícios das diferenças sociais de gênero, classe e raça. São mulheres que participam do processo de construção de uma comunidade, mas que nas histórias oficiais não são sequer mencionadas. [...] (BARBOSA, 2000, p. 87-88).

Imbuída do seu papel de defender e preservar a família e a propriedade, Catarina desfruta da companhia do marido durante os intervalos das investidas dos soldados, sempre contando com a presença leal do índio Juanito que “Ficara defeituoso por defender Daniel Abrahão” (GUIMARÃES, 1977, p. 70), sabedora de que “Bastaria, naquele dia, apontar o poço e fazer sinal para baixo. A velha e enformigada árvore sustentaria no seu galho matador mais um corpo, o do seu marido, pai de Philipp e da pequena Carlota” (idem, p. 70).

O narrador, ao expressar os sentimentos de Catarina, revela mais uma de suas características morais: a gratidão e o apreço à lealdade. Embora não tolere a possibilidade de conceber um filho dos mestiços bandoleiros, Catarina respeita aqueles que lhe auxiliam nos momentos difíceis.

A trégua termina, e uma grande investida dos castelhanos - “Dez mil homens reunidos na vila de Melo, departamento de Cerro Largo, comandados pelo General Lavalleja” – prepara-se para invadir o Brasil pelo Sul. Juanito revela o perigo eminente a Catarina “que farejava desgraça” (idem, p. 85). Pela primeira vez, avalia a hipótese de abandonar as terras por que tanto lutara. Ao colocar o marido, que por essa época anda fora do poço, a par dos acontecimentos, percebe que está irremediavelmente só:

[...] Só ela a pensar, Catarina, que o marido já desaparecera poço abaixo e de lá gritava histérico para a mulher, a tampa, a tampa na boca do poço, que sobre a tampa botassem lenha, toda a lenha que existisse por ali. Naquele momento Catarina pediu a Deus que não permitisse que Philipp saísse ao pai, nem Mateus. Sua decisão estava tomada: não arredaria pé de suas terras, aquela imensa solidão de horizontes era sua e de mais ninguém. Custara dores e desgraças, custara o sangue de Harwerther e o aleijume do índio fiel [...] (GUIMARÃES, 1977, p. 85-86).

Decidida, como de costume, ordena que provisões com mantimentos, água, e utensílios indispensáveis sejam escondidos no poço, faz com que os filhos desçam para o poço, juntamente com os escravos, e o fecha com a ajuda de Juanito. Naquela noite, [...] “deitou-se e ali ficou rodopiando a noite inteira em torno dos mesmos pensamentos, um labirinto inextrincável. Lágrimas lhe corriam pelo rosto crestado, lágrimas de orgulho, estava prendendo com unhas e dentes a sua inteira solidão”. Pela manhã, Catarina e Juanito empenham-se no trabalho diário, mas já é possível enxergar “os fardamentos azuis e vermelhos, as lanças em riste com bandeirolas agitadas” (idem, p. 86).

Quando os castelhanos chegam, Juanito os recebe dizendo ao oficial que “a senhora era alemã, não entendia uma palavra da língua da terra” (idem, p. 87). Mente que os brasileiros levaram seu marido e filhos e os mataram. Juanito resgata a indiazinha Ceji, criada por José Mariano na estância Medanos-Chico. Ao chegar lá, encontra o proprietário morto e a menina que fora violada pela tropa castelhana. Juanito trata os ferimentos da moça e retoma o caminho de volta para casa, com a certeza de que “Catarina saberia cuidar dela” (idem, p. 88). Durante dois dias, os soldados castelhanos permanecem indo e vindo, permitindo “ligeiras escapadas dos que estavam no poço” (idem, p. 88). São momentos terrivelmente tensos para Catarina que teme que o choro das crianças seja ouvido pelos soldados. Quando Juanito adverte sobre a aproximação da tropa, Catarina, mais uma vez, demonstra sua coragem e, nas palavras do narrador:

[...] Catarina começando a caminhar para longe das casas, saindo campo afora, solitária como um bicho acuado, na esperança de atrair a atenção das tropas para si, querendo desviar o interesse dos homens pelo que poderiam pilhar na estância. Mas voltavam os soldados tão assustados que nem sequer olharam para os lados das

casas, dos currais, hortas e pomares. Catarina parada no meio do campo até que um grupo passou por ela, derrubando-a com as patas dos cavalos. Centenas de soldados debandando. Atrás deles grossos contingentes da cavalaria imperial; entreveros esparsos, retinir de espadas e volteios de lanças. cavalos sem cavaleiros a correr desenfreados e esbaforidos, chicoteados pelos próprios estribos pendentes dos loros (GUIMARÃES, 1977, p. 88).

A passagem acima demonstra além da obstinação, a teimosia de uma mulher que viera de longe para escapar da fome e que, ao encontrar, no sul do Brasil, o que em seu país de origem seria impossível conseguir, ultrapassa todos os seus limites, impondo-se uma capacidade de suportação inquebrantável, conforme o narrador, em total solidão, atuando em todos os momentos como o homem da casa, pois que o marido por ela tão protegido, não lhe oferece a segurança necessária para ir adiante em seu projeto de vida. Enquanto lava os ferimentos causados pelas patas dos cavalos, “Sua fisionomia permanecia a mesma, sem um sinal de dor” (idem, p. 88). Nessa noite, após a partida dos soldados brasileiros, Catarina dá os primeiros sinais de que suas forças se esgotaram, e o narrador descreve suas impressões sobre tudo o que passara:

Os soldados partiram e de todos os pontos piquetes se reuniam à distância, desaparecendo ao cair da noite. Catarina voltou a tapar a boca do poço, levou as crianças para dentro de casa e lá ficou, abraçada com elas, com a visão do mundo a seu redor se distanciando cada vez mais pelo sono invencível. No armário de tela com charque pendurado, a cara de Gründling, sorridente, a barba bem aparada, o colete de veludo bordado, a corrente de ouro do relógio, as mãos finas, a voz educada, quantos bergantins, galeras e sumacas ainda estão por chegar? Estou lhe oferecendo uma grande oportunidade, uma fatia de terra que não acaba mais, em troca de um quadrado de mato, numa zona onde vivem tigres e bugres. Ela está aí entrando pelos olhos, só não vê quem é cego. Do dia para a noite os seus negros cortam árvores e levantam casas, galpões, eles são mestres em cobertura de santa-fê. E mais este dinheiro, Daniel Abraão, para um começo de vida tranquilo nos melhores campos do mundo. E eu conheço os campos do Sul da França e as pradarias da Prússia, e tudo não passa de um quintal. Catarina agora mergulhava numa espessa gelatina, derrotada afinal, sozinha, corpo, nervos e músculos estraçalhados (GUIMARÃES, 1977, p. 89).

Gründling, ao contrário da família Schneider por ele enganada, prospera a passos largos na cidade de Porto Alegre, acrescentando ao negócio de contrabando o comércio de produtos coloniais, trazidos das diversas colônias de difícil acesso, em seus lanchões “*Dresden, Hamburgo, Friburgo e Jorge Antônio*” (idem, p. 90, grifos do autor), evitando o desperdício de tempo e a perda dos mantimentos comercializados que, usualmente, atravessavam em “lombo de burro” as “picadas estreitas no denso matagal da encosta da serra” (idem, p. 90). Auxiliado por conterrâneos recém-chegados da Alemanha, envereda para o comércio legal de produtos alimentícios, destinados a abastecer a colônia de São Leopoldo. Dessa forma, diversificava os negócios, fazendo-se respeitável. Seu progresso não pára no

transporte de produtos em lanchões, e seus negócios se expandem rapidamente. Conforme o narrador:

Com o passar do tempo Gründling começou a entrar no comércio graúdo de planchões de grapiapunha, remos para lanchões, Rodas ferradas para carretas, madeiras-de-lei, lombilhos lavrados, obras de funileiro e couros curtidos. Aos poucos foi aumentando o primeiro galpão, as meias-águas até quase o chão. Carretas e carroções descarregando as compras feitas nas colônias; outros partindo abarrotados para Porto Alegre, onde, seis meses depois, abria novo armazém no Caminho Novo, enchendo os depósitos com tudo o que vinha da encosta da serra, desde a Linha Herval até a Linha Hortênsio, descendo por Estância Velha e São Leopoldo.

Mas na mansão da Rua da Igreja não entravam mais as moças de Izabela. O dono da casa e seus amigos, muitos deles comerciantes em Rio Grande e que buscavam mercadoria para exportar, buscavam as espeluncas da Ladeira de São Jorge, algumas delas ganhando reformas e melhoras com o dinheiro de Gründling. O primeiro piano importado por ele não foi para sua casa, foi direto para o salão bailante inaugurado por Izabela. O cego Jacob Heichert – o único que sabia tocar embalava as farras de Gründling seus amigos com titubeantes *Lieder* de Schubert (GUIMARÃES, 1977, p. 90).

A transformação do alemão num homem que procura fazer-se respeitável, demonstrando-se piegas em alguns momentos quando, no bordel de Izabela, “ficava dedilhando o instrumento, pegando de ouvido as melodias paraguaias” (idem, p. 90), intriga as prostitutas com quem convive. As mulheres percebem, perplexas, certa delicadeza que lhe é incomum, na forma de tratá-las, a ponto de uma delas comentar que Her Gründling estava mudado, dizendo: “- Herr Gründling, Dona Izabela, estava muito diferente, tão delicado. Ficou debruçado na mesa, o pobre, dormindo de bêbado” (idem, p. 95).

Na verdade, a transformação de Gründling em um homem um pouco mais delicado no trato com as prostitutas deve-se ao fato de nelas projetar e tentar realizar o desejo que sente por Sofia, jovem alemã órfã que o Dr. Hillebrand entregara a seus cuidados. O surgimento da jovem na vida do comerciante alemão altera, completamente, seus hábitos devassos, os quais transfere para longe das vistas de Sofia, que passa a morar em sua casa, aos cuidados da escrava Mariana. A vizinhança, como de costume, escandaliza-se com o fato, afinal, a jovem “ainda podia brincar de bonecas” (idem, p. 91). Porém, somente com Sofia Gründling demonstra uma preocupação que jamais tivera, inclusive quando enviara a família Schneider para o ponto nevrálgico de uma guerra que duraria três anos. Ao saber que Sofia pedira a Mariana para conhecer a cidade, declara enfurecido:

- Não quero mais que você saia sozinha com Mariana. Se tiver que sair, sairá comigo. Esta cidade anda cheia de vagabundos, andarilhos, índios e malfeitores. Espero que esta tenha sido a primeira e última vez que isto aconteça. Não estou cuidando de você para que sirva de motivo para falatórios e cochichos de porta de botica. [...] Estou falando para o seu bem (GUIMARÃES, 1977, p. 93).

Como era difícil criar um diabinho desses, largado no mundo, de mão em mão, os bandoleiros filhos da macega fazendo da inocentinha o que bem entendiam, como se fosse uma coisa, um traste, um potro. [...] (idem, p. 95).

Enquanto isso, na fronteira oriental, Daniel Abrahão, há tanto tempo escondido no poço, expõe os primeiros sinais de demência. Habitara-se, de tal forma, à solidão e à escuridão do esconderijo a ponto de preferi-la em detrimento das “breves e inesperadas ausências de soldados” (idem, p. 96) que lhe permitiam tomar sol e conviver com a família. Transformara-se no “barbudo do poço” que fazia a pequena Carlota chorar de medo, quando uma das escravas a levava para vê-lo. Catarina tenta, em vão, convencê-lo a sair, argumentando que “ficaria aleijado, com o tempo, se não saísse para caminhar, fazer algum exercício, esticar pernas e braços” (idem, p. 97). Por vezes, a esposa era forçada a deixar de lado seus afazeres para ouvir o marido ler trechos da Bíblia, declarando ao final: “- Estamos nos tempos do Apocalipse, Catarina, é chegado o sexto selo!” (idem, p. 98).

O término da Guerra da Cisplatina aborrece, profundamente, Gründling, pois, segundo ele, os “negócios caem assustadoramente em tempos de paz” (idem, p. 104). Desentende-se com o sócio, ganhando mais um inimigo. Desespera-se com a possibilidade de ter seus armazéns saqueados pelos soldados famintos retornados da guerra. Nesses momentos, é o “Gründling do compra e vende, rude e impiedoso, gritando com os empregados, ameaçando com os punhos todo aquele que caísse em erro, que tropeçasse no mais leve descuido” (idem, p. 104). Contrata mais homens para protegerem seus armazéns, revoltado com o posicionamento do imperador pelo fim do conflito. O homem que destruíra os sonhos da família Schneider revela-se por inteiro, na seguinte passagem:

Nem um tiro a mais na disputa de fronteiras. Do lado de cá do rio, tudo brasileiro. Do outro lado, castelhanos. Pois se o imperador queria isso, parabéns, aí estava a coisa feita. Soldados passando, em bandos, arruaceiros, desmobilização sem ordem e nem comando, os botecos regurgitando de bêbados, os armazéns pilhados, sacos de mercadorias levados nas garupas dos cavalos, ladrões fugindo a toda brida campo afora, [...] Gründling a correr de um lado para outro, contratando guardas armados para proteger os seus negócios. [...] Ah, esses ladrões brasileiros. Ladrões fardados, ladrões de chiripá. [...] Eles pensam que nós estamos aqui para trabalhar de graça. Claro, os heróis de Bagé, os heróis do saque. Os valentes guerreiros do Passo do Rosário, os bravos marinheiros de Monte Santiago. Pois não ofereço a eles uma garrafa de cachaça, um naco de charque. Olhem aqui o machado, peguem no cabo da enxada e façam o que nós fizemos, nós os alemães. Ah, meu caro delegado regional, meta no rabo os seus quatro gatos pingados de espada enferrujada na cintura. Vou ao presidente da Província reclamar proteção. O imperador saberá de tudo isso pela palavra do Major Schaeffer, ninguém tenha dúvidas, ele saberá (GUIMARÃES, 1977, p. 105).

4.2.4 Humanidade e Ambivalência em Catarina

O que releva dessa personagem ambivalente e, por isso mesmo, profundamente humana, é a sua incapacidade de olhar e ver-se no outro, nos nativos brasileiros e mesmo nos seus conterrâneos sem fortuna. Gründling não é menos ladrão do que os “ladrões brasileiros” (idem, p. 105), todavia, está num patamar social mais elevado, não é forçado a ir à guerra, recrutado pelas forças imperiais, como seus compatriotas pobres. Seu dinheiro, de origem desconhecida para a gente que o rodeia, o autoriza a comprar a tolerância dos vizinhos, das autoridades e até mesmo do padre que celebra seu casamento com Sofia. Somente a Catarina ele não conseguirá dominar quando, de volta a São Leopoldo, ela romper com o monopólio do comércio por ele conduzido.

Catarina recebe notícias do fim da guerra dois meses depois de assinado o tratado de paz entre Brasil e Argentina. Na solidão daqueles campos, recebe “desconfiada” (idem, p. 105) a visita de Valentim Oestereich que retorna da guerra. As boas novas causam grande surpresa em Catarina que, em vez de sentir-se livre da insegurança constante, sente-se como se não mais houvesse razões para manter as terras que tanto desejara. Sua próxima ação, a próxima fronteira a ser ultrapassada são fortemente reveladoras do que Lotman (passim, passim) chama de mobilidade, imprevisibilidade e impredicabilidade do herói. Enquanto o viajante conversa, ela reflete:

[...] Seu pensamento voou para dentro do poço, não ouvia mais o que falava Oestereich, não via mais nada em seu redor, a toca escura e preso nela o marido acuado como um bicho, a noite e o dia emendados, o tempo sem se deixar prender. O galho da figueira, inútil, ninguém mais seria dependurado nele. Daniel Abrahão abandonando o poço, braços esticados, abertos, cabeça erguida para o sol, pulmões cheios de ar puro. [...] Ela estava tendo uma estranha sensação de velhice, havia passado muito tempo. Pois então que cada um voltasse para as suas casas, que cada um passasse a viver a sua própria vida. [...] Catarina voltada para o poço velho. Esta não é mais a minha casa. Sim, era difícil entender, ele talvez jamais entendesse de verdade. Pois acabo de mudar de idéia, parece engraçado, mas mudei. Lutei o que pude por estas terras, jurei a mim mesma que daqui ninguém me arrancaria com vida. Hoje, não vejo mais motivos para isso (GUIMARÃES, 1977, p. 106).

Como fizera, anteriormente, ao decidir partir da colônia e a permanecer na zona de conflito para manter suas terras, Catarina resolve retomar sua antiga vida em São Leopoldo. Deseja ver o marido reabilitado das acusações injustas e, em nome disso, faz um acordo de arrendamento da estância com Oestereich que, por sua vez, “trataria de limpar o nome de Daniel Abrahão junto às autoridades” (idem, p. 107) e lhe cederia seu lote, terra e casa na

colônia. Consegue retirar o marido do poço à força com a ajuda do visitante, e o leva para dentro de casa. Após três anos vivendo no poço, Catarina “quase não reconhecia mais aquele Daniel Abrahão Lauer Schneider que um dia viera com ela e o filho da Europa distante, chegando à nova terra, numa tarde de agosto, nos imundos porões da sumaca *São Francisco de Paulo*” (idem, p. 109).

Quando Oestereich retorna para tomar posse da estância, Catarina “já tinha tudo pronto, definido; sabia o que levar e o que deixar”. Quanto a Juanito e à indiazinha Ceji, pensa que “Eles agora eram gente de casa, iriam junto”. Seu pensamento já está na colônia e, “resoluta sobre os pés separados e bem plantados”, pondera sobre a vida que recomeçava, “quebrada pela guerra e quase destruída pelo ódio” (idem, p. 115).

Na chegada a São Leopoldo, Catarina “entrou curiosa” para conhecer a sua nova casa, situada na “Rua do Sacramento, sem número” (idem, p. 126). A propriedade é humilde, está em péssimo estado e não tem espaço para abrigar toda a família. O marido julga-se logrado e adverte a esposa de que não há dinheiro para fazer as reformas necessárias. Olhando-o “com certo desprezo”, Catarina responde: “- Deixa isso comigo” (idem, p. 127). Com a determinação de sempre, Catarina põe em andamento as reformas da casa e auxilia o marido na construção de sua “nova toca” (idem, p. 128). Vai à procura do Dr. Hillebrand que lhe garante que o marido irá curar-se e que pode retomar a profissão de seleiro, tranqüilamente, pois nenhuma acusação ainda pesava sobre ele.

Pelo inspetor de colonização, recebe informações sobre o paradeiro de “seus velhos amigos”. Adquire todo o material necessário para que o marido trabalhe e aproxima-se dele, determinando: “- A partir de agora vais exercer a tua profissão. Precisamos ganhar dinheiro”. A seguir, propõe sociedade a Isaias Noll, “fabricante de carroças. Ofereceu a ele sociedade, meio a meio”. Os Schneider entrariam com o material e com os galpões; ele, Noll, com a experiência. “Daniel Abrahão entendia do riscado” (idem, p. 129). O negócio amplia-se, ainda mais, com a entrada do ferreiro Frederico Jacobus, pois “Nem bem aprontavam uma carroça e já o comprador estava na porta com o dinheiro na mão, ansioso para levá-la” (idem, p. 128).

Em pouco tempo, Catarina tem uma oficina montada, sob a responsabilidade de profissionais experientes. Ambiciosa, inicia conversações com os conhecidos espalhados pelas inúmeras colônias “ao pé da serra” (idem, p. 130), com a intenção de comprar seus produtos e revendê-los em Porto Alegre e Rio Grande. Nesse momento, Catarina ultrapassa uma outra fronteira, investindo, destemidamente, contra os interesses de Herr Gründling. Sua capacidade de recomeçar, sempre que preciso, é demonstrada no seguinte diálogo:

- Aqui, tudo o que se tira da terra é vendido para o empório de um tal Gründling. Paga bem.
 - Pois eu pago mais. Gründling está enriquecendo às custas de vocês todos. A mulher fez uma cara de espanto. Gritou para dentro:
 - Felipe, ouve o que a Catarina está dizendo.
 O homem veio sestroso, reconheceu a mulher de Schneider, mas então por onde andaram por todo esse tempo, as crianças, são duas, se não me engano.
 - Três – corrigiu Catarina. – Philipp, que eu já trouxe da Alemanha, Carlota e Mateus.
 Fez uma pausa, elogiou o cuidado do lote, a casa bem tratada.
 - Então, querem fazer negócio comigo?
 - Bem – disse o homem – mesmo que a senhora pagasse a mesma coisa, a gente ia dar preferência para os amigos. Está fechado o negócio.
 Virou-se para a mulher que ficara satisfeita com a decisão:
 - Quando os compradores dele aparecerem por aqui diz que não temos nada para vender.
 Dessas viagens, Catarina regressava quase sempre noite fechada, muitas vezes tendo que descobrir os caminhos, perdendo-se nos atalhos, mas chegando em casa com novas perspectivas de negócios, novas esperanças Mandou construir outro galpão, desta vez mais acabado: queria instalar nele o novo empório da praça de São Leopoldo (GUIMARÃES, 1977, p. 130).

Na verdade, quando decide colocar “o novo empório da praça de São Leopoldo” (idem, p. 130), o que a move, além da necessidade de sustentar a família e o espírito empreendedor, é o desejo de vingança e o ódio que nutre por Gründling, ódio que para ela – após a primeira violação sofrida – “passaria a ser a razão de sua vida” (idem, p. 40). Catarina necessita desse ódio para continuar viva tanto quanto necessita do ar para respirar.

Para além do desejo de vingança expresso no texto, constitui-se, a partir das ações da personagem, a semântica do caráter e da formação cultural do imigrante alemão, para quem um dos maiores valores da vida, é a dedicação ao trabalho, evidenciando o que Hohlfeldt (1997, p. 68) chama de “ponto de vista protestante da formação do Rio Grande do Sul”. Nas palavras do ensaísta, na obra de Josué Guimarães:

[...] suas personagens são anti-heróis em luta contra tudo e contra todos, a fim de afirmar-se enquanto tal. [...] as personagens de *A ferro e fogo*, se não podem fugir do sofrimento e da dor, tratam de transformá-los em um elemento de sua própria construção pessoal e social. [...] a multiplamente violentada e humilhada Frau Catarina nada espera de homem algum: pelo contrário, alça-se a uma condição masculina para construir seu próprio mundo e ali afirmar-se, enfrentando e vencendo a seus opositores, especialmente Gründling, para ela o grande responsável por tudo o que sofrera (HOHLFELDT, 1997, p. 68-69).

[...] o universo protestante, presente no espaço urbano, é progressista, vanguardeiro e aberto às novidades. [...] (idem, p. 69).

Nesse sentido, *A ferro e fogo* é a narrativa sobre a gênese do capitalismo, em sua forma mais avançada, balizada, não obstante, por uma ótica não adesista, porque altamente crítica [...] (idem, p. 69).

A mulher, por seu lado, conscientizada da ambígua situação que vive a família, não hesita. Em nome da manutenção da utopia, deixa-se tomar enquanto mercadoria: é o sacrifício de seu próprio corpo e de sua pessoa que não apenas salva o marido e o filho quanto, especialmente, a propriedade. E é em nome desse mesmo objetivo que,

em determinado momento, ela troca (isto é, comercia) a terra em que vive por um outro espaço onde poderá desenvolver suas aptidões. É como se, perdida a pureza e a ingenuidade originais [...] Catarina não possuísse mais interdições: a ela tudo agora está permitido. Tornara-se, para usar a linguagem freudiana, *tabu*, mas enquanto tal, podia-se dar ao luxo de ser entidade protetora de seus entes queridos e, ao mesmo tempo, transformar positivamente tudo aquilo em que tocasse (Idem, p.70).

Dessa forma, o *status* alcançado por Catarina é incompatível com aquele reservado à grande parcela das mulheres brasileiras. Ao romper com o mito masculino, segundo o qual cabe ao homem prover as necessidades materiais da família, Catarina opõe-se ao modelo patriarcal dominante no Brasil, extrapolando “O estereótipo da fêmea pura, protegida” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 68). Entretanto, tal modelo “não era universalmente válido”, visto que a situação da mulher brasileira está estreitamente ligada à sua classe social. Em outras palavras, as mulheres pobres – como Catarina – eram empurradas por exigências econômicas ao “trabalho físico árduo, apesar de gozarem de maior liberdade pessoal”. De acordo com Rocha-Coutinho, mesmo no Brasil colonial,¹⁰ existiram matriarcas que, em virtude da viuvez, passaram a administrar os bens e os rumos de suas famílias, porém:

[...] muitas matriarcas [...] na morte ou afastamento de seu cônjuge, administraram fazendas e escravos e dirigiram a política partidária da família. Tais mulheres exerceram o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens e, às vezes, até com mais energia do que seus maridos e filhos, mostrando que o regime de opressão da mulher devia-se não apenas ao sexo como também a fatores econômicos, sociais e políticos.

A atuação destas matriarcas, contudo, não alterou o papel da mulher na sociedade patriarcal brasileira. Isto porque, [...] a função destas mulheres era a de patriarca e não a de matriarca e sua forma de domínio era patriarcal e não matriarcal (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 68).

A atuação social de Catarina aproxima-se daquela das matriarcas coloniais no sentido da imensa responsabilidade que assume, numa sociedade sexista, para si de administrar a casa (composta por escravos e os agregados Juanito e Ceji) e, também, pela maneira como o faz, assumindo uma postura masculina. Ao mesmo tempo, difere das matriarcas coloniais, pois não herdara fortuna e prestígio social de um pai ou marido ricos. Mesmo assim, sem falar português, comunicando-se por gestos com brasileiros, castelhanos e o próprio Juanito (seu grande aliado na trama), vivendo num ambiente hostil e com hábitos diferentes dos de sua terra, consegue fazer do sofrimento a grande motivação interior que a fará triunfar

¹⁰ Rocha-Coutinho refere-se às esposas dos colonizadores portugueses vindas ao Brasil a partir da concessão das sesmarias. Neste momento, os colonizadores passam a cultivar a terra e a trazer da Europa suas esposas, visto que com as escravas, índias e mestiças mantinham relacionamentos não reconhecidos. Nesse sentido, as expressões “Brasil colonial” e “matriarcas coloniais” referem-se às mulheres brancas trazidas de Portugal para acompanhar os maridos no processo de constituição da família, modelo, até então, inexistente na Colônia, pela ausência de mulheres brancas aptas a serem desposadas pelos colonos. Determina-se, assim, a diferença entre a colonização portuguesa e a colonização alemã efetivada posteriormente.

socialmente e, sobretudo, triunfar sobre Gründling. As matriarcas coloniais dispunham de uma situação social consolidada, a qual apenas tinham que preservar, ao passo que Catarina, mulher e imigrante pobre, “tem seu espaço definido entre dois pólos: um dentro de casa, onde a manutenção da cultura se dá através da educação transmitida para os filhos; outro fora de casa, onde a mulher auxilia na economia da família e no desenvolvimento da cidade” (BARBOSA, 2002).

Os negócios de Catarina continuam prosperando, porém, a situação do marido, “mais soturno do que nunca” (GUIMARÃES, 1977, p. 134), sonhando e conversando com os mortos deixam-na apreensiva quanto à sua prontidão para o trabalho. Semi-alfabetizada e sem poder confiar na ajuda do marido, arranja um novo sócio, Herr Frederico Jacobus, para “abrir uma nova casa pelas alturas do Portão” (idem, p. 135), e percebe que está na hora de colocar Philipp na escola. Enquanto isso, seu antagonista preocupa-se com a vinda do Major Schaeffer ao Brasil, com a intenção de demover o imperador da idéia de “suspender a imigração” (idem, p. 136). Enquanto observa o filho no berço, preocupa-se com a própria fortuna, conversando com a esposa:

[...] só me apavora o mundo em que o pobrezinho terá que viver, não gosto nem de pensar, não consigo pensar. Schaeffer lá metido naquela briga de trazer gente e nós aqui com o exemplo da colônia, onde deveria haver união, que diabo, não bastam os bugres, os tigres, as cobras, as doenças, os próprios imigrantes se odiando, [...] como se não bastasse a guerra que mal acabou, [...] preciso sair mas não me demoro, as coisas andam muito confusas e preciso andar por dentro dos acontecimentos, há muito dinheiro em jogo e não pretendo perder agora o que ganhei em épocas mais difíceis (GUIMARÃES, 1977, p. 137).

A guerra da Cisplatina terminara, mas as dissensões, no seio da comunidade alemã, em grande parte provocadas pelas promessas não cumpridas com os colonos, em São Leopoldo, fogem ao controle, causando violentos distúrbios na comunidade, de graves conseqüências, incluindo o assassinato entre vizinhos “por questões de limites mal definidos” (idem, p. 141). Os alemães passam a ser oprimidos por suas reivindicações e “Volta e meia um alemão influente era denunciado e preso” (idem, p. 142). Regressavam da prisão calados a golpes “da chibata e das torturas” (idem, p. 142). Catarina é informada que oficiais alemães, ex-combatentes na Cisplatina, são, sistematicamente, denunciados como conspiradores ao Major João Manuel. Imediatamente, associa a imagem de Gründling à dos delatores, o que se evidencia na passagem: “Outro nome lhe veio à cabeça. Mas qual, não podia ser” (idem, p. 143).

A viagem de Gründling ao Rio de Janeiro, a chamado do amigo Schaeffer, é desoladora, pois esperava encontrá-lo confortavelmente instalado e o que vê é “uma sombra do amigo Schaeffer de tempos atrás” (idem, p. 147), vivendo no ostracismo num casarão quase destruído. Vê o amigo embebedar-se, continuamente, golpeado, duramente, pela decisão de suspender a imigração, sua única fonte de renda. Uma nova imperatriz – Cristina da casa dos Leuchtemberg – não lhe dedica nenhum apreço como acontecia com a falecida imperatriz Leopoldina. Há, ainda, os ataques contínuos dos liberais ao governo imperial, através do jornal *Aurora Fluminense*. Ao ler o jornal, “Sacudiu a cabeça desiludido. Fim de mundo, onde o respeito pela autoridade da Coroa, onde o respeito pelas leis, então cada um se julgando no direito de dizer o que lhe viesse à cabeça, o caos se instalando, o cupim a roer os alicerces” (idem, p. 152). Abatido, Gründling retorna ao Rio Grande, dizendo para si mesmo que “não botaria mais o pé em terras do Rio de Janeiro. Deixaria a sua bagagem no velho casarão onde se refugiava, agora, o falecido, o bom, o generoso, o excelente Major Schaeffer, amigo íntimo de reis, czares e imperadores” (idem, p. 157).

Na colônia, a situação dos alemães se agrava e mais oficiais são presos, acusados de conspirar contra a Coroa e noticia-se, no jornal *Constitucional Rio-grandense*, a descoberta de um plano dos alemães de São Leopoldo que “deviam surpreender a guarnição desta capital. Uns se abalançam a sonhar com a mudança de estandartes, de autoridades, variedade de governo para o absolutismo, outros para o republicanismo, de mãos dadas com as repúblicas vizinhas...” (idem, p. 161). Os colonos, atordoados com os falatórios, não sabem o que dizer ou fazer: simplesmente, não reagem às recorrentes prisões de estrangeiros na cidade. Catarina, reunida com os amigos, por um momento alheia-se à conversa dos homens e, numa digressão, imagina:

[...] não compreendia mais nada, a continuar assim vamos todos morar debaixo da terra, como Daniel Abrahão, cada um com medo de ser dependurado pelo pescoço num galho de árvore. Reviu a figueira de Jerebatuba, as marcas das cordas de outros enforcamentos, o posto de vigia de Philipp, o poço, ela chegando até a borda, falando pelas frestas, o inimigo ainda está por perto, sempre o inimigo, sempre. [...] Levantaria um mastro ao lado do empório, no topo pregaria uma gávea e Philipp voltaria a cuidar dos inimigos. [...] O sensato, pensou, era morar, comer, dormir numa toca, alçapão tramelado, espingarda sempre à mão (GUIMARÃES, 1977, p. 162).

Por essa época, Gründling retornou da viagem ao Rio de Janeiro e procura inteirar-se com seus funcionários a respeito dos negócios. É surpreendido com a notícia de que uma mulher “de faca na bota”, chamada Catarina, entrara no comércio “sem meias medidas”. “Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre”

(idem, p. 165). Fica mais surpreso, ainda, ao saber que se trata de Catarina Klumpp Schneider que enviara, juntamente com a família, para a fronteira oriental, tomar conta das armas contrabandeadas. É informado da loucura de Daniel Abrahão, depois de viver por três anos como “toupeira” (idem, p. 165) dentro de um poço. Todavia, Gründling não se sente minimamente responsável pela tragédia que se abatera sobre a família Schneider e decide ir a São Leopoldo “avistar com Catarina” (idem, p. 166), certo de que encontraria o mesmo casal ingênuo e ignorante que caíra em sua armadilha anos atrás.

O reencontro não acontece como previsto por Herr Gründling, pois, há muito, Catarina e Daniel Abrahão haviam deixado de se influenciar pela presença imponente e palavras macias do compatriota. Tal sentimento vinha de suas vidas quase destruídas, após tantos sacrifícios passados na fronteira oriental. Ao saber da chegada de Gründling por Juanito, Catarina apanha uma arma e coloca-se à porta da casa, ameaçadora. Com a ameaça de atirar, Gründling finge desconhecer as razões de tanto ódio e recorre a Daniel Abrahão que responde: “- Você morrerá num lago de fogo e de enxofre, maldito! Eu dizia que Satanás seria solto, eu dizia! – gritava Schneider empunhando a bíblia como arma” (idem, p. 168). Argumentando sobre o muito que fizera por eles, Gründling ouve de Catarina:

- O que você fez, não fará mais – tornou Catarina com voz decidida. – Nos largou no meio de dois inimigos com as suas malditas armas de contrabando. Arruinou as nossas vidas e a cabeça de Daniel Abrahão. Você só quer dinheiro, Herr Gründling. Só o dinheiro tem valor para você. Pois leve o que mais adora no mundo.

Metia as mãos nos bolsos do avental e de lá tirava moedas que ia jogando para os lados de Gründling.

- Tome, junte aí no chão o dinheiro que você quer. Agarre o dinheiro e não apareça nunca mais. Nunca mais. [...] (GUIMARÃES, 1977, p. 168)

- A senhora não perde por esperar, nem seu marido. Pode ficar certa disso. Bandidos, miseráveis!

Foi carregado pelo médico e por Schiling. Catarina descansou a arma com a culatra no chão, virou-se para as portas do empório e para os que se aglomeravam no portão das oficinas:

- Vamos voltar ao trabalho. Não houve nada.

Quando passou por Juanito, esfregou a mão espalmada pelos cabelos lisos e espetados do índio; era o que sabia fazer quando queria exprimir gratidão (Idem, p. 169).

Gründling é levado para o consultório do Dr. Hillebrand que contemporiza sobre as razões do ódio de Catarina, o marido procurado como contrabandista, vivendo no poço como um animal, as mortes de Harwerther e Mayer, enquanto Gründling afirma “eu nem sabia disso. Isso é uma infâmia” (idem, p. 170). Como é seu hábito, mente sem pudor para resguardar a imagem de homem decente, mas o que realmente o fere é a humilhação que Catarina lhe impôs diante de todos. Habitado a ordenar, comprar aliados e aliciar pessoas

para seus negócios ilícitos, não suporta ver seu comércio ser suplantado por o de uma mulher que o odeia e humilha publicamente. Enquanto o médico tenta convencê-lo a esquecer o incidente, ruma o ódio pela afronta sofrida.

Gründling se reviu na rua poeirenta, calçado pela espingarda de Catarina, o povaréu assistindo de longe à humilhação, ele sem avançar, estacando quando ela ordenava, a mulher aos gritos. Se tivesse continuado a caminhada ela não teria coragem de atirar para matar. Então ele chegaria onde Catarina estava, tomaria a espingarda e a quebraria nos joelhos, como um pedaço de pau. Voltaria hoje para casa e poderia olhar Sofia e o filho cara a cara, sem nada do que envergonhar-se.

- Eu devia ter prosseguido, doutor. Jamais vou me perdoar por não ter agido como devia. Jamais.

Voltando a Porto Alegre, num dos seus lanchões, Gründling dispensou a companhia de Schiling, queria estar sozinho. Durou a sua viagem uma garrafa de cachaça. Do cais, foi levado em braços para a sua caleça, três negros ajudaram o alemão barbudo a deitar na larga cama de seu quarto luxuoso e acolhedor. Sofia chorando discretamente, limpando os olhos azuis com seu lençinho de rendas, presente do Major Schaffer.

Mais tarde, reconhecendo Sofia a seu lado, balbuciou mole, cabeça pendente do grande travesseiro:

- Depois de tudo o que fiz por eles... (GUIMARÃES, 1977, p. 170).

A partir desse episódio, as funções que Catarina e Gründling desempenham no universo diegético equiparam-se. Catarina o enfrenta, de igual para igual, na condição de comerciante em ascensão e não mais na qualidade de imigrante à espera do material prometido pelo governo imperial, sem perspectivas positivas para o futuro. Com essa atitude, Catarina consolida-se não só como uma mulher forte e destemida, mas também como uma figura importante diante dos demais colonos que, agora sabem, podem contar com alguém do seu meio social, presente para compartilhar o trabalho [e os lucros] e não somente explorá-los. As arbitrariedades das autoridades brasileiras contra os imigrantes se sucedem, pois inúmeros alemães continuam a serem presos, acusados de “algum crime desconhecido” (idem, p. 171)

De fato, um grupo de colonos descontentes com o tratamento recebido do governo começara a reunir-se, clandestinamente, com o objetivo de promover uma mobilização para forçar o Império a cumprir o acordo tratado na Alemanha. O pastor Frederico Cristiano Klinglhöfer, instado, constantemente, pela população a dar respostas para as perseguições aos colonos, vai à casa do irmão Germano tentar saber dele o que de fato acontece. Sabedor de que o irmão é apontado como um dos conspiradores, ao chegar a sua casa, encontra um grupo reunido, em meio ao qual ocorre o seguinte diálogo:

- Fica tranqüilo, Frederico, isso de conspiração é conversa fiada de quem não tem o que fazer. Sabe, São Leopoldo está cheia deles, gostam de bater com a língua nos dentes.

- Dizem uns que é por causa do desmazelo do governo para com a nossa gente. Mas precisamos ter paciência, com ódio não se constrói nada. Acima de tudo, paciência.

- Ah, reverendo, até esse ponto não vou. Ninguém aqui quer conspirar, derrubar governo, mesmo porque nos falta força para tanto. Mas que precisamos fazer alguma coisa para dizer a essa gente que não somos animais e nem trastes, isso precisamos.

- Você está alteando demais a voz, Germano – disse o pastor olhando em redor.

- Desculpa, Frederico. Quando falo nas injustiças que estão sendo praticadas contra nós, perco a calma. [...]

- E de que tratam vocês três, senão dessas coisas?

Germano ri:

- Estamos conversando sobre sementes de trigo, qualidades de hortaliças, sobre a melhor maneira de fazer lingüiça sem porco. Sabe, o governo ainda não nos ofereceu os animais de cria.

[...] Germano volta para junto dos amigos. Schröder diz, preocupado:

- Teu irmão parece desconfiar de alguma coisa.

- Estamos de consciência tranqüila – diz Germano sorrindo, diante da preocupação dos amigos. [...]

Quando partiam, tangidos pelo aguaceiro, ouviram a voz de Germano:

- Quando falarem com Salisch digam a ele o que penso a respeito da atuação do Major João Manuel (GUIMARÃES, 1977, p. 174).

A passagem citada evidencia que os colonos, presos pelas autoridades como conspiradores, nada mais desejam do que receber o material necessário para que possam trabalhar, dignamente, como agricultores, condição que, em sua pátria, lhes fora negada. O governo imperial brasileiro, inoperante, também não consegue suprir as demandas dos imigrantes, tornando o que tinham como certeza ao deixarem a Alemanha, uma utopia. Os anos se passam, e os colonos permanecem sendo ignorados pelo governo que se utiliza dos inspetores de colônia para ludibriá-los com relação às promessas não cumpridas. Nesse processo, age um componente fundamental para a compreensão da revolta dos colonos: a “ação fraca e dúbia” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 185) do governo imperial, remanescente da política da coroa portuguesa, a ponto de a imigração para o Brasil “ser proibida na Alemanha em 1859” (Idem, p. 188).

Em meio à grande agitação, torna-se impossível para o Comandante da Polícia de Porto Alegre conter os ânimos acirrados entre os alemães, afinal, o problema “estava sendo criado com a desmobilização dos soldados, a polícia sem recursos, ele em absoluto não tinha culpa pelo que vinha acontecendo, dessem os recursos pedidos e então sim, responderia à altura” (idem, p. 176). Na colônia, João Agner, esfaqueado por dois desconhecidos, é encontrado agonizante. Alguns afirmam “há cobra mandada nisso tudo, alguém pagará por isso” (idem, p. 177). Dr. Hillebrand procura acalmar a revolta dos colonos, alegando tratar-se de um assunto a ser resolvido pela polícia. No empório, ao saber da notícia, Catarina indigna-se:

[...] Ninguém viu nada, pois não? Estamos numa terra de cegos, de mudos e de surdos. O delegado viajando. Os quatro praças comendo de graça nos lotes dizendo que andam protegendo os colonos dos ataques dos bugres. Quem sabe o inquérito terminará por descobrir que foram os bugres os assassinos de Agner? [...]

Dois dias depois, o novo inspetor da colônia, Coronel Salustiano Severino dos Reis, comunicava ao governo que o ex-inspetor Tomaz de Lima tinha toda a razão quando afirmava, em seus relatórios, que a colônia estava em paz, seus moradores voltados para o trabalho da lavoura, para a criação de aves e de bichos de pequeno porte.

Uma noite, tendo cinco amigos reunidos em sua mesa, Catarina disse sem alterar a voz:

- Pois se eles querem violência, terão violência (GUIMARÃES, 1977, p. 177-178).

As reuniões dos colonos são transferidas para a casa de Catarina que lidera o movimento pela punição aos culpados pela morte de Agner. Sentem-se no escuro, à mercê de autoridades dispostas a prendê-los ao menor sinal de vacilação, precisam encontrar provas. Catarina, obcecada pela figura de Gründling, logo o associa aos crimes cometidos e argumenta que “nunca acharemos provas contra Gründling, ele não faz, manda fazer” (idem, p. 182). Pensam em pedir auxílio ao Major Oto Heise, que estivera preso, mas mudam de idéia para não prejudicá-lo ainda mais. Inconformada com o descaso das autoridades com a sorte dos colonos, Catarina narra aos amigos a conversa que tivera com o escrivão de polícia:

[...] para mim ele reclamou que ninguém devia se meter em seara alheia, o problema era deles, que cada um tratasse de cuidar de suas vidas. A senhora, por acaso, viu as pessoas que mataram João Agner? Pode me trazer aqui alguma testemunha ocular? Eu disse ao escrivão que o problema era de todos nós, qualquer um poderia aparecer morto no meio da rua e que ninguém tomava providências para prender os matadores. Sabem o que ele disse? Ora, Frau Catarina, tanto homem morreu na Cisplatina e nem por isso o mundo deixou de rodar. Mais um, menos um, dá no mesmo. Então eu disse, eu sei como são essas coisas quando a gente remexe muito, quando pode aparecer algum figurão. Ele então ficou vermelho de raiva e disse, a senhora está insinuando o nome de alguém? Pois tome aí está a folha de papel e escreva a sua acusação. Vamos, escreva. Eu sabia que ele estava querendo me envolver, fiz que não ouvi e tratei de voltar para casa. Não se pode confiar nessa gente da Polícia (GUIMARÃES, 1977, p. 183).

O caos reproduzido na colônia reduplica-se no governo imperial: D. Pedro I é forçado a retornar a Portugal, deixando seu filho, com apenas seis anos de idade, sem condições de assumir o trono. A inusitada política nacional gera ainda mais apreensão entre os colonos que temem não ter seus direitos respeitados pelo novo governo. As perseguições aos alemães não arrefecem e grupos de homens continuam a ser levados para a prisão, da qual retornam em choque devido às torturas sofridas. Catarina horroriza-se ao ver as chagas nos corpos dos compatriotas, provocadas com o propósito de arrancar-lhes “confissões à força, confissões de coisas que eles nem sequer sonharam” (idem, p. 187). Catarina apresta-se a levar os homens

ao Dr. Hillebrand e recebe uma recomendação de Germano Klinglhöefer que a deixa intrigada:

[...] tenha cuidado com o que disser ao doutor, não diga a ele que encontrou os homens na minha casa, o médico é amigo de Gründling, e Gründling é o alemão que se presta a carregar prisioneiros nos seus lanchões e mantém espões em toda a colônia. Ela parou: Gründling? Ora, a senhora sabe, primeiro o infeliz do Schlaberndorf, depois Agner, agora esses três, ele sempre com as mãos macias e limpas, sempre longe dos crimes, pois é dele que devemos cuidar.

Ela ficou um certo tempo parada, olhando para Germano, mas sem ouvi-lo mais, o pensamento distante, um troyel de pensamentos descontraídos pela cabeça. acompanhava os homens, mais Emanuel, um magote de fantasmas pelas ruas desertas e escuras. Daniel Abrahão pode sair do poço, os soldados já se foram. Catarina, pelo amor de Deus, não me entregue ao inimigo, pensa nos nossos filhos. O retinir de esporas, as suas costas nuas esmagadas contra o chão de areia grossa, em carne viva como as costas de Lucks, Sperling e Richter. Depois o entrechocar de esporas diferentes, uma noite igual àquela, as mesmas estrelas, ela enxergando mais uma vez a cara barbuda do marido apontando na borda do poço (GUIMARÃES, 1977, p. 188).

A fala de Germano não só fomenta as desconfianças de Catarina quanto ao envolvimento de Gründling nos crimes ocorridos na colônia, como também traz à tona o passado de horrores vividos durante os três anos da Guerra Cisplatina. É impossível para ela desvincular as lembranças da imagem de Gründling, pois que não havia dúvidas de sua culpa em relação àqueles acontecimentos. O ódio, que passara a ser “a razão de sua vida”, a instiga a investigar, procurando descobrir entre os conhecidos até que ponto vai o envolvimento do inimigo nos acontecimentos. Para ela, esse envolvimento é inquestionável, uma prova disso fora a “morte misteriosa de Schlaberndorf, antigo sócio dele” (idem, p. 189). Porém, o Dr. Hillebrand a aconselha a ser mais cuidadosa, a pensar “duas vezes quando falar essas coisas, assim sem prova, apenas por desconfiar, isso pode resultar em dores de cabeça para a senhora” (idem, p. 189). Contrariada com a aparente passividade do médico, Catarina diz-lhe: “Ah, então o médico achava que ela queria apenas alimentar um ódio gratuito, pois deveria ter morado numa estância chamada Jerebatuba, iria sentir-se muito bem na fuma cavada dentro de um poço, entre animais fardados que iam e vinham, isso é o que chamava de ódio gratuito” (idem, p. 189-190).

Nessa noite, Catarina abriga os feridos em sua casa, e a angústia faz com que o sono demore a chegar. Quando enfim, consegue dormir, tem pesadelos terríveis em que as lembranças de Jerebatuba – Daniel Abrahão no poço, Philipp no alto da figueira, o reencontro hostil com Gründling – se misturam, fazendo com que acorde soluçando. Enquanto isso, em seu casarão, Gründling, ainda desolado com o melancólico fim do Major Schaeffer e com a

conseqüente perda de uma grande fonte de enriquecimento, desabafa com a esposa, maldizendo a terra em que vive:

[...] Ah, sim, o imperador abandonou a sua coroa, assim como quem atira num canto um lampião rachado, o filho de seis anos que assuma o que o pai não teve a coragem de enfrentar. [...] o que poderá fazer um vivente senão beber até esquecer de tudo, cuspir na cara de cada um deles, mijar nos seus travesseiros de linho, esganar cada patife. Onde irão eles encontrar outro Schaeffer? Às vezes penso se não seria melhor voltar para a Alemanha, render homenagens ao imperador da Áustria, lambar a sola das suas botas, beijar as mãos daqueles emproados da Dieta de Frankfurt. Quem sabe não seria preferível isso a viver neste fim de mundo, no meio de negros e mestiços, de gaúchos e de caudilhos, castelhanos e portugueses. [...] Que diabo, às vezes a gente tem o direito de enjoar de tudo, enjoar tudo menos a ti, jamais te enjoarei, sabes disso, falo de todas as outras coisas, da casa, desse povo que nos cerca, do lixo nas ruas, até mesmo da nossa gente que veio cavar terra e se iludir de que algum dia serão ricos e donos de seu nariz. Como os negros não sabiam lidar com a terra, encomendaram a Schaeffer que trouxesse escravos brancos. Isso alegrou o coração da Imperatriz Leopoldina e de seu augusto e frágil esposo (GUIMARÃES, 1977, p. 192).

A avaliação que o alemão faz do cenário político brasileiro, não obstante seu conteúdo fortemente preconceituoso e racista, tem a função de elucidar os eventos históricos que subjazem, naquele momento, não só à questão da imigração como tantas outras que já se encontravam em suspenso com a inabilidade política do imperador. Em sua retirada para Portugal, deixa a nação inteira perplexa e angustiada com o que reserva o futuro. Futuro tanto mais difícil quanto menor o peso social e político dos envolvidos. No caso dos imigrantes, comparando-se Gründling a seus compatriotas colonos, pode-se considerá-lo um protagonista no conturbado momento político, pois que dispõe de recursos financeiros que lhe permitem transitar em todos os níveis sociais, ora como bem-sucedido comerciante, ora como compatriota ávido por obter lucros através da penúria em que sobrevivem os alemães. Quanto aos colonos, não passam de personagens secundárias de um processo contaminado, desde o início, na Europa, por mentiras somente reveladas em terras brasileiras.

A advertência de Germano a Catarina vem provar que, para Gründling, “Só o dinheiro tem valor”. Pouco tempo depois, Herr Gründling é convidado para uma conversa com o Comandante da Polícia. A autoridade informa-lhe de atividades subversivas no interior da província, das quais, segundo os relatórios recebidos, fariam parte alguns alemães liderados pelo Major Oto Heise. Este, segundo o comandante, “tem mantido contato com o Coronel Bento Gonçalves, [...] com Germano Klinlhöfer, Godfroy Kerst, Stepanousky e outros” (idem, p. 210). O comandante, formalmente, o convida para espionar os imigrantes, levando em consideração “o seu prestígio na colônia, sua fidelidade às autoridades do Império e seu respeito às leis brasileiras” (idem, p. 209). Em casa, ao ser questionado por Sofia sobre o

encontro, responde que: “[...] É, largarei os meus negócios e de agora em diante viverei exclusivamente denunciando alemães para o Comandante da Polícia” (idem, p. 211), confirmando as suspeitas levantadas por Catarina e Germano.

Na colônia, Catarina prepara o enterro da indiazinha Ceji, vitimada pela tuberculose. Todos se espantam com o enterro cristão por ela exigido: “uma índia com enterro de gente”. Catarina assim o queria; a encomendação seria feita na própria casa, [...] “onde sempre viveu como se fosse minha filha [...]” (idem, p. 199). Nem mesmo o Pastor Klinglhöfer entende as motivações de Catarina, nem ao menos consegue “imaginar as obras que um gentio leva para a eternidade; as obras da indiazinha eram tão fracas para serem notadas pelo senhor” (idem, p. 200). O alfaiate da colônia também não aceita o enterro cristão “de uma bugrinha que nem cristã era, mesma raça dos que roubavam crianças e matavam colonos ao pé da serra. Mas fechou os postigos da alfaiataria, em sinal de respeito. Que mulher, essa Catarina” (idem, p. 201).

Catarina, grávida do quarto filho, trabalha até o sétimo mês, quando as cansativas viagens de carroça tornam-se perigosas para a sua saúde e a do bebê. No entanto, não pára de trabalhar na administração do empório, constantemente preocupada com a alienação do marido e “o alheamento de Juanito por tudo que acontecia ao redor (idem, p. 206). Com os negócios se ampliando, o caos instalado na colônia por conta de desavenças entre colonos por divisão de terras, o exército caçando conspiradores e “uma conjura misteriosa ganhando as primeiras páginas dos jornais de Porto Alegre” (idem, p. 206), vem ao mundo João Jorge que, segundo o pai, seria “o nosso amparo na velhice” (idem, p. 208).

No casarão de Gründling, anuncia-se o acontecimento que irá mudar, para sempre, a vida do arrogante e inescrupuloso comerciante. Sofia recebera a visita do Dr. Hillebrand, porque vinha sentindo “dores de cabeça, mal-estar, indisposições, ficava um pedaço da manhã na cama, dizendo que era preguiça” (idem, p. 212). As dores no corpo, no peito e tonturas completam o preocupante estado de saúde de Sofia, fazendo com que Gründling sintasse culpado. Arrependido de atitudes passadas, ele reconhece:

[...] A negra Mariana tivera razão em repetir sempre que a ama precisava caminhar um pouco, tomar sol, tão branca, a pobrezinha. Ele sempre a recusar, não queria a sua mulher com a pele queimada como a das brasileiras, como a pele das índias ou das paraguaias de Izabela. Era aquela cor-de-leite que ele adorava, a fragilidade de quem tinha o ventre quase transparente, o alabastro das coxas, os seios como nunca vira iguais. O sol macularia a pele delicada do rosto, sem aquela pele não seria mais Sofia. Olhou para as suas mãos pintadas de sarda, aquilo era serviço do sol. O médico não estava certo, que buscasse nos seus conhecimentos outras razões para a doença dela. Não bordaria mais, aquele serviço aplicado de tardes e noites, agulha

subindo e descendo, linha tramando, bastidor sempre esticado, daí as dores no corpo. [...] Sofia emagrecera e ele nem se tinha dado conta; aquela vida agitada, os negócios tumultuados, [...] Schaeffer sumira de sua vida como por encanto [...] [...] Havia na peça um cheiro adocicado de xarope, um cheiro de doença. Sentiu que Sofia dormia. Pensou no pior. Os olhos úmidos terminaram por não enxergar mais o quarto, tudo em redor embaciado, impreciso, turvo (QUEIROS, p. 213-214).

A gravidade do cenário político é um problema para comerciantes como Gründling. Em reunião com seus asseclas – Tobz, Schiling e Zimmermann – toma conhecimento das revoltas que eclodem em todo o país por conta da partida do imperador. Uns exigem seu retorno, outros ameaçam com insurreição, caso o retorno se concretizasse. Em Porto Alegre, chegavam idéias do Rio de Janeiro, incluindo-se, nelas, a formação de uma Sociedade Militar cujos membros denominavam-se Caramurus. A fundação da sociedade seria naquela mesma noite sob a proteção da polícia, em vista que “[...] grossos distúrbios tentariam impedir [...]” (idem, p. 218). O evento. O tumulto instala-se na cidade, o tiroteio é ouvido dentro de casa e o empório fechado por medida de segurança. Gründling certifica-se da segurança da casa de seus lanchões. Vai até o quarto, conversa com Sofia para acalmá-la, enquanto seu ânimo desaba:

[...] Ficou ainda um pouco de ouvido atento, imaginando o que poderia estar acontecendo no centro, tiros e correrias, o Comandante da Polícia falando na assembléia de fundação da Sociedade Militar, dizendo, meus senhores, mais do que nunca o Brasil necessita da volta do imperador, sem ele será o caos. [...] Rilhava os dentes de ódio contra tudo aquilo, a doença da mulher, o povaréu nas ruas, os negócios parados – era de empunhar a espingarda, encher os bolsos de munição e sair dando tiros a torto e a direito, na cara dos negros, nos soldados, nos alemães, ir despejando a arma nos mercadores ambulantes, nos cavalos, entrar na Sociedade Militar e fuzilar o comandante da polícia na hora em que falava, ele cairia de olhos abertos na frente de toda aquela gente haveria espanto e correrias, a guarda inteira atiraria contra ele, via o clarão saindo das escopetas, ele morrendo, querendo morrer (GUIMARÃES, 1977, p. 221).

O mundo de Gründling, outrora precioso e opulento, começa a desmoronar-se. A doença da esposa soma-se ao cenário avesso aos negócios, salientando no homem um desespero que jamais sentira ou demonstrara. Orgulhoso de si mesmo e de seus bens materiais, Sofia fora a única pessoa que amara e tratara bem, além do amigo Schaeffer com quem repartira enormes dividendos no negócio da imigração. A seu modo, Gründling beneficiara-se dos compatriotas, ora aliciando-os para o contrabando de armas, ora enganando-os, torpemente, como fizera com a família Schneider. E não sente o menor remorso por isso, pois até Sofia entrar em sua vida somente o dinheiro lhe importava. Com o caos instalado na Província do Rio Grande do Sul, o germe da Guerra dos Farrapos sendo alimentado do interior à capital, vê seu pequeno mundo desmoronar.

As suspeitas das autoridades brasileiras não são vãs: os alemães, realmente, vinham, há muito, reunindo-se, tentando encontrar formas de resolver as questões pendentes com o império. Sem imperador e sob a responsabilidade de um governo provisório, suas esperanças de terem seus direitos atendidos, à primeira oportunidade, agem contra os interesses do governo que tanto os prejudicava, naquele momento simbolizado pela Sociedade Militar, defensora da volta do imperador. Os brasileiros divididos, inclusive militares e policiais, os colonos relegados a segundo plano, juntamente com o processo de imigração, e os escravos maltratados, compõem o quadro perfeito para a revolta popular que se forma: Nas palavras do narrador:

Na Rua da Praia estava a baderna. Os soldados formavam um quadrado de guerra nas proximidades do Largo da Alfândega, populares gritando e atirando pedras. Abaixo os caramurus, abaixo a Regência, morras a D. Pedro I, fora com a Sociedade dos Militares. Nos terrenos baldios e esquinas os escravos batendo tambores e acendendo velas, magotes de cachorros assustados, quebrados os primeiros lampiões de óleo de baleia, suas ferragens retorcidas. Fustigados pelas gentes das ruas, investiam os soldados distribuindo golpes de espada, derrubando civis a patadas de cavalos. Oradores espalhados atraíam agrupamentos maiores, muitos empunhando archotes. [...] Meia-noite passada os alemães vindos de São Leopoldo começaram a voltar para o casebre da velha Ponte do Riacho. [...] Patrulhas andavam prendendo os que ainda se aventuravam pelas ruas, o toque de recolher havia sido dado. [...] (GUIMARÃES, 1977, p. 220).

Oto ainda disse em voz baixa:

- Os caramurus adiaram a fundação da Sociedade. Esta vencemos.

Engerer e o major tomaram a embarcação à última hora, a cidade não havia ainda voltado à sua vida normal, piquetes de cavalaria dos imperiais percorriam as ruas desertas, negros de mãos amarradas às costas, cabresteados pelo pescoço, eram tangidos por milicianos e as águas do Guaíba anunciavam um dia de calor (idem, p.222).

Numa ensolarada tarde de sábado na colônia, as oficinas engalanadas para a festa de casamento de Emanuel e Juliana, Catarina sabe por Germano da morte de Krieger, um dos participantes do grupo alemão na noite de protestos contra a fundação da Sociedade Militar em Porto Alegre. O homem não resistira ao ferimento a tiro. Catarina “estava confusa, nervosa, tudo se precipitava” (idem, p. 226). Empresta a Germano uma carroça para resgatar o corpo do amigo e, em meio à alegria de música e dança, chega um piquete de soldados dando ordem de prisão ao colono Salisch. O pastor argumenta, inutilmente, e Catarina lhe diz: “[...] veja com seus próprios olhos o que estão fazendo; afinal, para eles, não passamos de animais [...]” (idem, p. 227). Catarina dá continuidade à festa, porém, à noite, não consegue dormir, lembrando cada acontecimento, desde que conhecera Gründling e chorando “de ódio” (idem, p. 228). Nada nem ninguém consegue demovê-la da certeza de que ele é o responsável

por todas as desgraças que se sucedem. Antes de dormir, promete a si mesma vingar-se de Gründling, delineando, mentalmente, o acerto de contas que pretende fazer:

Vou bater na sua porta, é aqui que mora Herr Cronhardt Gründling? Diga que é de parte de uma amiga sua. Vim tomar satisfações, quero saber toda a verdade, chega de semear tanta infelicidade; se não quiser falar, se mentir, morre como um cão na soleira da porta da sua própria casa. Está vendo esta arma? Pois ela falará por mim (GUIMARÃES, 1977, p. 228).

O que ela desconhece é o fato de que Gründling tem passado a maior parte de seu tempo à cabeceira de Sofia, cujo estado de saúde se agrava a cada dia. O marido tenta animá-la, tratando com compressas de água as chagas causadas pela doença. Ao receber a visita do Capitão Benjamin Blecker, reacende-lhe a esperança, era Schaeffer [...] “mandando a receita do remédio milagroso, Sofia salva, Deus olhava para eles” (idem, p. 229). O capitão trouxe, juntamente com uma carta do amigo, a notícia de sua morte. Morrerá vivendo entre os índios botocudos e, na carta, conta que amealhara “uma coleção de pedras: esmeraldas e rubis, poucos, topázios e maravilhosos cristais de rocha” (idem, p. 231). Retorna à vigília da esposa, narrando-lhe as histórias do amigo, porém, sente que ela não o ouve mais, pede a verdade ao médico que lhe responde ter “[...] feito tudo que é possível [...]” (idem, p. 231). Está conversando com Sofia, contando-lhe da morte do amigo, quando o Dr. Hillebrand, após examiná-la, diz: “- Herr Gründling, lamento muito, sua esposa morreu há quase meia hora” (idem, p. 233).

A tensão na colônia atinge o seu ápice: Germano Klinglhöfer mata Frederico Weber a tiros, na frente de testemunhas, quando o flagra delatando os conspiradores, dentre os quais estaria Catarina. Jacobus, sócio de Catarina e pai de Emanuel, chega com notícias de outro assassinato envolvendo patrícios. Catarina decide ir a Porto Alegre, naquela mesma madrugada, esclarecer os fatos, certa de que “[...] nisso tudo há dedo de Gründling [...]” (idem, p. 234). Jacobus a aconselha a não ir, que pensasse nas crianças. Irredutível, arranja-se para a viagem, partindo pela manhã, bem cedo, acompanhada de “[...] sua velha espingarda de dois canos [...]” (idem, p. 235). Durante a viagem, recebe a notícia do assassinato do Coronel Vicente Freire e seu filho. A Catarina só o que importa é o ódio e o desejo de vingança, alimentados pelas dolorosas recordações. Ao aproximar-se do casarão, encontra o Dr. Hillebrand, com quem inicia um diálogo que encaminha para o dramático desfecho:

- Frau Catarina, aonde vai?
 - Doutor, desculpe, isso não é de sua conta. Vou ajustar uma velha dívida com alguém que o senhor conhece muito bem. Largue os cavalos.
 Teve vontade de chicotear as mãos do médico.

- A senhora vai cometer uma asneira, Frau Catarina. Não posso permitir tal coisa. Preciso, pelo menos, de uma explicação.
- Darei todas as explicações na minha volta, doutor. E agora saia da frente, quero passar.
- Frau Catarina, pelo amor de Deus, não vá cometer um erro desses.
- Gosto de errar sozinha, doutor Hillebrand. Esse homem não vai mandar matar mais ninguém. Já causou muita desgraça. [...]
- A senhora está enganada. Gründling não sai de casa há quase dois meses. Esteve todo esse tempo ao lado da mulher que morria.
- O senhor está mentindo!
- Então veja com seus próprios olhos. [...]

As portas da casa cor-de-rosa foram abertas, algumas pessoas começaram a sair, Gründling à frente, carregando o caixão de Sofia.

- Frau Catarina, preciso ir andando [...]

Gründling agora está quase só. Ninguém veio, andaram dizendo por aí que a pobrezinha morreu de peste, o que não é verdade.

Hillebrand ajeitou o chapéu, retomando a caminhada. A carroça ficou onde estava, o pequeno cortejo se aproximando, Catarina sem conseguir pensar em nada. Ao passar por ela, Gründling parou. Os outros homens, também, espantados com aquela mulher desgredada na boléia. Então ele disse:

- Não esperava que a senhora viesse. Não sei como agradecer.

Estava magro, olhos vermelhos e inchados, estivera chorando. Catarina desceu, mas antes teve o cuidado de empurrar para debaixo do assento o pedaço de cano da espingarda que se deixava entrever. Caminhou até Gründling. Ele sem Sofia. Ela sem o seu velho ódio. Os dois em solidão. Catarina caminhou até o grupo, seguiu ao lado dele, sem uma palavra, olhando duro para a frente, com medo de chorar. (GUIMARÃES, 1977, p. 237).

Inversamente a *O primo Basílio*, o romance de Josué Guimarães não corresponde a um romance fechado, pois que seu desfecho aponta para um “não fim” (LOTMAN, 1978, p. 357), deixando-o em aberto para uma continuidade, em *A ferro e fogo*: tempo de guerra. A saga da família Schneider não termina com a vingança não concretizada de Catarina e com o esgotamento de seu ódio. Só o que permanece é a imensa solidão que a acompanha desde o início da narrativa, que metaforiza a solidão do Homem em luta contra as adversidades, fazendo-se, descobrindo-se, autoconhecendo-se.

A semântica da personagem é construída, aos olhos do leitor, como quem lê uma crônica jornalística. Suas características físicas e psicológicas não são cartesianamente elencadas; ao contrário, estão dispersas pelo texto como pistas, pegadas que, seguidas, permitem que se construa, mentalmente, uma imagem de Catarina. Do seu porte físico, o pouco que o narrador revela é a imagem de seus “grandes seios ofegantes”, “o ventre roliço e branco” (idem, p. 47), “o rosto crestado” (idem, p. 86) pelo sol. Em contrapartida, o seu caráter avulta por toda a narrativa, acentuado recorrentemente por um vocabulário que lhe molda a personalidade. Quando da viagem para o Brasil, recorda de sentir-se “tímida e

medrosa”. Na colônia, frente ao abandono do governo, mostra seus “destemperos” (idem, p. 11) ao marido, zangada ao vê-lo chegar bêbado em casa.

Sua qualidade de personagem central da narrativa se afirma quando, “com lágrimas escorrendo pela cara” (idem, p. 17) e, ao mesmo tempo, “manso e devagar, como se estivesse conversando”, responde: “- Pode mandar preparar o prometido, Herr Gründling. Nós vamos” (idem, p. 18). Até então, nem o marido a imaginara capaz de “uma decisão abrupta” (idem, p. 19). Durante a viagem, Catarina, “falando pouco” (idem, p. 22), porém incisiva na tomada das decisões. Ao chegar à nova morada, “sentou na grama, derramando a barriga por cima das coxas; estava com os olhos úmidos, mas disposta a não chorar” (idem, p. 26). No primeiro churrasco em família, “precisou controlar” (idem, p. 26) a cachaça trazida, afinal, “Não queria ver ninguém bêbado na sua estância” (idem, p. 26).

O início da movimentação dos castelhanos a deixa confusa, “Não sabia bem o que pensar” (idem, p. 28). Ao saber do contrabando que, inocentemente, guardam para Gründling e da eminente guerra entre Brasil e Argentina, mostra-se resoluta e obstinada e, “em voz mais alta e autoritária” (idem, p. 35), diz ao marido “- Pois eu não quero deixar a minha casa e nem minhas coisas” (idem, p. 25). Com os “Cabelos desgrenhados, mas com a fisionomia dura e decidida” (idem, p. 35) espera a chegada dos soldados, tendo por companheiro e protetor apenas o índio Juanito. Após a primeira violação, consegue conversar com o marido com a voz “calma” (idem, p. 39) e antes de dormir “Seu último pensamento” (idem, p. 40) é para ele. Mesmo com os soldados acampados em suas terras, “Catarina tinha os seus planos” (idem, p. 41) dos quais advém a sobrevivência da família, nos três anos em que ocorreu a Guerra Cisplatina.

Durante todo esse tempo, passa “vigiando” (idem, p. 45) os movimentos de soldados, ora brasileiros ora castelhanos. Diante das violações, demonstra-se “passiva”, sabendo ser essa a única maneira de manter a segurança da família e a propriedade da terra, orgulhando-se de não ter pego “filho daqueles soldados bandoleiros” (idem, p. 69). Catarina, por ser a chefe da família, não se torna uma mulher fria, e o narrador, por vezes, acentua a sua sensualidade, “quando os soldados desapareciam e deixavam a terra só deles, eles se amavam, a casa indevassada, Daniel Abrahão nos braços da mulher, as têmporas latejando e o ouvido aguçado, entre um trovão e outro” (idem, p. 70). Uma nova invasão, Catarina “solitária como um bicho acuado” (idem, p. 88) tenta atrair a atenção para si, evitando os saques na estância. Todavia, “Sua fisionomia permanecia a mesma, sem um sinal de dor” (idem, p. 89) para, mais

tarde, sentir-se “derrotada afinal, sozinha, corpo, nervos e músculos estراçalhados” (idem, p. 106).

A Guerra da Cisplatina termina, deixando em Catarina “[...] uma estranha sensação de velhice [...]” (idem, p. 106). Em mais uma decisão repentina, decide negociar suas terras e recomeçar a vida em São Leopoldo, a colônia que deixara para trás, imaginando encontrar uma vida melhor na fronteira. Diz: “Esta não é mais a minha casa” (idem, p. 106) deseja desfazer as “infâmias” (idem, p. 106) lançadas contra o marido. Como de costume, “já tinha tudo pronto, definido; sabia o que levar e o que deixar”: levaria Juanito e Ceji a quem considera “gente de casa” (idem, p. 115), a gratidão para com Juanito, que é uma constante em sua vida, e parte da terra pela qual tanto lutara, “impávida, olhar perdido na distância, confusa” (idem, p. 117).

De volta à Colônia, Catarina demonstra a mesma determinação, procurando os velhos amigos, propondo-lhes negócio, tratando de arranjar a situação do marido, aumentando as instalações da nova casa e, principalmente, entrando na concorrência com Gründling no comércio de produtos coloniais. Passa a sentir “novas esperanças” (idem, p. 130), põe o marido a trabalhar, acordando-o, muitas vezes, com a sua “clássica e decidida atitude de mãos nas cadeiras” (idem, p. 133). Os negócios prosperam, mas a situação na colônia decai, vertiginosamente, devido às prisões de alemães, brigas e assassinatos entre vizinhos. Respeitada pela comunidade, é colocada a par dos movimentos do grupo de colonos que intenta rebelar-se contra as autoridades. Movida pelo ódio, recebe Gründling a tiros em sua casa. É uma outra mulher, capaz até de matar, se necessário.

Ao dar guarida ao grupo de revoltosos, evidencia uma verve revolucionária, concretizada em expressões como “- Pois se eles querem violência, terão violência” (idem, p. 178) e “Os caramurus tinham os seus dias contados” (idem, p. 235). Entretanto, não consegue realizar o seu maior objetivo, aquele que a fizera sobreviver até aquele momento. Disposta a matar Gründling, na certeza de seu envolvimento nas tragédias que assolam a colônia, espera encontrar o homem arrogante e prepotente que tanto odiava. Porém, vê-se, frente a frente, com uma pessoa igual a ela, carregando, juntamente com o caixão da esposa, o peso da perda, da derrota e da solidão.

O desenlace da vingança não é trágico, mas nem por isso menos dramático. A exemplo das personagens de Eça de Queirós e Josué Guimarães, o que a move é sua própria subjetividade que, aviltada com os eventos vividos no Brasil, somam-se à sua biografia,

transformando a sua visão de mundo. A capacidade de odiar também a aproxima de Juliana e Luísa, embora se tenha desenvolvido a partir da primeira violação sofrida, constituindo-se em objetivo de vida, dado que cada desgraça ocorrida com os colonos, imediatamente, é relacionada a Gründling. Catarina não está de todo errada, Gründling mostra-se capaz de qualquer ato para atingir seus objetivos, sempre direcionados ao acúmulo de riquezas; porém, as personagens de Josué Guimarães, descomprometidas com programas literários, revelam-se, em vários momentos, mais humanas e menos, biológica e socialmente, determinadas.

A “biografia” (LUKÁCS, 2000, p. 182), de Catarina é marcada por três momentos fundamentais: a vinda para o Brasil, com o intento de trabalhar e viver dignamente cultivando a terra, sonho que, em pouco tempo, revela-se uma utopia; a mudança para a fronteira com a Cisplatina, às cegas, pois que desconhecem os conflitos constantes por divisas de terras entre Brasil e Argentina; as afrontas à sua integridade física que, transformada em ódio, faz com que consiga sobreviver, moralmente, às brutalidades, protegendo a família, disposta a tudo para manter as terras tão desejadas.

Não obstante as diferenças de caráter entre Catarina, Juliana e Luísa, a imigrante alemã também se configura como um “indivíduo problemático” (LUKÁCS, 2000, p. 99) que, inserido num mundo completamente hostil, desconhecendo o idioma, persevera e logra salvar a família e tornar-se uma comerciante de sucesso em São Leopoldo. Catarina supera a si mesma ao transcender ao ódio que sente por Gründling, ao vê-lo arrasado com a morte de Sofia. Diferentemente de Juliana e Luísa, é capaz de perceber, com uma sensibilidade mais apurada, o mundo que a rodeia. Por isso mesmo, não vai às últimas conseqüências como prometera porque, acima do seu justo desejo de vingança, está a preservação de sua humanidade; humanidade que admite o ódio virulento, o rancor e a mágoa, mas que capitula diante da percepção de que o inimigo, apesar de seus inúmeros defeitos, é capaz de amar, de sofrer e de, como ela, sentir-se em completa solidão.

4.2.5 Juliana, Luísa e Catarina: heroínas problemáticas

O entendimento das três personagens como heroínas problemáticas advém dos eventos que se lhes antepõem em forma de obstáculos a serem transpostos (ou não). O que as identifica é a condição feminina e o potencial de atuação no “campo de ação do demoníaco”

(LUKÁCS, 2000, p. 92), problematizados nos romances de acordo com a posição histórico-ideológica de seus criadores, viabilizando abordagens singulares do gênero feminino, que denotam mundividências conexas aos seus contextos de produção, e atestando a função “cronotópica” da literatura (REIS, 2003, p. 31).

Sobressai, na construção das personagens, a focalização adotada por cada um dos autores. Eça de Queirós investe-se de um narrador cuja focalização é “potencialmente ilimitada quanto ao âmbito de alcance que atinge e aos elementos informativos que faculta” (REIS, 2003, p. 85), exteriorizando, claramente, as intromissões, por meio dos julgamentos e condenações que realiza. Juliana e Luísa lutam para realizar seus sonhos, porém são vencidas pelo peso da realidade. Suas ações, no sentido da realização desses sonhos, são fruto de um determinismo que impede que ambas saiam vencedoras do confronto com o mundo que as rodeia. Sua subjetividade é esmagada por ações direcionadas a objetivos intangíveis: à Juliana não é permitido suplantar a pobreza; à Luísa, sair sem conseqüências mais graves do adultério.

Catarina vem ao Brasil com o marido e filho por força de circunstâncias econômicas em seu país que tornam insustentável a permanência de milhares de cidadãos. Suas esperanças de uma vida melhor são sabotadas pela conjuntura política do Brasil, porém consegue superar os obstáculos à custa da própria dignidade. Sua trajetória em terras rio-grandenses também é influenciada por determinações culturais, no entanto, a personagem resiste, fazendo do ódio e desejo de vingança instrumentos para suportar a dor, sobreviver e solidarizar-se com seus semelhantes. As experiências vividas por Catarina são reveladas por meio de alternativa de focalização, aquela em que o narrador, também onisciente, é “condicionado pelo campo de consciência – sentidos, percepções, apreciações [...] de uma personagem inserida na história (focalização interna, isto é, activada **do interior** ou **no interior** da personagem)” (REIS, 2003, p. 85, grifos do autor).

O percurso das personagens é marcado pela oposição entre ricos e pobres, pelo ódio, pela premência da vingança e pela busca de sonhos que se transformam em utopia. Por sua vez, a utopia faz parte do universo subjetivo do herói problemático, pois que, por mais que tente, não consegue satisfazer, plenamente, os anseios de sua individualidade, em dissonância com a vida real.

O que diferencia a construção das personagens problemáticas de Eça de Queirós da construção da personagem problemática de Josué Guimarães é, naquele, a proposição é evidenciar que os anseios das personagens são irrealizáveis, na medida em que vão de

encontro aos interesses coletivos; e neste, o objetivo de demonstrar que de sonhos não realizados, projetos de vida destruídos, sempre é possível se retirar algum ensinamento, por maior que seja o sofrimento.

As situações vividas e desejos que motivam as personagens podem ser lidos como metonímias do espaço-tempo em que atuam. Juliana e Luísa metonimizam a família pequeno-burguesa na Lisboa do século XIX, e Catarina e sua família, a empreitada de milhares de imigrantes, seduzidos pela idéia de uma vida mais digna, que se aventuraram, corajosamente, num país em fase de construção, em todos os aspectos.

Inserindo as personagens no contexto maior da sociedade e da humanidade, pode-se inferir que suas histórias metaforizam contextos históricos específicos, mediante a forma totalizante que o romance confere ao que, num mundo fragmentado em subjetividades dispersas, é nebuloso e intangível. Em Josué Guimarães, tal configuração é acrescida do espaço polifônico em que atuam as personagens que, sabendo-se em oposição entre si, movem-se, fazem-se, lançando-se nas aventuras conscientes dos antagonismos que as cercam. Em Eça de Queirós, embora apareçam vozes discordantes em constante conflito, a visão de mundo, fortemente direcionada a um programa reformador da sociedade portuguesa, contribui para a configuração de um espaço monológico em que

[...] a personagem é fechada e seus limites racionais são rigorosamente delineados
[...]

[...] ela não pode deixar de ser o que ela mesma é [...] ultrapassar os limites do seu caráter, de sua tipicidade, do seu temperamento, sem com isto perturbar o plano monológico do autor para ela (BAKHTIN, 1981, p. 43).

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa demonstrou que o sujeito feminino tem sido um importantíssimo ator social, desde que a literatura e as artes, em geral, com base na *Poética* de Aristóteles, passaram a ser pensadas como a reprodução das experiências humanas. Não releva, no contexto da pesquisa, designar a literatura como imitação (conforme Aristóteles), como invenção de poetas geniais tocados por luz divina (de acordo com os românticos), como uma estrutura complexa composta por atores (personagens) que desempenham diferentes papéis na mesma narrativa, como tradução da realidade, ou mesmo como subversão de tudo que se tem realizado em literatura até então.

Acredita-se que as variadas formas de abordagem dos estudos literários representam, concretamente, o acúmulo de formas de pensar as obras literárias, algumas vezes aparentemente antagônicas, mas não completamente excludentes entre si.

O que permanece, neste estudo realizado, é a presença constante da figura feminina, dando a conhecer a complexidade da rede de inter-relações sociais que subjaz, em cada momento histórico singular, à figuração do feminino, de acordo com o que se ajusta à moral da época.

A escolha do tema, das características físicas e psicológicas, o vestuário, os gestos, o vocabulário e ações empreendidas pelas personagens vêm demonstrar que a literatura, enquanto instituição social, legitimando, contestando ou subvertendo os códigos e as visões de mundo, está estreitamente conectada ao social. Os enfoques desse social diversificam-se: realista, neo-realista, modernista, pós-modernista, intimista, predominância do fluxo de consciência, porém, inquestionavelmente, submetido à conjuntura histórica, política e econômica da realidade factual.

Todavia, tanto em *Eça de Queirós* (com Juliana), como em *Josué Guimarães* (com Catarina), as mulheres pobres não sofrem a interdição ao trabalho produtivo que se impõe a Luísa. Esta, nem sequer tem preparo para exercer algum tipo de profissão. Moça burguesa, fora iniciada nas habilidades necessárias ao exercício do papel da esposa oitocentista: bordar, cantar e tocar piano para exercer, adequadamente, o seu papel diante dos amigos e freqüentadores de sua casa.

Juliana, Luísa e Catarina constituem apenas algumas concepções de problematizar as questões do gênero feminino à frente de atuações sociais que, malogradas ou não, indicam a importância da mulher, enquanto mantenedora da ordem familiar e coletiva, que impulsiona a evolução da humanidade.

Em tempos de fragmentação da concepção do fazer literário, em que se multiplicam as mais variadas opções de expressão literária (literatura feminista, literatura negra, literatura africana pós-colonial, literatura de massas, teoria literária feminista, literatura popular, literatura virtual), o que resulta da pesquisa realizada é que o feminino continuará presente, sendo discutido, repensado e revisto com a velocidade imposta pelas transformações étnicas, tecnológicas e científicas por que vêm passando o mundo globalizado.

Por essas razões, parece razoável e pertinente a retomada da teoria do herói de Lukács, visto que o caos se agiganta, as individualidades se multiplicam, perdendo-se na avalanche da tecnologia e da informação. Não há possibilidade de um retorno a um passado mítico ou do abandono ao conforto, inovações, velocidade e ilusões que o capitalismo globalizado trouxe para uma parcela considerável da humanidade. De acordo com a premissa de Lukács (2000, p. 82), o mundo contemporâneo continua oferecendo e aprimorando o campo de ação privilegiado para “a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo”.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *Poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1981.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BARBOSA, Márcia Fagundes. *Vivendo além das fronteiras: o guarda-roupa alemão de Lausimar Laus*. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://150.162.90.250/teses/PLITO111.pdf>>. Acesso em 21 out. 2006.

BARTHES, Roland. *O Grau Zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1964.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BREMOND, Claude. A lógica da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRODY, Ana Hauser. *Perfil de um herói da sociedade de consumo*. Porto Alegre: PUCRS, 1976. Tese (Livre Docência) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 1976.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.

GREIMAS, Julien Algirdas. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HOHLFELDT, Antonio. Quando o discurso masculino usurpa o discurso feminino: o caso das cartas portuguesas. REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *O despertar de Eva: gênero e identidade na ficção de língua portuguesa*. Porto Alegre: PUC, 2000.

_____. Uma perspectiva protestante da colonização do Rio Grande. In: REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: UFRGS/PUC, 1997.

JAKOBSON, Roman. *Questions des poétiques*. Paris: Seuil, 1973.

LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1978.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Cidades, 2000.

_____. Nota sobre o romance. In: NETTO, José Paulo (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Georg Lukács: Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

NYE, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. v. 2, Liv. 10.

PLATÃO. *Diálogos: A República*. Porto Alegre: Globo, 1964.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROPP, Vladimir. *Morphologie du conte*. Tradução francesa do original em russo de 1928. Paris: Seuil, 1965.

QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. São Paulo: Nova Cultural, [s.d.].

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: PUC, 2003.

_____. *Estatutos e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 1975.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de Narratologia*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1994.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. I e II

SCHMIDT, Rita Terezinha. Da exclusão, da limitação e da transgressão: o caso do romance *Celeste*, de Maria Benedita Bormann. In: PETERSON, Michel (Org.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

SCHNEIDER, Liane. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, Michel (Org.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e. *Teoria da literatura*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1982. v. I

SOURIAU, Etienne. *Situations dramatiques*. Paris: Seuil, 1962.